

VALDECIR BRESSANI

**A COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO PRESBITERAL DA IGREJA CATÓLICA NO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Itanel Bastos de Quadros Jr.

**CURITIBA
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

VALDECIR BRESSANI

A COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO PRESBITERAL DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Itanel Bastos de Quadros Junior (Orientador).

Profa. Dra. Claudia Irene de Quadros (PPGCOM/UFPR).

Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes (PPGCOM/UNISINOS).

Prof. Dr. Jair Antonio de Oliveira (PPGCOM/UFPR).

Curitiba, 23 de Março de 2015

Catalogação na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca do Campus Cabral

Bressani, Valdecir

A comunicação na formação presbiteral da Igreja Católica no Brasil / Valdecir Bressani – Curitiba, 2015.

145 f.

Orientador: Prof. Dr. Itanel Bastos de Quadros Jr.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná.

1. Comunicação de massa - Aspectos religiosos. 2. Igreja Católica - Comunicação. 3. Teologia - Estudo e ensino. 4. Filosofia - Estudo e ensino. I.Título.

CDD 302.2

*Aos professores, educadores,
e pesquisadores ligados à Comunicação Eclesial*

Agradecimentos

Agradeço a Deus, pelo dom da vida.

À Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, PR;

À Paróquia Imaculada Conceição de Dois Vizinhos, PR;

À Paróquia Santo Antônio de Curitiba, PR;

Aos meus familiares e amigos pelo apoio e incentivo.

Aos colegas de turma 2013/2014;

Ao meu orientador professor Dr. Itanel Bastos de Quadros, Jr;

À Banca Examinadora;

Aos professores do Programa de Mestrado da UFPR;

pela colaboração e companheirismo.

*“Eu queria nadar num rio pequeno, e
Deus me deu algumas canções e
me jogou num oceano de gente.”*

(José Fernandes de Oliveira)

RESUMO

A formação dos futuros padres para a comunicação é um dos temas pertinentes para a Igreja Católica no Brasil e no mundo. O objetivo deste trabalho foi discutir a relevância da comunicação e suas variáveis no processo formativo dos futuros padres na Igreja Católica do Brasil. Paralelo a esse processo buscou-se compreender como a Igreja Católica pensa e desenvolve a formação dos presbíteros no campo da comunicação, tendo em vista o processo de midiatização da sociedade atual. O sacerdote, ou presbítero é, por força de ofício, um comunicador no espaço do sagrado. Ele é um importante agente social da comunicação e por isso necessita de preparação e formação que possibilitem contribuir no diálogo entre a fé cristã e a cultura contemporânea, cada vez mais midiatizada. Este trabalho apresenta uma análise dos principais documentos da Igreja Católica a partir de 1936, que tratam da formação para a comunicação além da análise da Matriz Curricular de 60 cursos de Filosofia e de 58 cursos de Teologia, presentes nos 18 Regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Parte-se da hipótese de que a formação para a comunicação ainda não é prioridade nos currículos de Filosofia e Teologia e constata-se a ausência de uma política educacional que contemple uma formação para os desafios atuais decorrentes de uma sociedade cada vez mais midiatizada. O referencial teórico leva em conta o próprio pensamento comunicacional da Igreja, somado ao pensamento crítico atual de autores que tratam da discussão sobre o processo de midiatização da sociedade e da religião; de conceitos de cultura midiática e da compreensão das influências das tecnologias digitais e conectivas em relação ao modo de pensar e viver a fé cristã.

PALAVRAS - CHAVE: Comunicação. Formação Presbiteral. Educação. Currículos.

ABSTRACT

The formation of future priests for communication is one of the important themes for the Catholic Church in Brazil and the world. The objective of this study was to discuss the importance of communication and its variables in the training process of future priests in the Catholic Church in Brazil. Parallel to this process, we worked out how to understand the thinking of the Catholic Church and how it develops the formation of priests in the communication field, looking at the media coverage of the process of the present society. The priest is, by letter of strength, a communicator in the sacred space. He is an important social agent of communication and therefore requires preparation and training that enables him to contribute to the dialogue between the Christian Faith and contemporary culture, which is increasingly mediated. This paper presents an analysis of the main documents of the Catholic Church since 1936, dealing with training for communication beyond an analysis of Matrix Course of the 60 philosophy courses and 58 theology courses, present in 18 regional groups of the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB). It starts with the hypothesis that the training in communication is not still a priority in the curriculum of philosophy and theology, and notes the absence of an educational policy that includes training for the current challenges arising from an increasingly mediated society. The theoretical framework takes into account the very communicative mind of the Church, added to the current critical thoughts of the authors that deal with the discussion of the mediatory process of society and of religion, and also of media culture concepts and the understanding of the influences of digital and connective technologies in relation to the way of thinking and living the Christian Faith.

Key-words: Communication. Formation Presbyteri. Education. Curriculum.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Primeiros cursos de Teologia Católicos regularizados no MEC.....91

Quadro 02 – Perspectivas do conteúdo dos planos de ensino de comunicação.....96

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Número de presbíteros no Brasil entre 1970 e 2010.....	88
GRÁFICO 02 – Número de cursos identificados por Regionais.....	92
GRÁFICO 03 – Autorização e credenciamento junto ao MEC.....	93
GRÁFICO 04 – A relação Filosofia e Teologia com a Comunicação.....	94
GRÁFICO 05 – As perspectivas da Comunicação na Teologia.....	96
GRÁFICO 06 – As perspectivas da Comunicação na Filosofia.....	97
GRÁFICO 07 – A relação MEC/formação para a Comunicação.....	99
GRÁFICO 08 – A relação Carismas/Comunicação.....	101
GRÁFICO 09 – A relação dos cursos reconhecidos por carismas.....	102

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A IGREJA CATÓLICA E A COMUNICAÇÃO A PARTIR DO SÉCULO XX.....	19
2.1 Contexto eclesial no final do século XIX e início do século XX.	19
2.2 A Comunicação no pensamento de Pio XI e Pio XII	22
2.3 O Concílio Vaticano II e a nova relação Igreja-Comunicação	25
2.4 O pensamento comunicacional pós-conciliar	28
2.5 A Comunicação nas Mensagens do Dia Mundial das Comunicações	38
2.6 A Comunicação Social nos Documentos do CELAM	46
2.7 A compreensão e orientação a partir da CNBB	52
2.8 O Papa no Twitter e os desafios da Igreja junto às Redes Sociais.....	60
3 FORMAÇÃO PARA A COMUNICAÇÃO: DESAFIOS E NECESSIDADE.	64
3.1 A formação para a Comunicação no pensamento Pontifício.....	65
3.2 A formação como preocupação no CELAM	70
3.3 A formação para a comunicação nos Documentos da CNBB	71
3.4 A proposta de formação do Setor de Comunicação da CNBB	77
3.5 A formação nas proposições da Congregação para a Educação Católica.....	80
4 O SACERDOTE E A COMUNICAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	83
4.1 A formação presbiteral como prioridade para a Igreja.....	84
4.2 A comunicação nos cursos de Filosofia e Teologia.....	91
4.3 Conquistas e desafios no pensamento comunicacional eclesial.....	103
4.4 A formação presbiteral em um contexto cultural midiaticizado	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.	124
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE A – Instituições de Filosofia envolvidas na pesquisa	137
APÊNDICE B – Instituições de teologia envolvidas na pesquisa	138
APÊNDICE C – Cursos de Teologia relacionados ao MEC	139
APÊNDICE D – Cursos de Filosofia relacionados ao MEC.....	140
APÊNDICE E – Cursos de Teologia por Regionais.....	141
APÊNDICE F – Cursos de Filosofia por Regionais	142
ANEXO A – MENSAGEM DO PAPA BENTO XVI PARA O 44º DIA MUNDIAL DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS	143

1 INTRODUÇÃO

A formação dos futuros sacerdotes é um dever e um direito exclusivo da Igreja. Ela é responsável pela formação de seus ministros; instruindo-os e destinando-os à vida do ministério consagrado. Em diferentes períodos e contextos históricos, a formação dos sacerdotes foi sempre um importante desafio para a Instituição. Em cada contexto histórico foram apresentando-se novas exigências, impondo à Igreja a capacidade de adaptação ao processo formativo, mobilizando Bispos, presbíteros e leigos.

De acordo com Gomes (2010, p. 95), a Igreja Católica “[...] desde a invenção da imprensa, passando pelo cinema, rádio e televisão, foi a primeira a utilizar os recursos midiáticos no seu trabalho apostólico.” A partir do século XX a comunicação, muito mais do que em tempos anteriores, passou a ser um elemento importante a ser considerada na missão pastoral da Igreja Católica.

O censo anual realizado em 2011, com base no ano de 2010, sobre a Igreja no Brasil, apontava para a existência de 276 Circunscrições Eclesiásticas (Dioceses), 10.720 paróquias, 22.119 padres, dos quais 14.091 são diocesanos e 8.028 religiosos, 2.711 diáconos, 33.386 religiosas, além dos milhares de leigos que são responsáveis por inúmeras comunidades, inseridos em pastorais e movimentos. Em 2000, eram 3.412 seminaristas menores e 5.247 seminaristas maiores¹.

Segundo relatório do próprio Vaticano, em 31 de dezembro de 2013 a Igreja Católica possuía 1,2 bilhão de fiéis no mundo todo, com 412.236 padres e 5.104 bispos². Na América Latina são cerca de 483 milhões de fiéis, representando mais de 40% dos católicos do mundo todo. No Brasil são aproximadamente 124 milhões de católicos³.

Para Pedro Gilberto Gomes (2010, p. 114), o desenvolvimento das tecnologias da comunicação, desde a criação da imprensa, com Gutenberg, sempre despertou a preocupação da hierarquia católica. Nos documentos do Magistério (documentos produzidos por Papas, Bispos, individualmente ou em colegiado) publicados a partir das primeiras décadas do século XX a comunicação midiática

¹ http://www.ceris.org.br/antigo/pdfs/analise_censo_igreja_2011.pdf. Último acesso em 15/12/2014.

² <https://www.rs21.com.br/?p=127097>. Último acesso em 15/12/2014.

³ <http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/renuncia-do-papa/igreja-catolica-em-numeros-12-bilhao-de-fieis-40-na-america-latina,d8908d780eb5d310VgnVCM3000009acce0aRCRD.html>. Último acesso em 15/02/2015.

ganhou destaque no pensamento da Igreja e a formação dos sacerdotes para a comunicação aparece como uma nova opção de formação presbiteral. Aos poucos o Magistério foi apresentando mudanças no entendimento do papel da comunicação, o que permite constatar a superação da desconfiança, passando à aceitação. Denota-se um processo de amadurecimento na compreensão da necessidade de um modelo de comunicação que possibilitasse sempre mais o diálogo entre fé e cultura, o quê na atualidade contempla particularmente o campo das tecnologias digitais a serviço da comunicação.

A necessidade de uma formação sólida para a comunicação foi um dos temas que aos poucos foi despertando a discussão em vários documentos da Igreja. Em 1936, na primeira encíclica do século XX que trata dos Meios de Comunicação, o Papa Pio XI fez uma menção ao cinema.

A partir daí vários documentos papais, um Decreto Conciliar, documentos da Congregação para Educação Católica, documentos da Conferência Episcopal latino-americana (CELAM) e documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e de outras ordens tiveram como tema a relação Igreja e comunicação e a formação para a comunicação, inclusive para os que se preparam para o sacerdócio.

Pedro Gilberto Gomes (2010) destaca que nesses documentos eclesiais, uma das preocupações que sempre moveu a Igreja a tratar da comunicação foi a educação. Uma educação que por vezes privilegiou o SABER, o FAZER, ou o PENSAR, em diferentes estágios, a partir do século XX, colocando ênfase nos conteúdos, nos efeitos ou no processo, respectivamente. (GOMES, 2010, p.131).

A formação para a comunicação dos futuros padres da Igreja Católica no Brasil apresenta-se aqui como objeto de estudo, partindo do pressuposto de que o padre, ou presbítero, é um importante agente social da comunicação na sua relação com os diferentes segmentos da sociedade organizada e por isso merece ser levado em consideração como um dos desafios atuais e pertinentes ao processo de formação.

Para o Papa Bento XVI, o sacerdote é constantemente desafiado ao uso pastoral das mídias digitais, frente ao contexto contemporâneo, que ele próprio denomina ser uma era de convergência tecnológica. Por isso, ao dirigir-se aos padres do mundo todo, em 2010, expressou sua preocupação e desejo em vê-los inseridos no mundo das comunicações: “A vós, queridos Sacerdotes, renovo o

convite a que aproveiteis com sabedoria as singulares oportunidades oferecidas pela comunicação moderna.” (Bento XVI, 2010).

Por outro lado, constata-se que atualmente a sociedade passa por profundas transformações em sua cultura. Autores utilizados nesta pesquisa como Pedro Gilberto Gomes (2002; 2006; 2008; 2010; 2011), Joana Puntel (2008; 2010; 2011; 2012), Paulo Roque Gasparetto (2011) e Antonio Spadaro (2012) tratam do processo de midiaticização da sociedade, das características da cultura midiática e da constatação de que as tecnologias digitais, entre elas a internet, mudam o modo de interação social das pessoas e despertam para um novo modo de ser, falar e viver, acarretando mudanças no modo de expressar e viver a fé numa sociedade onde as pessoas estão cada vez mais conectadas.

O desafio deste trabalho foi tentar compreender, no contexto atual, como se apresenta a necessidade de um programa inovador e contextualizado de formação para a comunicação, dos candidatos ao sacerdócio ministerial na Igreja Católica do Brasil. Torna-se possível problematizar que nos dias atuais este é um desafio para a Igreja Católica, uma vez que ao longo do seu processo de abertura à comunicação, nasceu a discussão a respeito da formação para a comunicação.

O objetivo principal foi questionar e alcançar a relevância da comunicação e suas variáveis no processo formativo dos futuros padres. A comunicação como elemento articulador da sociedade desafia a própria Igreja, em seu modo de pensar e compreender as manifestações de fé, inserida em um novo contexto existencial e antropológico. O modo de ser, pensar e agir reflete uma cultura que é cada vez mais marcada pelas tecnologias digitais e conectivas, que caracterizam as principais inovações da comunicação no início do século XXI.

É justamente neste contexto de significativas mudanças na sociedade contemporânea que surge a preocupação de analisar como a comunicação está sendo inserida no processo de formação presbiteral no Brasil. A partir de qual perspectiva a Igreja está pensando e desenvolvendo esta formação. De que forma e a partir de qual modelo comunicacional a formação contempla a comunicação como um dos principais elementos de articulação da sociedade?

Partimos da hipótese de que, embora evidente, nos documentos da Igreja, a necessidade de formação para os presbíteros sendo esta uma das grandes necessidades no início do terceiro milênio, por parte da Igreja, ainda não existe uma política educacional, que contemple uma formação para os desafios atuais

decorrentes de uma sociedade cada vez mais midiaticizada. Por isso a formação para a comunicação ainda não se constitui como uma prioridade.

A principal questão discutida neste trabalho diz respeito à relevância do tema comunicação enquanto conteúdo de formação para os futuros presbíteros da Igreja Católica no Brasil? Subsistem outras questões paralelas que transitam com o tema central desta pesquisa que são: a Igreja está preparando seus padres para o mundo das comunicações? É possível identificar nas Diretrizes para a formação que existem políticas educacionais que contemplem a comunicação? A formação para a comunicação está entre as prioridades curriculares nos cursos de Filosofia e Teologia no Brasil, vigentes em 2013 e 2014? Qual a perspectiva em que a comunicação tem sido tratada no processo de formação nos currículos de Filosofia e Teologia? A formação oferecida contempla os desafios atuais e as tecnologias digitais? A busca por respostas plausíveis para estas questões exige aprofundar o pensamento da Igreja sobre a comunicação a partir do início do século XX.

A metodologia adotada foi bibliográfica e documental que permite a compreensão do processo de construção e do desenvolvimento comunicacional da Igreja Católica, e a partir deste, a dimensão formativa para a comunicação. Segundo Gaior (2008), tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa documental ocupam-se com documentos. Para a autora (GAIOR, 2008, p. 156), “A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, tendo como única diferença o tipo de fonte pesquisada”. A pesquisa bibliográfica contempla livros e artigos científicos, enquanto a pesquisa documental utiliza-se de documentos que ainda não tenham recebido tratamento analítico, que neste caso, é a matriz curricular e o plano de ensino das disciplinas relacionadas à comunicação nos cursos de Filosofia e Teologia, no Brasil.

Pedro Gilberto Gomes (2010) entende que ao tratarmos da relação Igreja e Comunicação, deve-se evitar que uma determinada pesquisa se torne mera descrição do fenômeno ou uma simples constatação empírica. Faz-se necessário um estudo bibliográfico que possibilite “[...] uma análise dos documentos ditos canônicos, clássicos, onde as Igrejas Cristãs refletem sobre a comunicação e sua importância para as suas missões, no sentido de recuperar as questões teóricas de fundo que cimentaram e nortearam os fundamentos destas reflexões.” (GOMES, 2010, p. 22).

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica discorre sobre os documentos oficiais da Igreja que tratam da comunicação desde o início do século XX, permitindo situar no próprio pensamento da Igreja a formação para a comunicação como um desafio sempre latente, pertinente e atual. São estes documentos que tradicionalmente, mais influenciam na elaboração das Diretrizes para Formação Presbiteral. A pesquisa bibliográfica, neste caso, possibilitou um contato com grande parte do pensamento comunicacional da Igreja, escrito a partir do século XX nos documentos oficiais (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Por isto, este trabalho não se propõe a estudar a história da comunicação na Igreja Católica do Brasil e muito menos a história dos currículos de Filosofia e Teologia. São levados em conta apenas os cursos de Filosofia e Teologia e os planos de ensino das disciplinas de comunicação em vigência no período entre 2013 e 2014. (*vide* Apêndice A e Apêndice B).

O primeiro capítulo intitulado: A Igreja Católica e a Comunicação a partir do século XX contextualiza o processo de construção do pensamento comunicacional da Igreja. Neste capítulo, através de diversos documentos oficiais da Igreja foi analisado como a comunicação se tornou um tema relevante no pensamento da Igreja Católica a partir de 1936 quando o Papa Pio XI publicou o primeiro documento do século XX (*VIGILANTI CURA*) que tratou de modo particular o cinema como um importante meio de comunicação a exercer influência sobre as massas.

A partir daí foram inúmeras Cartas Encíclicas, documentos do Concílio Vaticano II; da Congregação para a Educação Católica; do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, da Conferência Episcopal latino-americana (CELAM); da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) além das Cartas para o Dia Mundial das Comunicações, desde 1976. Além do pensamento oficial da Igreja a respeito da comunicação, destaca-se ainda a atitude de Bento XVI em utilizar a rede social Twitter para comunicar-se com um maior e singular número de fiéis.

O segundo capítulo tem por finalidade situar o objeto desta pesquisa no pensamento da Igreja desde o início do século XX: a formação para a comunicação nos currículos de Filosofia e Teologia. O objetivo é apresentar como a formação para a comunicação foi sendo despertada e concebida como uma necessidade ao longo do processo de construção do pensamento comunicacional da Igreja a partir de 1936. Trata-se do pensamento oficial de Roma, dos Bispos da América Latina e

da colegialidade dos Bispos Brasil (CNBB). Alguns dos documentos analisados no capítulo anterior foram novamente objetos de análise neste capítulo.

Na segunda parte do segundo capítulo o corpus é composto por vários documentos relacionados à formação nos Seminários e Institutos religiosos no Brasil. São documentos que exerceram e ainda exercem um significativo poder de orientação e implantação dos modelos educacionais dedicados à formação presbiteral no Brasil. Estes documentos tornam-se referência na composição das prioridades que compõem os currículos acadêmicos voltados para a formação presbiteral no Brasil.

O terceiro capítulo apresenta uma análise descritiva do estudo empírico realizado nos 60 cursos de Filosofia e 58 de Teologia em funcionamento no Brasil entre 2013 e 2014 e que tem entre seus estudantes, candidatos ao sacerdócio. Diante do objetivo deste trabalho em compreender a relevância da comunicação na formação presbiteral, da existência ou não de uma política educacional, justifica-se a opção por investigar todos os cursos identificados e não simplesmente efetivar uma amostragem.

Os resultados da pesquisa documental com a Matriz Curricular e o plano de ensino, associado ao conteúdo dos dois capítulos anteriores, discutidos a partir do referencial teórico, possibilitam analisar concretamente como a formação para a comunicação aparece nestas duas etapas do ensino superior, voltadas para a formação presbiteral.

A fim de compreender de modo convincente a realidade formativa nestas duas modalidades de cursos, pergunta-se pela influência ou não do Ministério da Educação, dos carismas⁴ e até mesmo da localização geográfica dos cursos, bem como sua relação com o caráter público ou privado do ensino.

⁴ A palavra carisma vem do grego “cháris” que significa graça e dom. A Igreja Católica acredita que o Carisma é uma Graça especial do Espírito Santo para o bem da Igreja. Não são dons extraordinários reservados a alguns. São dons gratuitos do Espírito, bondade do Criador e não conquista por virtudes ou méritos; são úteis e necessários às necessidades da Igreja e por isso colocados na dimensão do serviço. Cada Congregação, Instituto de Vida Consagrada ou Ordem Religiosa assume o Carisma de seu Fundador (a). Exemplo: os Franciscanos vivem o carisma de seu fundador Francisco de Assis que procurou seguir Jesus Cristo pobre, humilde e crucificado; os sacerdotes diocesanos assumem o carisma do pastoreio, seguindo São João Maria Vianney, patrono de todos os párocos e sacerdotes, que se destacou como modelo de pastor; as irmãs, irmãos e sacerdotes paulinos, seguem o carisma de seu fundador Pe. Alberione que inspirado no Apóstolo Paulo assumiu a missão de anunciar Jesus por meio da imprensa, buscando viver e anunciar a Palavra com a comunicação. Outros tantos carismas contemplam as crianças, os jovens, os doentes, os estrangeiros, a educação, etc.

Estes elementos caracterizam influências significativas capazes de influenciar positiva ou negativamente as Instituições responsáveis pelos cursos quando estas organizam a Matriz Curricular? Trata-se de um passo importante para que pudéssemos levar em conta a hipótese inicial da pesquisa: de que apesar do processo de abertura da Igreja em seu modo de entender a comunicação no processo formativo para a vida presbiteral no Brasil a comunicação ainda não é prioridade mediante uma política educacional capaz de contemplar uma formação para os desafios atuais decorrentes de uma sociedade cada vez mais midiaticizada.

O referencial teórico já apresentado anteriormente foi utilizado para uma análise documental, tanto do pensamento da Igreja, como também dos currículos de Filosofia e Teologia e para compreender como a formação discutida, desejada e problematizada na construção do pensamento comunicacional da Igreja acontece de modo concreto da dinâmica formativa.

2 A IGREJA CATÓLICA E A COMUNICAÇÃO A PARTIR DO SÉCULO XX

O desenvolvimento das tecnologias da comunicação, desde a criação da imprensa, com Gutemberg, sempre despertou a preocupação da hierarquia católica (GOMES, 2010, p. 114). A Igreja Católica, “[...] desde a invenção da imprensa, passando pelo cinema, rádio e televisão, foi a primeira a utilizar os recursos midiáticos no seu trabalho apostólico.” (GOMES, 2010, p. 95).

Este primeiro capítulo apresenta o processo de construção do pensamento comunicacional da Igreja Católica a partir de 1936. O texto expõe: O contexto eclesial ao final do século XIX e início do século XX; A comunicação no pensamento de Pio XI e Pio XII; O Concílio Vaticano II e a nova relação Igreja-Comunicação; O pensamento comunicacional no Pós-concílio; A Comunicação nas Mensagens do Dia Mundial das comunicações; A Comunicação Social nos documentos do CELAM; A Compreensão e orientação a partir da CNBB. Conclui falando do Papa no Twitter e os desafios da Igreja junto às Redes Sociais.

2.1 Contexto eclesial no final do século XIX e início do século XX.

No século XX foram inúmeras as conquistas e acontecimentos da civilização que influenciaram também no contexto eclesial: a invenção da câmera fotográfica (1900), a invenção do Rádio (1901) e do Telégrafo (1901), a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), a Revolução Russa (1917), a ascensão de Mussolini na Itália (1925), a invenção da televisão (1926), a Crise da Bolsa de Nova York (1929), o governo alemão de Hitler (1933), a Guerra Civil na Espanha (1936-1939), a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), o primeiro computador (1944). Ao longo do século aconteceram ainda as conquistas feministas, os avanços da biotecnologia, da indústria farmacêutica e as tecnologias da informação.

Segundo Vitor Feller (2014, p. 25), “Na segunda metade do segundo milênio, dos anos 1500 até o Concílio Vaticano II, houve um movimento progressivo de fechamento da Igreja e, por reação, um insistente e desafiador movimento de reforma”.

Para ele, a Igreja deixou de, “[...] enfrentar e resolver os desafios lançados pela Reforma e pelo Iluminismo”, que criticavam e contestavam seu apego e por isso

foi distanciando-se do mundo e ao mesmo tempo “[...] afirmando-se como sociedade perfeita, com leis, estruturas e quadros próprios, em competição com o mundo.” (FELLER, 2014, p. 25). Com este pensamento, a Igreja passou a ver a modernidade como um movimento desafiador e ao mesmo tempo desagregador dos valores da dinâmica eclesial.

Rodrigo Coppe Caldeira (2011, p. 16) destaca que a reação da Igreja foi ainda maior a partir do século XIX quando ela “[...] passou por um processo de fechamento em si mesma e de uma afirmação dos valores cristãos frente à sociedade moderna que questionava suas bases” e observa ainda que desde o século XVI a Igreja sentiu-se ameaçada por vários acontecimentos como a Reforma Protestante, o Iluminismo, a Revolução Francesa e para proteger-se passou a condenar tudo quanto poderia ameaçar seu poder simbólico e temporal.

Contudo é no século XIX que se percebe “[...] um pensamento católico profundamente oposicionista à modernidade” (CALDEIRA, 2011, p. 27), onde passam a coexistir na Igreja duas formas de se compreender a missão da instituição no mundo. De um lado os católicos liberais ou progressistas, que defendiam o diálogo e a ideia de que a Igreja deveria abrir-se ao mundo, de outro lado os católicos conservadores e antimodernos, que defendiam a ideia de condenação e afastamento do mundo. Ambos colocam uma mesma questão: como a Igreja deveria reagir frente à modernidade (CALDEIRA, 2011).

Segundo Caldeira (2011) de um lado estavam aqueles que aceitavam e entendiam positivamente os muitos caminhos abertos pelos novos tempos modernos, desafiando a Igreja a abrir-se e adequar-se ao tempo presente. De outro, uma compreensão negativa com respeito a tudo que se sucedia, criando, inclusive, uma compreensão demoníaca.

Caldeira destaca ainda que neste período, a Igreja “[...] cerrou-se cada vez mais em seus muros como tentativa de contenção do avassalador movimento de crítica ao seu poder temporal, e logo, posteriormente, aos temas centrais de sua tematização teológica.”⁵ Tanto na sua relação com o mundo como também nas relações internas, entre hierarquia e laicato, prevalecia a compreensão de uma Igreja imperial, piramidal, monárquica, hierárquica, clericalista, juridicista,

⁵ Entrevista com Rodrigo Coppe Caldeira sobre a Igreja Católica encontrou o seu papel no século XX. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/41667-a-igreja-catolica-encontrou-o-seu-papel-no-seculo-xx-a-atualidade-do-vaticano-ii-entrevista-especial-com-rodrico-coppe>. Último acesso em 13/11/2014.

institucional, na defensiva do mundo, essencialista (fora dela não há salvação), eclesiocêntrica (preocupada somente com a ortodoxia e a disciplina moral). Para José Marques de Melo (2005, p. 24) “Esse comportamento verticalista, autoritário, inibidor, marca igualmente a atitude da Igreja diante dos instrumentos de reprodução simbólica: a imprensa, o cinema, o rádio, a televisão”.

Os papas Leão XIII (1878 -1903), Pio X (1903-1914), Bento XV (1914-1922), Pio XI (1922-1939) e Pio XII (1939-1958), que dirigiram a Igreja do final do século XIX até a metade do século XX foram resistentes à modernização, porém procuraram integrar princípios e valores do mundo moderno que consideravam compatíveis com a ortodoxia católica. Esta postura cautelosa e defensiva da Igreja permite compreender atitudes como o repúdio a determinados princípios da modernidade, o desafio em lidar com o processo de modernização da sociedade e o excessivo cuidado com a penetração dos valores modernos na Igreja. (MENOZZI apud CALDEIRA, 2011, p. 62-65).

Deve-se levar em consideração este contexto a fim de uma melhor compreensão do processo de construção da relação Igreja-Comunicação e o despertar do pensamento comunicacional católico sobre a formação presbiteral para a comunicação no Brasil a partir do século XX. Neste capítulo apresenta-se o desenvolvimento do pensamento comunicacional da Igreja desde 1936.

O primeiro documento aqui analisado é a Encíclica Vigilante Cura do Papa Pio XI, de 1936, por ser o primeiro documento da Igreja a tratar especificamente da comunicação no século XX (DARIVA, 2003, p. 19 - 32), embora o Papa opte por referir-se exclusivamente ao cinema.

Entre os demais documentos examinados estão, aqueles publicados pelos Papas Pio XII (1957), Paulo VI (1971 e 1973), João Paulo II (1988, 1990, 1992) além da Mensagem anual para o Dia Mundial das Comunicações dos Papas Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Papa Francisco; o Decreto *Inter Mirifica* do Concílio Vaticano II (1963); os documentos do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais (2000, 2002); os documentos da Conferência Episcopal Latino-Americana – CELAN (1955, 1968, 1979, 1992 e 2007) e da Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB).

2.2 A Comunicação no pensamento de Pio XI e Pio XII

A Carta Encíclica *Vigilanti Cura* do Papa Pio XI, de 29 de junho de 1936, refere-se ao cinema, evidenciando os valores e as oportunidades deste moderno meio de comunicação. O papa dirige-se inicialmente à hierarquia eclesiástica dos Estados Unidos e depois aos bispos de todo o mundo, sendo assim a primeira vez em que a hierarquia católica foi despertada para o problema do cinema, abordado isoladamente dos demais meios, como tecnologia de comunicação.

No documento o Papa expressa sua gratidão à hierarquia norte-americana e a todos os colaboradores por terem criado a “Legião da Decência”⁶, que tinha como finalidade combater e minimizar a influência dos filmes que eram produzidos naquela época e que tinham conteúdos moralmente prejudiciais.

Em sua doutrina, a encíclica reforça a importância e o poder do cinema, assistido diariamente por milhões de pessoas, porque fala por meio da imagem projetada na tela como também pela popularidade do espetáculo cinematográfico e pelas circunstâncias que o acompanhavam.

Com isso, entende que é necessário vigiar e trabalhar para que o cinema não se torne escola de corrupção, com sua lição de coisas que ensinam tanto para o bem como para o mal. Prima pelo cinema moral e educativo, cuja obrigação compete aos bispos e a todos os homens honestos. Como consequências práticas, o documento aponta a vigilância nos padrões da produção, elevando o cinema aos fins da educação e às exigências da consciência cristã. Defende ser uma obrigação moral dos bispos “[...] preocupar-se com todas as formas de honesta e sã recreação.” (PIO XI, 1936, nº40).

O Papa destaca ainda a necessidade de que nas dioceses e paróquias fossem criados Secretariados como órgãos permanentes de revisão e que deveriam “[...] ter a guia e assistência dum sacerdote escolhido pelos bispos.” (PIO XI, 1936, nº 52).

Soares (1998, p. 80), em sua obra “Do Santo Ofício à Libertação”, opina que a Encíclica *Vigilanti Cura* “antes de ser um documento doutrinário, foi uma ‘ordem do dia’, ditada por um comandante-chefe” (1998, p. 80) e destaca que “O papa Pio XI

⁶ Surgida nos Estados Unidos e formada por um grupo de padres e leigos, por volta de 1930, com a finalidade de combater, de maneira criativa, a produção de filmes moralmente prejudiciais. (GOMES, 2010, p.115)

interessou-se pessoalmente pela introdução do Cinema na sociedade, ao criar em 1928, a OCIC – Organização Católica Internacional do Cinema” (SOARES, 1988, p. 78). Para Soares (1988, p. 80), Pio XI reconhece a idoneidade da comunicação, sua ambivalência cultural e moral, a existência de uma produção que é alternativamente boa, mas ao mesmo condena a possível imoralidade do cinema.

Embora reconheça as muitas qualidades e o grande papel do cinema na sociedade, Pio XI denuncia o mal e os perigos apresentados em muitos filmes, recomendando cautela, sem que isso demonstrasse uma visão pessimista. Gomes (2010, p. 115) admite compreender nesta atitude da Igreja certa censura e ao mesmo tempo uma ação que buscava influenciar e direcionar os filmes segundo aquilo que a própria Igreja entendia ser bom e positivo.

A segunda Encíclica que discutiu a comunicação no século XX foi *Miranda Prorsus* do Papa Pio XII, publicada em 1957. Para Soares (1988, p. 86), ela “representa a primeira grande síntese da doutrina da Igreja Católica sobre a Comunicação Social”. Para ele, onde o cinema, o rádio e a televisão foram tratados todos pela denominação comum de a “comunicação” (1988, p. 87). O que demonstra que ao tratar do cinema, do rádio e da televisão como meios eletrônicos, Pio XII demonstrou um grande interesse pela comunicação. Para Puntel (2010), o Papa demonstra interesse com a comunicação não somente com a publicação desta encíclica, mas em seus mais de 60 discursos e textos variados sobre diferentes áreas e questões de interesse da comunicação social.

Em *Miranda Prorsus*, “[...] o papa mostra uma grande capacidade de análise e uma postura positiva com relação aos meios eletrônicos, o seu potencial e as exigências pastorais que deles derivam.” (DARIVA, 2003, p. 33). Neste documento a Igreja, pela primeira vez, deu boas-vindas aos meios de Comunicação, acolhendo as tecnologias emergentes como dons de Deus. Ao referir-se aos desenvolvimentos futuros, apresenta com clareza a análise tanto dos efeitos como também das consequências que os meios eletrônicos trariam para a pastoral da Igreja, sendo um dos textos inspiradores na fase de preparação (1960 -1962) e elaboração do documento *Inter Mirifica* no Concílio Vaticano II, publicado em 1963. (DARIVA, 2003, p. 34).

A constatação do pontífice era que o cinema, o rádio e depois a televisão, estavam manifestando um poderoso influxo no modo de pensar e agir dos indivíduos e comunidades ao longo do século. A comunicação com suas tecnologias

comunicacionais deveria estar a serviço dos valores humanos e culturais que enriquecem a vida do ser humano.

O papa condena o uso da comunicação apenas para interesses políticos e econômicos por entender que desta maneira ela gera sempre mais dominação e não presta serviço à liberdade, à verdade e ao bem comum. Diante disso a Igreja que se entendia superior a todos os demais e detentora do encargo de transmitir aos homens uma mensagem universal de salvação passa a interessar-se pelos meios de difusão, como instrumentos de evangelização. (Pio XII, 1957, nº 6).

O Papa Pio XII cobrou da autoridade civil a obrigação de vigiar os meios de comunicação social a fim de salvaguardar a moralidade pública, por entender que o cinema, o rádio e a televisão não são simples meios de lazer e distração. São meios de transmissão de valores humanos e espirituais, podendo constituir-se uma nova e eficaz forma de promover a cultura no seio da sociedade moderna e por isso sua finalidade deve estar a serviço da verdade e do bem (PIO XII, 1957, nº42-44).

O documento reconhecia que após 60 anos de sua invenção, o cinema se tornaria um dos mais importantes meios de expressão que fascinava o mundo moderno e que seria possível torná-lo “[...] instrumento positivo de elevação, educação e melhoramento.” (PIO XII, 1957, nº 75). O rádio, embora não dispusesse da riqueza de elementos espetaculares do cinema, estava presente em tantos ambientes e casas e foi logo assumido como um importante instrumento pastoral.

A Rádio Vaticano, inaugurada pelo Papa Pio XI em 12 de fevereiro de 1931, é citada em sua busca constante de ampliação e aperfeiçoamento, como encorajamento e apoio às emissoras católicas de radiodifusão (PIO XII, 1957, nº 130).

Neste documento o Papa destaca a influência da televisão sobre a família e sobre os jovens (PIO XII, 1957, nº 139-150). Pio XII destaca ainda a falta de discrição e prudência quanto ao uso da televisão (1957, nº 143); e convida todos os católicos, o clero e as Ordens Religiosas para dominarem a nova técnica, a fim de colaborar no aproveitamento das riquezas espirituais (PIO XII, 1957, nº 145).

A televisão, neste tempo, atingia um surpreendente desenvolvimento, marcando um importante estágio da humanidade e assumindo muitas prerrogativas do cinema, porém, dirigindo-se ao homem no interior de sua própria casa. Uma exortação é feita quanto à intimidade da família, advertindo que seus membros não deveriam ser dominados pela fascinação da nova técnica.

Na compreensão de Marques de Melo (2005, p. 25), estes dois documentos ainda estão situados na fase em que a Igreja demonstrou uma aceitação desconfiada em relação aos novos meios de comunicação. Período em que a Igreja exercitou uma postura de controle pela vigilância em relação à imprensa e demais instrumentos que surgiram como o rádio, o cinema e a televisão. Desafiada pelas significativas mudanças na sociedade a Igreja passou a uma atitude de maior aceitação, mesmo que receosa, em relação aos meios eletrônicos.

Na avaliação de Soares (1988, p. 91) “[...] Pio II atribuía uma hipoteca social ao uso dos meios de comunicação: ou se colocam a serviço do que a Igreja denomina como ‘verdade’, ‘justiça’, ‘decência’ ou não têm direito à existência.”

2.3 O Concílio Vaticano II e a nova relação Igreja-Comunicação

Com a morte de Pio XII, depois de um conclave de quatro dias, foi eleito Papa Ângelo Giuseppe Roncalli, em 28 de outubro de 1958. Pio XI e Pio XII já haviam pensado em um novo concílio, porém este não fora convocado. No dia 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo, em Roma, João XXIII anunciou a realização de um novo Concílio universal para a Igreja.

Em junho de 1959, foi enviado aos bispos de todo o mundo (quase três mil), aos superiores das várias ordens e às universidades e faculdades católicas, o convite para que estes apresentassem propostas para os futuros trabalhos em preparação ao concílio.

A preparação teve início em 1960 com a publicação do motu próprio *Superno Dei nutu*, pelo Papa João XXIII, que desejava uma Igreja mais próxima do homem e de suas angústias, com uma linguagem inteligível ao homem moderno. Por isso o Concílio Vaticano II não foi convocado para definir questões de fé e costumes e nem mesmo para combater possíveis situações cismáticas, mas para ocupar-se do testemunho da Igreja no mundo moderno (CALDEIRA, 2011).

O fato é que a Igreja vivia a mais de um século um processo de acomodação ao mundo moderno. João XXIII desejou levar a Igreja a uma visão positiva da contemporaneidade e ao mesmo tempo sonhava com uma postura de diálogo em relação ao mundo moderno. O Concílio, em sua convocação, preparação e desenvolvimento, trouxe uma grande influência de João XXIII no modo de pensar a

Igreja na sua relação com o mundo. Todavia, nem todas as suas aspirações receberam a devida atenção e centralidade nos documentos conciliares. O papa propôs ao Concílio três grandes temas: a abertura ao mundo moderno, a unidade dos cristãos e a Igreja dos pobres.

Em relação ao modelo eclesial dominante nos séculos anteriores evidenciam-se alguns aspectos importantes: passou-se de uma compreensão de Igreja que era Sociedade Perfeita para uma Igreja Mistério; de uma visão essencialista a uma visão histórico-salvífica da natureza da Igreja; de uma Igreja como Instituição hierárquica, jurídica, apenas, para a Igreja de carismas e ministérios, uma Igreja Povo de Deus; passou-se de um modelo de uma Igreja centrada em si mesma (eclesiocentrismo) para um modelo de Igreja cujo centro é Jesus Cristo (cristocentrismo); de uma postura que privilegiava a visibilidade da Igreja para uma maior visibilidade do Reino de Deus; passou-se de uma Igreja que priorizava uma visão apologética para uma Igreja de visão ecumênica, dialógica; de uma Igreja-voltada-para-si para uma Igreja voltada para o mundo; de uma Igreja em conflito e confronto com o mundo para uma Igreja em diálogo com ele; de uma Igreja autossuficiente, senhora de si, simplesmente mestra, para uma Igreja servidora, solidária, mãe e discípula. O Concílio Vaticano II permitiu à Igreja o esforço em superar a dicotomia sagrado e profano. E isto permitiu até mesmo uma nova compreensão em relação ao mundo das comunicações (CALDEIRA, 2011; FELLER, 2014).

Com o início dos trabalhos do Concílio Vaticano II em 1962, a comunicação seria discutida pela primeira vez pela Igreja Católica com representação universal. O decreto conciliar *Inter Mirifica* foi o segundo documento a ser aprovado no Concílio em 04 de dezembro de 1963. Por se tratar de um decreto sobre os meios de comunicação social, expressa a aceitação oficial da Igreja em relação aos mesmos, cuja utilização, se constitui um direito e também uma obrigação à própria Igreja. *Inter Mirifica* inaugura uma nova compreensão da comunicação por parte da Igreja, caracterizada pelo FAZER, onde os meios de comunicação deveriam ser utilizados para propagar a fé cristã.

À Igreja, pois, compete o direito natural de usar e de possuir todos os instrumentos desta ordem, enquanto sejam necessários ou úteis para a educação cristã das almas e sua salvação; compete, pois, aos pastores sagrados o dever de instruir e de governar os fiéis de modo que estes, servindo-se dos ditos instrumentos, atendam à sua própria perfeição e

salvação, assim como à de todo o gênero humano. (*INTER MIRIFICA*, 1963, nº 3).

Tanto os leigos como o clero, recebem pela primeira vez uma orientação oficial quanto ao uso dos meios de comunicação social. O texto foi aprovado por 1598 votos favoráveis e 503 contrários, sendo o documento conciliar que recebeu maior número de votos contrários (PUNTEL, 2011, p.226-227). O que pode indicar que o documento não fora discutido o suficiente a fim de possibilitar um amadurecimento a respeito da comunicação e ao mesmo tempo aponta para o que se pode chamar de resistência, indiferença quanto à comunicação no âmbito eclesial.

Para Soares (1988, p.105) *Inter Mirifica* foi um divisor de águas na compreensão da comunicação, possibilitando inúmeros avanços: a comunicação ganhou cidadania e interdependência na Igreja; a Igreja reconheceu à sociedade o direito à informação; afirmou que a formação para uma reta opinião pública é dever de todos; tratou da escolha pessoal e livre dos conteúdos e não apenas defendendo a proibição e a censura; os meios deixam de ser entendidos apenas como subsídios acessórios e passam a ser vistos como instrumentos indispensáveis à Igreja.

Gomes (2010, p. 119) lembra que o Concílio usou a expressão “comunicação social” com a finalidade de superar uma mentalidade meramente técnica que as expressões, *meios audiovisuais*, *técnicas de difusão*, *mass media* e *comunicação de massa*, pareciam reforçar. O documento refere-se a todas as tecnologias de comunicação e ao mesmo tempo apresenta um novo conceito de tecnologia que está para além da técnica. Isto permitiu pensar a comunicação como um processo humano.

Pessinatti (1998) ao tratar das políticas de comunicação da Igreja no Brasil, reforça o que disse Dom Eugênio de Araújo Sales – bispo, membro da equipe que elaborou o documento *Inter Mirifica*: “a Igreja [...] não perdeu o bonde da história na área da comunicação. Ela poderia ter embarcado melhor. A Igreja embarcou tarde, mas embarcou.” (PESSINATTI, 1998, p. 227).

Como atitude prática, o decreto conciliar criou o Dia Mundial das Comunicações com a finalidade da oração, reflexão, discussão quanto aos deveres em relação às questões da comunicação e propôs também a criação de um secretariado mundial especializado, instituído posteriormente pelo papa Paulo VI, em 1964. (GOMES, 2010, p. 119). Além disso, o direito à informação foi a grande

contribuição de *Inter Mirifica* e um dos grandes avanços conciliares. Ao defender o direito à informação e a escolha livre e pessoal, os padres do Concílio condenaram ao mesmo tempo a censura e a proibição, iniciando uma fase de aceitação positiva dos meios de comunicação. (*INTER MIRIFICA*, 1963, nº 9)

A partir do concílio, a comunicação passou a ser entendida como um caminho pastoral para a Igreja. Tanto o clero, quanto o laicato foram convidados a empregar os instrumentos de comunicação no trabalho pastoral. Além disso, a insistência em uma nova orientação pastoral sobre a comunicação permitiu que em 1964 o Papa Paulo VI criasse uma Comissão Mundial para as comunicações, que passou a chamar-se *Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais*.

Embora *Inter Mirifica* represente um grande passo da Igreja em relação à comunicação, Puntel (2010, p.45), admite que infelizmente os bispos olharam mais para o passado do que para o futuro; olharam mais para a própria Igreja do que para a sua relação com o mundo. Segundo ela, o Decreto “Não aproveitou as realizações criativas do profissionalismo e da prática secular em comunicação de massa. Ao contrário, aborda preconceitos católicos ultrapassados e preocupa-se mais com a Igreja do que com a cristandade em geral”.

2.4 O pensamento comunicacional pós-conciliar

No pós-concílio, o primeiro grande documento a tratar dos meios de comunicação social foi a Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, de Paulo VI, publicado em 1971, que tratou dos meios de comunicação na sociedade e também da formação, oportunidades e obrigações a serem oferecidas aos comunicadores. Discutido desde 1967, recebeu ao longo de seu processo de elaboração mais de 800 propostas de alterações e correções.

O documento foi aprovado e assinado pelo Papa Paulo VI, em 21 de janeiro de 1971. Segundo Gomes (2010, p. 120), é considerado um dos documentos mais positivos da Igreja sobre a comunicação. O texto não inicia apresentando os direitos e deveres da Igreja como aconteciam com os documentos anteriores. Esta Instrução apresentou uma maior abertura ao diálogo e expressava a preocupação em voltar-se para a responsabilidade pessoal, além de contemplar os novos desafios e a

capacidade que os meios possuíam. Admitia a ideia de que tais meios pudessem contribuir para o progresso da humanidade.

Pelo longo período de discussão e elaboração do documento e por estar sob a responsabilidade da Comissão Pontifícia das Comunicações Sociais, esta Instrução pastoral não traduz o pensamento de uma só pessoa como acontecem com uma Encíclica ou exortação Apostólica.

Para Noemi Dariva (2003, p. 82), esta Instrução Pastoral pode ser considerada como a Magna Carta da comunicação cristã, sobretudo pela aproximação positiva que faz entre a comunicação e a Igreja; uma aproximação que ao mesmo tempo é profissional e concreta, não tendo a pretensão de ser a palavra final da Igreja sobre o assunto e ao mesmo tempo demonstra confiança e entusiasmo em relação ao presente e ao futuro das comunicações. Para Puntel (2010, p. 47), este também foi o mais avançado documento da Igreja sobre a comunicação até este período, demonstrando esperança e otimismo e superando a visão um tanto moralizante e dogmática dos documentos anteriores.

Neste documento as comunicações sociais são entendidas como fatores importantes do progresso humano, uma vez que são capazes de reunir os homens de nosso tempo como que em uma mesa-redonda, motivados pelo convívio fraterno e a ação comum, derrubando as barreiras que o espaço e o tempo levantaram entre os homens. Neste sentido, “[...] a mídia não é mais vista como um perigo, mas como uma força benéfica.” (PUNTEL, 2010, p, 49).

Os Meios de Comunicação Social são compreendidos pela metáfora de uma “praça pública”, onde as diferentes opiniões, expressas e confrontadas entre si, enriquecem e contribuem para o progresso da vida social, sendo canais de informação sobre a mentalidade do homem moderno, destacando-se, entre outros, o papel primordial dos comunicadores em recolher, elaborar e divulgar opiniões, com juízo crítico e livre. (PAULO VI, 1971, nº 24 - 27).

Outro aspecto importante a ser destacado neste documento diz respeito ao direito à informação e ao direito de informar. O homem moderno necessita de informação completa, honesta e precisa, a fim de poder situar-se nas contínuas vicissitudes do mundo em que vive. (PAULO VI, 1971, nº 33). O direito de informar compreende o homem como sujeito e não como um simples objeto da comunicação. Este modo de entender o receptor não simplesmente como objeto marca um grande avanço não

apenas no pensamento da Igreja, como também um elemento central no paradigma comunicacional na passagem do século XX para o século XXI.

O documento ressalta também que aqueles que têm, por profissão, o dever de informar, desempenham um importante e duro trabalho, nem sempre compreendido por aqueles que desejam ocultar a verdade. Ao mesmo tempo em que os meios de comunicação são uma novidade para a humanidade de hoje, dirigindo-se simultaneamente a um incontável número de pessoas, estes têm o poder de enriquecê-la ou empobrecê-la e por isso devem estar a serviço da verdade. (PAULO VI, 1971, nº 53).

Outra ideia presente no documento é a compreensão de que “Os meios de comunicação social contribuem para o progresso de toda a sociedade.” (PAULO VI, 1971, nº 84). Por isso “[...] deve haver leis que protejam a liberdade de expressão e o direito à informação, contra toda forma de pressão econômica, política ou ideológica.” (PAULO VI, 1971, nº 87). A liberdade de expressão é defendida como um valor inalienável, desde que esteja dentro dos limites da moralidade e do bem comum.

Segundo o documento, a Igreja reprovava e denunciava toda espécie de violência exercida contra jornalistas e repórteres que arriscam suas vidas para cobrirem conflitos e fatos que perturbam e angustiam a consciência humana. Ao falar da contribuição dos católicos junto às comunicações sociais, o texto destaca que esta é uma missão de bispos, sacerdotes, religiosos e leigos e que todos são convidados a participar da imprensa escrita, radiofônica e televisiva. Contudo aos que usam os meios, o documento adverte “[...] a linguagem na rádio ou na televisão não pode ser um decalque da linguagem dos púlpitos.” (PAULO VI, 1971, nº 128).

Soares (1988) considera que a Igreja permaneceu em sua visão instrumentalista da comunicação, embora tenha se liberado de um moralismo rancoroso, reafirmado a liberdade humana e ao mesmo tempo tenha procurado questionar-se sobre sua presença no mundo dos modernos instrumentos. Para o autor, *Communio et Progressio* “[...] deixou um legado de generosa abertura para os meios de comunicação mantidos pela sociedade e uma desconfiança para como os meios próprios e seus profissionais.” (SOARES, 1988, p. 118).

Dois anos depois o Papa Paulo VI publicou em 08 de dezembro de 1973 a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, sobre a Evangelização no mundo moderno, em comemoração ao décimo aniversário da conclusão do Concílio

Vaticano II. Não se trata de um documento específico sobre a comunicação. Contudo, ao falar dos meios e métodos de evangelização, considera que “[...] não se deve esconder a importância das vias e dos meios da mesma evangelização.” (PAULO VI, 1973, nº 40).

Ganha destaque a comunicação enquanto pregação. Esta é indispensável e por isso deve ser viva, ser a proclamação verbal de uma mensagem, ser evangelizadora, superando “O cansaço que hoje provocam tantos discursos ociosos.” (PAULO VI, 1973, nº42).

Quanto a utilização dos Meios de Comunicação, o Papa entende que a Igreja viria a sentir-se culpável diante do seu Senhor, se ela não lançasse mão destes meios potentes que a inteligência humana torna cada dia mais aperfeiçoados. (PAULO VI, 1973, nº 45). Para ele, a Igreja servindo-se destes meios, proclama a todos a mensagem cristã e encontra nos meios uma versão moderna e eficaz do púlpito e graças a isso tem a oportunidade de proclamar sobre os telhados e a todas as multidões. (PAULO VI, 1973, nº 45).

Quinze anos depois, o Papa João Paulo II, na Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, em 1988, tratou da vocação e da missão dos fiéis leigos na Igreja e no mundo. Ao falar da evangelização junto às culturas, ele também considera os meios de comunicação social como “meio privilegiado” para a criação e transmissão de cultura, e ao mesmo tempo entende que é uma cultura que aparece cada vez mais dissociada da fé cristã e dos valores humanos. Por isso a urgência de uma atenção da Igreja como contribuição a esta cultura, científica e tecnológica, que muitas vezes é incapaz de dar respostas ao homem na sua procura pela verdade e pelo bem.

Os meios midiáticos (*mass media*) constituem-se como uma nova fronteira da missão da Igreja, o que, conseqüentemente exige uma ação educativa que prime pela busca do senso crítico, da verdade, da defesa da liberdade, do respeito à dignidade pessoal, da elevação da autêntica cultura dos povos e, sobretudo, se recuse a todo tipo de monopolização e manipulação. (JOÃO PAULO II, 1988, nº 44). Com isso, a Igreja começa a conceber uma educação para o PENSAR da comunicação. Não mais a preocupação está somente no conteúdo, no emissor ou receptor e passa-se a dar atenção às transformações desencadeadas pela comunicação.

Em 1990, na Carta Encíclica *Redemptoris Missio* sobre a validade permanente do mandato missionário da Igreja, o Papa João Paulo II ao tratar dos imensos horizontes da missão e inspirado na figura de Paulo apóstolo, fez um dos pronunciamentos mais marcantes acerca dos meios de comunicação, citando o apóstolo Paulo pregando no Areópago⁷ de Atenas e “[...] usando uma linguagem inculturada e compreensível para aquele ambiente.” (JOÃO PAULO II, 1990, nº 37). O papa entendeu que, “O primeiro areópago dos tempos modernos é o mundo das comunicações, que está a unificar a humanidade, transformando-a — como se costuma dizer — na aldeia global.” (JOÃO PAULO II, 1990, nº 37c). Para ele, “Os meios de comunicação social alcançaram tamanha importância que são para muitos o principal instrumento de informação e formação, de guia e inspiração dos comportamentos individuais, familiares e sociais.” (JOÃO PAULO II, 1990, nº 37c) João Paulo II entende a influência que a tecnologia exerce sobre as novas gerações, condicionando-as, e admite que,

Talvez se tenha descuidado um pouco este areópago: deu-se preferência a outros instrumentos para o anúncio evangélico e para a formação, enquanto os mass-média foram deixados à iniciativa de particulares ou de pequenos grupos, entrando apenas secundariamente na programação pastoral. O uso dos mass-media, no entanto, não tem somente a finalidade de multiplicar o anúncio do Evangelho: trata-se de um fato muito mais profundo porque a própria evangelização da cultura moderna depende, em grande parte, da sua influência. Não é suficiente, portanto, usá-los para difundir a mensagem cristã e o Magistério da Igreja, mas é necessário integrar a mensagem nesta «nova cultura», criada pelas modernas comunicações. É um problema complexo, pois esta cultura nasce, menos dos conteúdos do que do próprio facto de existirem novos modos de comunicar com novas linguagens, novas técnicas, novas atitudes psicológicas. (JOÃO PAULO II, 1990, nº 37c).

Para Puntel (2011, p. 232), com esta encíclica acontece uma “reviravolta” no pensamento da Igreja sobre a comunicação. Trata-se de uma nova fase na relação Igreja-Comunicação. A Igreja começa a expressar-se com mais clareza quanto às novas mídias (*new media*) e passa a falar dos impactos que estes têm sobre a construção social. A própria compreensão da Igreja a respeito dos meios de comunicação leva a entendê-los não apenas como “meios” e “instrumentos” a serem usados numa atitude defensiva frente à sociedade. A preocupação passa a ser com um modelo de comunicação capaz de permitir à Igreja relacionar-se e dialogar com

⁷ Nas cidades da Grécia Antiga, Areópago era o lugar na Praça Pública (Ágora), onde as autoridades falavam publicamente ao povo daquela cidade.

o ambiente em que está inserida e do qual participa. Ou seja, relacionar-se com uma cultura que se torna cada vez mais midiática e midiaticizada.

A expressão “areópago dos tempos modernos” revela uma mudança na compreensão da relação entre Igreja e mídia; um novo modo de entender a relação Igreja-Comunicação. Supera-se a postura de desconfiança e a comunicação passa a ser um modo de enculturação da Igreja neste ambiente cada vez mais marcado pela presença das mídias digitais e conectivas a serviço da comunicação. Abandona-se cada vez mais a visão instrumental acerca dos meios. Isto desafia para a construção de novas linguagens. Não se trata apenas do uso e sim aproximação e diálogo mais profundo com a sociedade, utilizando-se de uma linguagem que seja mais próxima aos meios de comunicação social. Por isso o desafio é compreender os meios de comunicação social como gerados de uma nova expressão cultural.

Em 1992, o Conselho Pontifício para as Comunicações Sociais publicou uma segunda Instrução pastoral denominada *Aetatis Novae*, sobre as Comunicações Sociais, em comemoração aos vinte anos da Instrução Pastoral *Communio et Progressio*. O principal objetivo de *Aetatis Novae* foi refletir as consequências pastorais que foram surgindo com a revolução tecnológica. Ao longo deste documento são sistematizados os aspectos e os elementos fundamentais no campo da comunicação: fala da necessidade de uma pastoral “da” e “na” comunicação; estimula, encoraja, e apresenta princípios e perspectivas pastorais, além de orientar para elaboração de planos pastorais que contemplem uma eficiente pastoral da comunicação; dá atenção à pastoral com os profissionais dos meios de comunicação, frequentemente expostos a pressões psicológicas e particulares dilemas éticos. (PUNTEL, 2011, p. 232).

Logo na sua introdução, o documento apresenta a constatação de que está havendo uma “revolução nas comunicações” capaz de influenciar as culturas, o comportamento religioso e moral e com isso, aos poucos a humanidade vai sendo condicionada pelos meios de comunicação, tornando a experiência humana uma experiência através das mídias. O uso das novas mídias deu origem a “novas linguagens” e por isso os pastores são estimulados a aprofundar tais mudanças, a fim de que surjam projetos concretos e realizáveis. São vários os aspectos atribuídos ao papel das comunicações, entre eles o de ser um serviço que atenda aos interesses dos homens e das culturas; um serviço ao diálogo com o mundo e ao mesmo tempo um serviço à comunidade humana e ao progresso social; a comunhão

e a nova evangelização também exigem da comunicação uma dimensão de serviço. (*PONTIFÍCIO CONSELHO*, 1992, nº 7 -11).

A mudança que se constata, lembra o documento, não é simplesmente uma revolução técnica e sim uma transformação na estrutura de funcionamento da sociedade, onde as comunicações exercem uma capacidade não de apenas mudar o modo de ser, mas também uma mudança de conteúdo no modo de pensar do homem contemporâneo. (*PONTIFÍCIO CONSELHO*, 1992, nº 4). Isto afronta a Igreja no sentido de que ela somente poderá dialogar, honesta e respeitosamente com o mundo moderno, se compreender os novos meios em seus objetivos, estruturas internas e modalidades. Eis o grande repto: adotar uma visão positiva e aberta em relação aos meios de comunicação e ao mesmo tempo realizar uma avaliação crítica dos meios e dos impactos provocados pelos mesmos na cultura atual. (*PONTIFÍCIO CONSELHO*, 1992, nº 12).

Aetatis Novae destaca como grandes desafios atuais a solidariedade e o desenvolvimento integral e também a formação dos profissionais da comunicação e a formação do público em geral. (*PONTIFÍCIO CONSELHO*, 1992, nº 13). Para isso, admite a necessidade de uma Pastoral da comunicação que seja assumida como prioridade pela Igreja. Em anexo apresenta alguns elementos para a elaboração de um plano de pastoral de comunicação.

Entre 1997 e 2002, quatro documentos do Pontifício Conselho para as Comunicações são relevantes para a compreensão do pensamento atual da Igreja sobre as novas tecnologias: “Ética na Publicidade” (1997), “Ética nas comunicações sociais” (2000); “Igreja e Internet” e “Ética na Internet” (2002). No documento *Igreja e Internet*, a internet é vista como o novo fórum para a evangelização, o que leva a pensá-la não mais como um simples instrumento e sim um ambiente onde as pessoas habitam. Trata da cultura digital, onde os meios constituem fatores sociais que desempenham papéis importantes na história. A internet, segundo Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais,

Está a contribuir para promover transformações revolucionárias no comércio, na educação, na política, no jornalismo e nas relações transnacionais e interculturais — mudanças estas que se manifestam não só no modo de os indivíduos se comunicarem entre si, mas na forma de as pessoas compreenderem a sua própria vida. (*PONTIFÍCIO CONSELHO*, 2002, nº2).

Ao mesmo tempo em que encoraja e orienta para o uso correto, visando a edificação de uma sociedade do bem comum, o documento também se refere à comunicação 'na' e 'pela' própria Igreja, que não pode simplesmente preocupar-se com o uso da técnica. A comunicação deve integrar os programas de evangelização, permitindo um diálogo com o mundo atual, integrando a mensagem cristã. Para o Conselho Pontifício,

Atualmente, um crescente número de paróquias, dioceses, congregações religiosas e instituições ligadas à Igreja, programas e organizações de todos os tipos recorrem efetivamente à Internet para estas e outras finalidades. Nalguns lugares, já existem projetos criativos financiados pela Igreja, tanto a nível nacional como regional. A Santa Sé tem sido ativa neste setor já há vários anos e continua a crescer e a desenvolver a sua presença na Internet. Grupos ligados à Igreja, que ainda não deram passos decisivos para entrar no espaço cibernético, são encorajados a considerar a possibilidade de o fazer quanto antes. Recomendamos vivamente o intercâmbio de ideias e de informações acerca da Internet, entre aqueles que já têm experiência neste campo e os principiantes. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº5).

A internet é vista também pelo seu carácter interativo e bilateral. A formação e a educação são expressas como preocupações da Igreja e os conteúdos religiosos veiculados na internet apontam para um dos grandes desafios: “[...] a elaboração de uma antropologia e uma verdadeira teologia da comunicação.” (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 9). Isto porque “a realidade virtual do espaço cibernético apresenta algumas preocupações, tanto para a religião como para outros setores da vida.” (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 9), uma vez que a realidade virtual acaba por suprimir o real cotidiano das pessoas.

O documento exorta às pessoas a lançarem mão da internet de maneira criativa e por isso apresenta palavras de encorajamento aos líderes da Igreja, ao pessoal comprometido no campo pastoral, aos educadores, aos pais e especialmente aos jovens. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 11).

Por fim destaca algumas virtudes que precisam ser cultivadas no uso da internet: a prudência, tendo em vista o potencial tanto para o bem como para o mal que seu uso pode oferecer; a justiça para que não haja divisão digital; a fortaleza e a coragem que permitam combater o relativismo religioso e moral; a temperança que possibilitará usá-la de maneira sábia e exclusivamente para o bem. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 12).

Em 2002, o texto intitulado “Ética na Internet”, retoma a ideia de que o mundo das comunicações é o primeiro areópago do mundo moderno e destaca como desafio a necessidade de integrar a mensagem que promove a Salvação na nova cultura. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 2). Logo na sua introdução, o documento (2002, nº1) contextualiza a problemática da comunicação.

A mudança que se dá hoje nas comunicações implica, mais que uma simples revolução técnica, a transformação completa de tudo o que é necessário para compreender o mundo que a envolve e para verificar e expressar a percepção do mesmo. A apresentação constante das imagens e das ideias, assim como a sua transmissão rápida, até mesmo de um continente para outro, têm consequências simultaneamente positivas e negativas, no desenvolvimento psicológico, moral e social das pessoas, na estrutura e no funcionamento da sociedade, na partilha de uma cultura com outra, na percepção e na transmissão dos valores, nas ideias do mundo, nas ideologias e nas convicções religiosas.

A internet passa a ser compreendida como o mais poderoso instrumento de comunicação, pois traz várias consequências para indivíduos, para as nações e o próprio mundo, em geral. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 2). Vista sob uma perspectiva católica, a internet deve favorecer o diálogo com outros setores da sociedade, com outros grupos religiosos; ser usada de maneira positiva, onde a pessoa e a comunidade tornam-se centro, sendo a medida e a finalidade da comunicação. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 3).

O uso das novas tecnologias de informação e da Internet precisa de ser ponderado e orientado por um compromisso decidido em prol da prática da solidariedade ao serviço do bem comum, tanto dentro das nações como entre elas mesmas. Estas tecnologias podem constituir um modo de resolver os problemas humanos, de promover o desenvolvimento integral das pessoas e de criar um mundo governado pela justiça, a paz e o amor. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 5).

O documento compreende a internet como um importante instrumento de comunicação que deve estar a serviço dos indivíduos, dos grupos e nações. Porém, cumprirá sua finalidade se estiver orientada por princípios éticos claros e sólidos, entre eles a solidariedade. Algumas preocupações são evidentes no documento como a privacidade, a segurança, a credibilidade dos dados; os direitos autorais, a pornografia, o radicalismo, a incitação ao ódio, entre outros. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 5 - 6).

Ela é instantânea, imediata, de alcance mundial, descentralizada, interativa, expansível até ao infinito em termos de conteúdo e de alcance, flexível e adaptável a um nível surpreendente. É igualitária, no sentido de que, qualquer pessoa que disponha do equipamento necessário e de uma modesta capacidade técnica, pode constituir uma presença ativa no espaço cibernético, transmitir a sua mensagem para o mundo e reivindicar um seu auditório. Ela permite às pessoas o luxo de permanecer no anonimato, de desempenhar uma determinada função, de devanear e também de formar uma comunidade com as outras pessoas e de nela participar. Em conformidade com os gostos do utente, ela presta-se tanto à participação ativa como ao isolamento passivo num mundo narcisista, que tem a si mesmo como ponto de referência, feito de estímulos cujos efeitos são semelhantes aos dos narcóticos. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 7).

Não há como negar que a explosão das tecnologias contribuiu por multiplicar a capacidade de comunicação tanto de indivíduos quanto de grupos. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 9). Se por um lado a internet possibilita o uso responsável da liberdade e da democracia, ela também pode isolar e alienar as pessoas. Dentre as preocupações apresentadas está a divisão digital como forma de discriminação que cria separatismos: ricos e pobres; e ainda, pobre de informação (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 10). Outra preocupação se refere ao domínio cultural, gerando imperialismos e não havendo espaço para o diálogo entre indivíduos, entre nações e entre culturas diferentes. A liberdade de expressão e o livre intercâmbio de ideias também constitui uma grande preocupação, onde muitas vezes a manipulação pública, mediante a propaganda e a desinformação, impede a legítima liberdade de expressão e opinião. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 12).

Além das questões que dizem respeito à liberdade de expressão, a integridade e a exatidão das notícias, e a partilha das ideias e das informações constituem uma ulterior série de preocupações geradas pelo liberalismo. A ideologia do liberalismo radical é tanto errônea quanto prejudicial — não em menor medida, quando visa tornar legítima a livre expressão ao serviço da verdade. O erro encontra-se na exaltação da liberdade até ao ponto de se tornar um absoluto, que seria a fonte dos valores [...] Deste modo, porém, a imprescindível exigência de verdade desaparece em prol de um critério de sinceridade, de autenticidade, de acordo consigo próprio. Neste modo de pensar não há espaço para a comunidade autêntica, o bem comum e a solidariedade. (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 14).

Vale destacar que, se por um lado o documento condena a censura, por outro lado defende que é necessária a regulamentação da internet, seguindo as normas do serviço público buscando uma maior responsabilidade pública⁸. Em sua

⁸ Neste sentido, no Brasil temos o Marco Civil da Internet discutido durante quatro anos, aprovado pelo Congresso e sancionado pela Presidente Dilma Rousseff em 23 de abril de 2014, garante a

conclusão, este documento traz uma provocação que é no mínimo pertinente na relação Igreja-Internet: “[...] a Igreja Católica, juntamente com seus outros organismos religiosos, deve estar visível e ativamente presente na internet e participar no diálogo público sobre o seu desenvolvimento [...] pode oferecer uma contribuição extremamente valiosa para a vida humana.” (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 18).

2.5 A Comunicação nas Mensagens do Dia Mundial das Comunicações

Além dos documentos até aqui destacados, outra fonte importante que expressa a relação Igreja-comunicação são as cartas publicadas anualmente pelos papas por ocasião do Dia Mundial das Comunicações, instituído pelo Decreto Conciliar *Inter Mirífica*, em 1963, e celebrado pela primeira vez em 06 de maio de 1967. Segundo os padres conciliares, havia a necessidade de “[...] um dia dedicado a ensinar aos fiéis seus deveres no que diz respeito aos meios de comunicação.” (*Inter Mirífica*, 1963, nº 18).

O primeiro papa a publicar uma carta-mensagem foi Paulo VI, o mesmo que presidiu grande parte do Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII em 1962 e que teve seus trabalhos concluídos em 1965.

A Primeira mensagem intitulada “Os Meios de Comunicação Social”, reconheceu que as novas técnicas possibilitaram uma nova convivência humana, com uma nova compreensão de tempo e espaço, permitindo ao homem tornar-se um cidadão do mundo, coparticipante e testemunha dos acontecimentos mais distantes e das vicissitudes de toda a humanidade. Além do mais, o pontífice destaca que a grandiosidade do fenômeno, acompanhada de admiração e regozijo, apresenta também preocupações e incertezas uma vez que os meios de comunicação influenciam as pessoas em seu modo de pensar e de agir (Paulo VI, 1967).

Paulo VI (1967) pontua que “A Igreja quer dar sua contribuição para o ordenamento progressivo do mundo da comunicação: contribuição de inspiração, de encorajamento, de exortação, de orientação, de colaboração.”

liberdade, a neutralidade e a privacidade. É considerado um texto pioneiro no mundo no sentido de estabelecer regras, direitos e deveres no ambiente virtual brasileiro. O texto sancionado está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Último acesso em 16/12/2014.

Nos anos seguintes, suas mensagens contemplaram temas relacionados à imprensa, ao rádio, à televisão (1968); a comunicação à família (1969), à juventude (1970), ao serviço da unidade dos homens (1971), ao serviço da verdade (1972); à afirmação e promoção dos valores espirituais (1973), à evangelização no mundo contemporâneo (1974) ao serviço da reconciliação (1975), aos direitos e deveres fundamentais do homem (1976), às vantagens, perigos e responsabilidades da propaganda (1977), e aos direitos e deveres do receptor (1978).

Dentre os tantos assuntos abordados entre 1967 e 1978 destaca-se a advertência de que é preciso tomar consciência das “[...] enormes mudanças que estão se verificando debaixo de nossos olhos neste tempo e as graves responsabilidades que isto implica a todos.” (PAULO VI, 1968). Ao mesmo tempo o papa anima a todos os pastores – sacerdotes, religiosos, religiosas, leigos – que se dedicam com ardor à procura da nova linguagem junto aos meios de comunicação (PAULO VI, 1970).

Com a morte de Paulo VI foi eleito João Paulo I, como o 263º papa da Igreja católica. Nascido em 17 de outubro de 1912, eleito em 26 de agosto de 1978, permaneceu apenas um mês no pontificado, vindo a falecer misteriosamente em 28 de setembro de 1978.

Em 16 de outubro de 1978 foi eleito o papa João Paulo II, cujo nome ele o escolheu em homenagem ao seu antecessor. Ao longo de seu pontificado, por vinte e sete anos, falou sobre comunicação com grande interesse e consciência de seu papel na Igreja e na sociedade. Suas mensagens para o Dia Mundial das Comunicações, de 1979 até 2005, procuraram situar a Igreja no conjunto das transformações do mundo contemporâneo, ou seja, a Igreja em diálogo com a nova cultura, marcadamente midiaticizada.

Essas mensagens contemplaram as diversas dimensões da comunidade e da sociedade⁹: o desenvolvimento da Criança (1979), o comportamento ativo das famílias perante os Meios de Comunicação Social (1980); a liberdade responsável do homem (1981), os problemas dos idosos (1982), a promoção da paz (1983); a comunicação como instrumento de encontro entre fé e cultura (1984), a promoção cristã da juventude (1985), a formação cristã da opinião pública (1986), a

⁹ Disponível em: www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/index_po.htm.

comunicação para a promoção da justiça e da paz (1987), a promoção da solidariedade e da fraternidade entre os homens e os povos (1988), a presença da religião na mídia (1989), a presença da mensagem cristã na cultura informatizada (1990); a comunicação para a unidade e o progresso da família humana (1991); a comunicação como meio de proclamar a mensagem de Cristo (1992), seus usos na formação da cultura e da consciência (1993); a relação televisão e família, onde aponta critérios para saber ver (1994), o reconhecimento do cinema como veículo de cultura e proposta de valores (1995), a afirmação dos “mass-media” como areópago moderno para a promoção da mulher na sociedade (1996); a insistência de que é preciso comunicar o Evangelho de Cristo, Caminho, Verdade e Vida (1997) e ao mesmo tempo a consciência de que é preciso estar sustentados pelo Espírito a fim de comunicar a esperança (1998); reconhece que os “mass media” exigem uma presença amiga ao lado de quem procura o Pai (1999), e são espaços para proclamar Cristo no alvorecer do novo milênio (2000), onde é preciso anunciar o Evangelho na era da comunicação global (2001), e que a internet é um novo foro para a proclamação do Evangelho (2002); os meios de comunicação social devem estar a serviço da paz autêntica na terra (2003), onde os “mass media” na família são um risco e uma riqueza (2004) e tem o dever de estar a serviço da compreensão entre os povos (2005).

Ao longo de suas mensagens também João Paulo II lembra que “a Igreja não pode ignorar as mudanças sem precedentes, causadas pelo progresso neste importante e onipresente aspecto da vida moderna” (JOÃO PAULO II, 1993), uma vez que o mundo da comunicação social está hoje empenhado num vertiginoso, complexo e imprevisível desenvolvimento. (JOÃO PAULO II, 1985). O papa alerta também para o perigo de uma visão utilitarista dos meios, com a finalidade de solicitar, persuadir, vender, entendendo que estes não são veículos para ideologias. (JOÃO PAULO II, 1991).

Apresenta uma visão otimista em relação aos meios quando reconhece que há muito tempo a Igreja entende que os mesmos devem ser considerados “dons de Deus”. Retomando a encíclica de Paulo VI, *Redemptoris Missio* 37, reafirma que os meios de comunicação social são de fato o “novo areópago” do mundo de hoje, um grande fórum, imerso em uma “nova cultura”, com “novas linguagens”, novas técnicas e novas atitudes psicológicas. (JOÃO PAULO II, 1998).

Para João Paulo II, na expansão e no progresso contínuo dos Meios de Comunicação, pode-se vislumbrar um “sinal dos tempos” e ao mesmo tempo é preciso levar em conta que a força de sugestão destes “meios”, teve, tem e terá influências particulares sobre o homem. (JOÃO PAULO II, 1981). Contudo, em relação àqueles que se sentem perturbados pelos riscos das novas tecnologias da comunicação, o papa afirma: “Não tenhais medo. Não ignoremos a realidade na qual vivemos, mas a lemos mais profundamente. Identificamos, à luz da fé, os sinais autênticos dos tempos.” (JOÃO PAULO II, 1988). Em sua mensagem no ano seguinte o papa lembra que;

A recente explosão das tecnologias da informação deu a possibilidade, que jamais foi tão grande, de comunicar entre indivíduos e grupos em todas as partes do mundo. Paradoxalmente, as mesmas forças que podem contribuir para o melhoramento da comunicação podem levar, de igual modo, ao aumento do isolamento e à alienação. A nossa época é, por conseguinte, um tempo de ameaças e de promessas. Qualquer pessoa de boa vontade não deseja que a ameaça predomine e faça aumentar ainda mais o sofrimento humano e como nunca no final dum século e dum milênio que já suportaram tantas aflições. (JOÃO PAULO II, 1999).

Vários outros aspectos da comunicação foram abordados nas mensagens de João Paulo II: fé e cultura são chamadas a encontrar-se e a interagir no terreno da comunicação; as comunicações sociais são instrumento de encontro entre fé e cultura; a motivação para a formação fez com que ao longo dos 27 anos, os comunicadores, profissionais e operadores da comunicação, sempre fossem contemplados em suas orientações.

Sua última carta, intitulada “O Rápido desenvolvimento”, endereçada aos responsáveis pelas Comunicações Sociais publicada em 24 de janeiro de 2005 tratou dos meios de comunicação a serviço da compreensão entre os povos. João Paulo II procurou chamar a atenção para o papel da comunicação em contribuir na construção da unidade e do entendimento entre os povos, deixando de lado inúmeras atitudes que não favorecem tais anseios.

Seu pensamento a respeito da comunicação foi coroado com uma Carta Apostólica publicada em 2005, lembrando que “O rápido desenvolvimento das tecnologias no campo da mídia é certamente um dos sinais do progresso da sociedade de hoje.” (JOÃO PAULO II, 2005, nº1). Ele lembra ainda que, a Igreja não deve sentir-se chamada a “[...] unicamente a usar os *mass media* para difundir o Evangelho, mas hoje como nunca, está chamada também a integrar a mensagem

salvífica na nova cultura que os poderosos instrumentos da comunicação criam e amplificam.” (JOÃO PAULO II, 2005, nº2). Para ele, “O atual fenômeno das comunicações sociais impulsiona a Igreja a fazer uma espécie de revisão pastoral e cultural, a fim de ser capaz de enfrentar de maneira apropriada a passagem de época que estamos a viver.” (JOÃO PAULO II, 2005, nº8).

Com a morte de João Paulo II em 2005, foi eleito em 19 de abril do mesmo ano o Cardeal Joseph Ratzinger, aos 78 anos que escolheu o nome de Bento XVI. Iniciou-se com isso uma terceira fase no pensamento comunicacional expresso no Dia Mundial das Comunicações Sociais entre 2006 e 2013.

Foram oito mensagens que levam em conta as tecnologias conectivas e os desafios atuais no campo das comunicações. Os temas contemplam a mídia como rede de comunicação, comunhão e cooperação (2006); ao mesmo tempo um desafio para a educação das crianças (2007); coloca a comunicação social na encruzilhada entre protagonismo e serviço (2008); destaca que as “novas tecnologias”, devem produzir novas relações e promover uma cultura de respeito, de diálogo, de amizade (2009).

Ao falar do sacerdote e da pastoral no mundo digital, compreende os *novos media* ao serviço da Palavra (2010); destaca a necessidade de que, a verdade, o anúncio e a autenticidade de vida são indispensáveis na era digital (2011) embora reconheça ser indispensável a relação entre silêncio e palavra como caminho de evangelização (2012). Sua última carta concebe as redes sociais como portais de verdade e de fé, ou seja, novos espaços de evangelização (2013).

Em sua primeira mensagem, ao referir-se à mídia como rede de comunicação, comunhão e diálogo, reconhece que “[...] os progressos tecnológicos dos meios de comunicação venceram o tempo e o espaço, permitindo a comunicação imediata e direta também entre pessoas divididas por enormes distâncias.” (BENTO XVI, 2006, nº 2). Para o papa, “Os meios de comunicação social são uma grande mesa redonda para o diálogo da humanidade.” (BENTO XVI, 2006, nº 3). Ele reconhece a rapidez da comunicação, refere-se à cultura midiática atual e ao mesmo tempo fala do desafio de construir uma comunicação que seja capaz de possibilitar à Igreja uma presença construtiva na sociedade atual.

Na mensagem papal para o 42º Dia Mundial das Comunicações Sociais, Bento XVI reconhece que “De fato, não existe âmbito da experiência humana, sobretudo se enquadrada no vasto fenômeno da globalização, onde os *media* não

se tenham tornado parte constitutiva das relações interpessoais e dos processos sociais, econômicos, políticos e religiosos.” (BENTO XVI, 2008). Reconhece que a comunicação se tornou uma cultura, o que desafia para uma mudança de mentalidade e de métodos de ação, onde a comunicação passa a ser entendida como um dos fatores que contribuem para explicar as muitas mudanças percebidas na sociedade atual.

Para Bento XVI (2009) as tecnologias digitais estão provocando mudanças fundamentais nos modelos de comunicação e nas relações humanas uma vez que possibilitam também “[...] o diálogo entre pessoas de diferentes países, culturas e religiões.” (BENTO XVI, 2009). Puntel (2010, p. 99) neste sentido, entende haver uma “invasão eletrônico-comunicativa do social.” (2010, p. 97), onde as tecnologias digitais ou conectivas exigem novas relações, tendo presente que as rápidas mudanças no modo de se relacionar, estão “forjando um novo sujeito na sociedade”.

Bento XVI (2009), ao referir-se ao ambiente digital, o denomina “nova arena digital”, referindo-se ao ciberespaço que permite encontrar-se e conhecer os valores e as tradições alheias. Lembra que as pessoas de boa vontade, ativas no mundo emergente da comunicação digital, tem por missão empenhar-se na promoção de uma cultura do respeito, do diálogo, da amizade. Ele demonstra uma preocupação com o acesso às novas tecnologias da comunicação.

Todavia devemos-nos preocupar por fazer com que o mundo digital, onde tais redes podem ser constituídas, seja um mundo verdadeiramente acessível a todos. Seria um grave dano para o futuro da humanidade, se os novos instrumentos da comunicação, que permitem partilhar saber e informações de maneira mais rápida e eficaz, não fossem tornados acessíveis àqueles que já são econômica e socialmente marginalizados ou se contribuísssem apenas para incrementar o desnível que separa os pobres das novas redes que se estão a desenvolver ao serviço da informação e da socialização humana. (BENTO XVI, 2009).

Contudo, foi por ocasião do 44º Dia Mundial das Comunicações Sociais, em 2010, onde o papa chamou a atenção dos sacerdotes quanto a uma pastoral no mundo digital. Neste texto o Papa fala que é do sacerdote a responsabilidade de anunciar Cristo, Palavra de Deus encarnada, tendo a consciência e o discernimento “[...] para dar respostas adequadas a estas questões no âmbito das grandes mudanças culturais, particularmente sentidas no mundo juvenil, tornaram-se um instrumento útil às vias de comunicação abertas pelas conquistas tecnológicas.” (BENTO XVI, 2010). Por encontrar-se no limiar de uma história nova, criada também

pela influência das tecnologias digitais e conectivas a serviço da comunicação, o sacerdote será constantemente desafiado ao uso pastoral destas mídias. Por isso admite que, os que usam estas novas tecnologias devem “[...] promover uma cultura que respeite a dignidade e o valor da pessoa humana. Este é um dos caminhos onde a Igreja é chamada a exercer uma diaconia da cultura no atual continente digital.” (BENTO XVI, 2010). Adverte para não se deixar levar pelo fascínio da técnica e ao mesmo tempo destaca como desafio uma preparação sólida e a insistência para que os sacerdotes estejam presentes no mundo digital.

Sua última mensagem, escrita pouco antes de sua renúncia, em 2013, compreende as redes sociais como portais de verdade e de fé e ao mesmo tempo novos espaços de evangelização. O Papa lembra que as redes sociais, se usadas com equilíbrio, possibilitam o diálogo, a amizade, reforçam laços de unidade entre as pessoas e,

[...] estão a contribuir para a aparição duma nova ágora, duma praça pública e aberta onde as pessoas partilham ideias, informações, opiniões e podem ainda ganhar vida novas relações e formas de comunidade [...] colocam sérios desafios àqueles que querem falar de verdades e valores. (Bento XVI, 2013).

Ao falar do desenvolvimento das redes sociais alerta para o fato de que é preciso levar em conta os riscos do sensacionalismo e a falta de discernimento. Um ambiente que requer equilíbrio, responsabilidade, empenho e dedicação uma vez que “[...] as pessoas envolvem-se nelas para construir relações e encontrar amizade, buscar respostas para as suas questões, divertir-se, mas também para ser estimuladas intelectualmente e partilhar competências e conhecimentos.” (BENTO XVI, 2013). Um aspecto importante, ao qual se refere Bento XVI (2013), é a constatação de que “O ambiente digital não é um mundo paralelo ou puramente virtual, mas faz parte da realidade quotidiana de muitas pessoas, especialmente dos mais jovens”. Nisto consiste o grande desafio para o uso de uma nova linguagem que permita dialogar com o ser humano contemporâneo.

Após a surpreendente renúncia do papa Bento XVI em 28 de fevereiro de 2013, sendo o 264º papa da Igreja Católica, tornando-se o primeiro papa a renunciar ao pontificado desde a Idade Média, foi eleito o Cardeal argentino Jorge Mário Bergoglio, que escolheu o nome de Francisco. Eleito em 13 de março de 2013, tornou-se o primeiro papa latino-americano na história da Igreja, o 265º papa da Igreja e o 226º papa eleito.

Em sua primeira mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais, celebrado em 2014 o papa Francisco destacou como tema a necessidade cada vez maior de um modelo de comunicação que esteja a serviço de uma autêntica cultura do encontro. A perspectiva com que o papa compreende a “cultura do encontro” permite contrapô-la à “cultura da exclusão”, do “descartável” e é uma resposta direta ao que o pontífice denomina “globalização da indiferença”.

Quando o papa fala de uma comunicação a serviço de uma cultura do encontro, o que está em jogo é a ideia de que a comunicação só é verdadeira quando aproxima as pessoas, quando gera solidariedade; quando torna as diferentes nações corresponsáveis umas com as outras. Para Francisco (2014), “neste mundo, os mass-media podem ajudar a sentir-nos mais próximo uns dos outros; a fazer-nos perceber um renovado sentido de unidade da família humana, que impele à solidariedade e a um compromisso sério para uma vida mais digna”. Ao falar da comunicação e suas variáveis, ele ainda lembra que,

Não basta circular pelas «estradas» digitais, isto é, simplesmente estar conectados: é necessário que a conexão seja acompanhada pelo encontro verdadeiro. Não podemos viver sozinhos, fechados em nós mesmos. Precisamos amar e ser amados. Precisamos de ternura. Não são as estratégias comunicativas que garantem a beleza, a bondade e a verdade da comunicação. O próprio mundo dos mass-media não pode alhear-se da solicitude pela humanidade, chamado como é a exprimir ternura. A rede digital pode ser um lugar rico de humanidade: não uma rede de fios, mas de pessoas humanas. A neutralidade dos mass-media é só aparente: só pode constituir um ponto de referimento quem comunica colocando-se a si mesmo em jogo. (FRANCISCO 2014).

Ao final de sua carta, Francisco admite que “[...] a revolução nos meios de comunicação e de informação são um grande e apaixonante desafio que requer energias frescas e uma imaginação nova.” (FRANCISCO, 2014) e ao mesmo tempo anima para vencer os medos e a tornar-se cidadãos do ambiente digital.

Em 2015, o Papa Francisco propôs o tema “Comunicar a família: ambiente privilegiado do encontro na gratuidade do amor”. O Papa procurou destacar a experiência do vínculo, na família, que inicia ainda no ventre materno, que ele chama de escola de comunicação. A família é uma comunidade comunicadora, que inserida no contexto atual midiático, tende a favorecer uma comunicação mais aberta, compartilhada e inclusiva, a partir de seus membros. O Papa termina dizendo que a família mais bela é aquela que sabe comunicar a beleza e a riqueza

presente no relacionamento entre os pais e destes com os filhos. (FRANCISCO 2015).

2.6 A Comunicação Social nos Documentos do CELAM

O modelo de Igreja que se firmou na América Latina entre 1960 e 1980 é único, sem precedentes na história da Igreja católica. Para muitos a Igreja havia se prostituído junto ao marxismo, socialismo e por isso assumido uma postura contrária às orientações de Roma. Muitos bispos foram acusados de radicais. Todavia, a Igreja colocou-se ao lado das camadas sociais mais populares, por acreditar que a manifestação do Reino, também no presente, exige a promoção e a defesa da vida dos pequenos, dos fracos, dos que estão muitas vezes à margem dos grandes avanços presentes na história da humanidade.

No entanto, o surgimento de uma Igreja popular, de pequenas comunidades: presente, atuante, comprometida, solidária, portadora de vida e esperança, que aos poucos foi lançando raízes e fecundando as diferentes realidades. Este modo de pensar a presença da Igreja no mundo, com seus problemas e desafios, permitiu também compreender a comunicação como um elemento importante a serviço da libertação e promoção das diferentes culturas. Coube a diversos integrantes da Igreja o papel de reação aos desmandos governamentais (ditaduras) que se instalaram na América Latina.

Soares (1988) chama a atenção para o fato de que a Igreja latino-americana dedicou grande atenção aos problemas sóciopastorais da comunicação no continente. O autor adverte que entre 1955 e 1985 foram realizados 24 encontros que deram origem a mais de vinte documentos que constituem um conjunto doutrinal e pastoral da comunicação. (SOARES, 1988, p. 379).

Ao todo, foram cinco documentos da Igreja na América Latina, produzidos a partir das cinco Conferências realizadas desde 1955 e coordenadas pela Conferência Episcopal Latino-Americana – CELAM. A primeira Conferência foi realizada no Rio de Janeiro em 1955, seguida de Medellín - Colômbia (1968), Puebla – México (1979), Santo Domingo – República Dominicana (1992) e Aparecida – Brasil (2007). Nenhum destes documentos tratou exclusivamente da comunicação.

Segundo Puntel (2010, p. 121) a compreensão acerca da comunicação segue um certo itinerário ao longo das cinco conferências: em Medellín falou-se de “Meios de Comunicação Social”; em Puebla o termo usado foi apenas “Comunicação Social”; já em Santo Domingo a expressão usada foi “Comunicação Social e Cultura”; e por fim em Aparecida falou-se muito em “Pastoral da Comunicação Social” tendo presente a compreensão de que vivemos hoje uma cultura da comunicação.

A Conferência do Rio reconhece a crescente importância que adquiriam na sociedade da época os Meios de Comunicação Social. Apresenta orientações práticas para que a Igreja pudesse organizar-se em cada diocese, explorando os meios existentes e criando novos meios; aponta para a necessidade de dar uma formação adequada nos seminários.

Em Medellín (1968) os Meios de Comunicação Social foram reconhecidos como força e meios vitais para o trabalho pastoral da Igreja. Afirma “[...] ter plena consciência de que o processo de socialização, desencadeado pelas técnicas e meios de comunicação social, faz destes um instrumento necessário e muito apto à educação social, à conscientização de acordo com a transformação de estruturas e à vigência da justiça” (CELAM, 1968, nº 23).

O documento reconhece ainda que os meios de comunicação inauguram uma nova época, produzindo um impacto que aumenta a cada dia por conta das tecnologias digitais e que sua influência atinge a pessoa em sua totalidade. Esta nova cultura, produto da civilização audiovisual, massifica e ao mesmo tempo favorece a personalização do homem atual. (CELAM, 1968, nº 16.1). Os meios ao mesmo tempo em que são agentes ativos do processo de transformação, também acabam por ocupar cada vez mais o tempo livre das pessoas. (CELAM, 1968, nº 16.6). Segundo os bispos, “Por outro lado, aproximam homens e povos, convertem-nos em próximos e solidários, contribuindo assim para o fenômeno da socialização que é uma das conquistas da época moderna.” (CELAM, 1968, nº 16.1).

Na América Latina os meios de comunicação têm contribuído para uma maior consciência das condições de vida e da necessidade de transformações radicais. Todavia, denuncia que, muitos dos veículos de comunicação “[...] estão vinculados a grupos econômicos e políticos, nacionais e estrangeiros, interessados em manter o *status quo* social.” (CELAM, 1968, nº 16.2). A comunicação exerce um influxo sempre crescente e esmagador sobre a vida do homem moderno o que

desafia a Igreja a estar presente com uma pastoral dinâmica, na qual o profissional cristão é chamado a ser fermento na massa.

Na compreensão de José Marques de Melo (2005, p 33) Medellín demonstra que os bispos abandonaram a posição de desconfiança, presente nos documentos anteriores, porém, assumiram o que seria uma atitude de ingenuidade e deslumbramento. Segundo ele, um pensamento um tanto ingênuo por pretenderem que as transformações econômico-sociais, na sociedade latino-americana, pudessem ser garantidas também através dos canais de difusão massiva. Em Medellín “acreditam os bispos na possibilidade de tais meios virem a impulsionar os centros de poder para realizar o processo de desenvolvimento segundo as exigências do bem comum.” (2005, p. 34), embora admitam que os meios de comunicação pertençam aos donos do poder.

Contudo, Medellín procurou aplicar o Concílio Vaticano II para a América Latina, reforçando a ideia de que a Igreja precisa trabalhar nos Meios de Comunicação Social com espírito de diálogo e serviço com o mundo, tendo como finalidade a promoção humana. Segundo os bispos, assim como propôs o Concílio Vaticano II, uma atitude de abertura exige liberdade de expressão, a fim de promover a unidade, o diálogo e a caridade (CELAM, 1968, nº 16.22). A Igreja precisa usar adequadamente dos meios para dialogar com o mundo e promover a justiça, sendo voz dos que não tem voz.

Em Puebla (1979), com o tema evangelização no presente e no futuro da América Latina, foram 32 artigos dedicados à comunicação, apresentando uma síntese do pensamento latino-americano sobre a mesma e demonstrando atenção ao fenômeno da comunicação e suas implicações para a evangelização. (PUNTEL, 2010, p. 121). O documento reconhece que os meios de comunicação são fatores de comunhão e contribuem para a integração latino-americana, mas que ao mesmo tempo são condicionados pela realidade sociocultural. (CELAM, 1979, nº 1067-1068).

A partir de Puebla, a Igreja passou a adotar uma postura de avaliação mais crítica tanto de sua prática como também em seu pensamento comunicacional. Fica evidente a constatação de que há um insuficiente aproveitamento dos meios de comunicação e que na América Latina não havia uma verdadeira preocupação em “[...] formar o povo de Deus na comunicação social; capacitá-lo para assumir uma atitude crítica ante o bombardeio dos *mass media* e para opor-se ao impacto de

suas mensagens alienantes, ideológicas, culturais e publicitárias.” (CELAM, 1979, nº 1077).

No que diz respeito à comunicação como uma dimensão pastoral da Igreja, Puebla (CELAM, 1979, nº 1091) admite que “Para maior eficácia na transmissão da mensagem, a Igreja deve lançar mão duma linguagem atualizada, concreta, direta, clara e ao mesmo tempo caprichada.” Contudo, “Esta linguagem deve ficar próxima da realidade que o povo enfrenta, de sua mentalidade e religiosidade, de tal sorte que possa ser facilmente captada”. É preciso conhecer, compreender e experimentar os meios a serviço da comunicação.

Os bispos em Puebla deram um grande passo em relação a Medellín, onde admitiam que os meios de comunicação estivessem nas mãos de grupos conservadores e vinculados à estrutura de poder. (MELO, 2005, p. 35). Puebla, sobretudo, não apenas admite esta situação como também atribui a esta configuração das estruturas comunicacionais a responsabilidade pela configuração social da América Latina: “[...] devemos denunciar o controle desses meios de comunicação social e a manipulação ideológica que exercem os poderes políticos e econômicos, que se empenham em manter o *status quo*.” (CELAM, 1979, nº 1069). Esta compreensão em Puebla a respeito das estruturas de comunicação deve ser entendida no conjunto de todo o documento, que buscava uma evangelização no presente e no futuro do continente e que elegeria as classes menos favorecidas como prioridade pastoral.

As conclusões de Puebla permitiram com que cada vez mais a Igreja assumisse uma nova postura ao falar dos processos comunicacionais na América Latina. A comunicação não poderia mais ser pensada fora da realidade sociocultural, alheia às culturas; ela passaria a ser pensada a partir das culturas como mediadoras e não simplesmente através dos meios. Os meios de comunicação deveriam estar comprometidos com os pobres; ter a missão de denunciar os mecanismos geradores de pobreza; apoiar as aspirações de operários e camponeses; estar a serviço das organizações populares em suas causas pela promoção do bem comum; respeitar as culturas indígenas. (CELAM, 1979, nº 1159-1164). A comunicação passou a ser mais inculturada, dando maior destaque às mediações e não apenas considerando os meios.

Segundo Melo (2005, p. 54) Puebla ao tratar da comunicação entende que “Evangelizar é comunicar; comunicar é uma ação que se processa em estreita

ligação com a realidade social; comunicar o evangelho é reunir denúncia e anúncio como a contribuição à libertação do homem latino-americano”. Puebla ainda possibilitou entender que “Assumir a comunicação evangélica libertadora significa desafiar a própria instituição eclesial para a peculiaridade e a significação dos processos de interação simbólica.” (MELO, 2005, p. 34).

Treze anos depois, a conferência de Santo Domingo (1992) adotou como tema central a nova evangelização. As considerações a respeito da comunicação social são expostas em apenas oito artigos, inseridos no terceiro capítulo da segunda parte e apresentam poucas novidades em relação aos documentos anteriores. Dentre as considerações feitas, destaca-se o fato de que a igreja se encontra frente a uma nova cultura da imagem e que é preciso reconhecer os inumeráveis meios eletrônicos que estão ao alcance de todos para anunciar o Evangelho.

Ao citar os desafios pastorais, “[...] fala dos processos tecnológicos, do desenvolvimento da indústria das comunicações, dos perigos da publicidade e da programação da televisão em geral; deplora-se a presença insuficiente da Igreja nos meios de comunicação e nas comunicações e vê as transmissões de informações como um novo desafio.” (DARIVA, 2003, p. 506).

Mesmo sendo um documento de 1992, confirma pela compreensão a cerca da comunicação, que ainda está muito presente a dimensão do FAZER, cuja preocupação principal está em utilizar os meios para a propagação do Evangelho. Contudo, compreende que é preciso “Ajudar a discernir e orientar as políticas e estratégias de comunicação.” (CELAM, 1992, nº 282), dar o apoio suficiente aos profissionais católicos da comunicação, empenhar-se na “[...] formação técnica, doutrinal e moral dos agentes de pastoral.” (CELAM, 1992, nº 284), oferecer formação humana, acadêmica e profissional em comunicação nas Universidades.

Ainda que timidamente, cita a formação para o clero dizendo que nos seminários e casas de formação religiosa devem ser ensinadas tanto a linguagem como as técnicas de comunicação, garantindo uma preparação sistemática e eficiente. (CELAM, 1992, nº 285).

A quinta conferência aconteceu 15 anos depois, em Aparecida, Brasil, em 2007. O pensamento sobre a comunicação aparece principalmente nos números 484 a 490, referindo-se à pastoral da Comunicação. Uma das primeiras constatações admite que “A revolução tecnológica e os processos de globalização

formatam o mundo atual como grande cultura midiática.” (CELAM, 2007, nº 484). Segundo Joana Puntel (2012, p. 126), em Aparecida falou-se da “cultura da comunicação” e destaca como desafio o fato de que a Igreja precisa conhecer e valorizar esta nova cultura e desenvolver a formação e a educação das pessoas a respeito da comunicação e de suas implicações na atualidade. Neste sentido, o documento é claro ao indicar que é preciso reconhecer as novas linguagens que ao mesmo tempo são as que articulam as mudanças na sociedade atual. (CELAM, 2007, nº 484).

Diante do que reconhecem ser uma cultura da comunicação, os Bispos que aprovaram este documento comprometeram-se em acompanhar os comunicadores, procurando conhecer e valorizar esta nova cultura da comunicação; promover a formação de todos os agentes de comunicação e dos católicos, de modo geral. Aos que atuam diretamente nos diferentes meios de comunicação, entre os quais se destacam os proprietários, diretores, programadores, jornalistas e locutores, a formação deve acontecer segundo os princípios humanos e cristãos.

A Conferência de Aparecida (2007) ressalta ainda que é preciso investir em meios de comunicação próprios; estar presente nos meios de comunicação de massa e nas novas tecnologias de comunicação; educar na formação crítica desde a primeira idade; suscitar leis que promovam a nova cultura. Fica evidente a disposição em desenvolver uma política de comunicação adequada aos novos desafios pastorais da Igreja. (CELAM, 2007, nº 486).

Por ser um documento escrito após a popularização da internet, que aconteceu na década de 90, Aparecida (2007) reconhece que esta seja uma maravilhosa invenção da técnica. Retomando João Paulo II, para melhor elucidação do documento de Aparecida, em sua mensagem para o Dia Mundial das Comunicações em 2002, admite que este novo mundo cibernético não deixe de ser uma clara exortação à Igreja para que valorize e utilize seu potencial, aproximando-se do mesmo com realismo e confiança. A internet, assim como os demais meios, é vista como meio e não como um fim, e ao mesmo tempo tem o potencial para oferecer magníficas oportunidades para a evangelização, desde que seja usada com competência e clareza, tanto de suas forças como de suas limitações ou fraquezas. (CELAM, 2007, nº 487-489).

Ao reconhecer a comunicação como uma nova cultura, Aparecida (2007) entende que as novas tecnologias da comunicação não devem substituir as relações

pessoais e nem a vida comunitária e sim reforçar e estimular o intercâmbio de experiências. (CELAM, 2007, nº 489). Não obstante a isso, cita que exclusão digital é um dos problemas a serem enfrentados e que para isso a Igreja, através de suas instituições e paróquias deve estimular a criação de pontos de redes e de salas digitais a fim de promover a inclusão digital. (CELAM, 2007, nº 490).

A referência à comunicação aparece em vários momentos ao longo do documento. Ao tratar dos novos areópagos e centros de decisão, o mundo das comunicações foi o primeiro a ser citado. (CELAM, 2007, nº 491). Além do mais admite a necessidade de “[...] valorizar sempre mais os espaços de diálogo entre a fé e a ciência, inclusive nos meios de comunicação.” (CELAM, 2007, nº 495). Os meios de comunicação católicos, quando atuantes e eficazes tornam-se importantes não apenas para a comunicação da fé e sim como meio de diálogo entre a Igreja e a sociedade. (CELAM, 2007, nº 497).

2.7 A compreensão e orientação a partir da CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi criada em 1952. Desde o início são inúmeras as publicações, reunidas em várias coleções, entre elas as coleções “azul” e “verde”. A “coleção azul” reúne documentos oficiais votados e aprovados pela CNBB. Constata-se que até 1988 não foi dedicado nenhum título à comunicação.

Já a “coleção verde” reúne textos produzidos por especialistas para estudos, a pedido da CNBB. Muitos desses textos são preparatórios e são tomados em pautas nas Assembleias dos Bispos. Desde 1974, quando os primeiros estudos foram elaborados, foi somente em 1994, através do documento nº 72, que a comunicação foi destacada como tema específico de estudo.

Segundo Pessinatti, (1998, p. 105), “É evidente de que os Meios de Comunicação Social não constituem uma forte preocupação por parte dos que elaboraram o quadro referencial da Igreja no Brasil, neste final de milênio”. Para ele, (1998, p. 222) a Igreja do Brasil conheceu vários bispos com dedicação especial para a comunicação, dentre eles Dom Paulo Evaristo Arns. Em seu modo de entender, Pessinatti lembra que, “Se a Igreja quiser sobreviver como instituição, [...] ela deverá adaptar-se aos meios de comunicação modernos, [...] adotando a

linguagem do dia de hoje, [...] entrando nas culturas, na expressão do povo, especialmente mais simples”. (1998, p. 222).

Embora sejam poucos os documentos da CNBB que tratem especificamente da comunicação, as referências à mesma, seus benefícios e desafios, aparecem muitas vezes em vários documentos. Ao tratar da liturgia eucarística, ainda em 1974, os Meios de Comunicação Social, especialmente o rádio e a televisão são entendidos em seus benefícios e desafios, quando se tratou da transmissão das missas. (CNBB, 1974, 1.4.9).

Logo em seguida as diretrizes propostas para o período entre 1975 e 1978, reunidas no Documento número 04, lembram que é preciso “[...] promover a formação de evangelizadores que não somente saibam usar os meios audiovisuais, mas que sejam capazes de traduzir a Boa Nova na linguagem audiovisual do homem contemporâneo.” (CNBB, 1975, nº 2.7).

Nas Diretrizes Gerais para a Ação pastoral da Igreja no Brasil entre 1987 e 1990, reunidas no documento número 38, além de constatar que Meios de Comunicação Social (MCS) não tem cumprido sua missão de informar corretamente, de denuncia a formação de monopólios e a formação de meios que colocados a serviço de grupos de pressão. Reconhece o potencial que o rádio e a televisão exercem como meio de comunicação de massa no Brasil. (CNBB, 1987, nº 151-153).

O documento destaca o fato de a Igreja no Brasil, preocupada com a comunicação social, estar mobilizando-se, constituindo-se como um sinal de esperança. Por outro lado, admite que a Igreja no Brasil encontrava-se naquele contexto histórico diante de dois grandes desafios; sua atuação nos, pelos e através dos grandes meios de comunicação; a utilização dos próprios meios, com o desafio da preparação de agentes qualificados (CNBB, 1987, nº 158-160).

Em 1989, a CNBB realizou a Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e Comunicação” e o lema “Comunicação para a verdade e a paz”. Foi a primeira vez em que a comunicação foi tema de uma campanha da Fraternidade. Ao tratar da relação entre os meios e a fraternidade, chama atenção à comunicação de massa, compreendendo que a mesma pudesse aproximar as pessoas, construir comunidades e eliminar barreiras. Também convoca os profissionais, lembrando que o correto uso dos meios deve promover a solidariedade e a participação, superando

assim os fanatismos e o abuso do poder, tanto da Igreja como da sociedade em geral (CNBB, 1989, nº 7).

A comunicação foi entendida em dois grandes aspectos: (1) comunicação enquanto processo de relações na sociedade e na Igreja; (2) a comunicação com os Meios de Comunicação Social. A CNBB reconhecia que não poderia ignorar as influências dos Meios de Comunicação Social na sociedade e também na Igreja. A comunicação e os meios tinham sido definidos pela própria CNBB como destaque pastoral para o quadriênio 1987-1990.

Ao tratar do processo de comunicação na sociedade, o Manual reconhece que “Só há verdadeira comunicação humana quando o emissor comunica o que é, e se abre ao acolhimento do outro, a ponto de se identificar com ele, sem dominá-lo.” (CNBB, 1989, p. 35). Referindo-se ao objetivo da pastoral da Igreja e dos Meios de Comunicação Social, o Manual admite que a Campanha da Fraternidade fosse “[...] tempo para a Igreja – leigos, bispos, padres, religiosos – rever sua posição no que se refere à comunicação e utilização dos Meios de Comunicação Social para evangelizar.” (CNBB, 1989, nº 161).

Contudo, no documento nº 63, de 1999, ao tratar da dimensão sócio-transformadora, aparece uma provocação muito pertinente ao modelo de comunicação ao qual a Igreja deve preocupar-se:

[...] devemos interrogar-nos sobre nossa própria linguagem, que conserva traços de uma cultura em grande parte alheia à modernidade e que está sobrecarregada de elementos secundários, relevantes em outras épocas, mas cujo acúmulo hoje, arrisca fazer perder de vista o essencial e dificultar a comunicação. (CNBB, 1999, nº 3.6.1).

Vários outros documentos fizeram rápidas referências à comunicação: o documento “Ser Igreja no Novo Milênio” fala da necessidade de estabelecer parcerias no campo da comunicação visual; o Plano Bienal do Secretariado Nacional, de, em 2002, tratou da Instituição do Prêmio de jornalismo Dom Helder Câmara para marcar os 50 anos da CNBB. Em seu Estatuto Canônico e Regimento, a CNBB, no art. 25 se propôs a criação de uma rede de informação eletrônica, aberta internacionalmente com o objetivo de manter interligados seus membros, paróquias e entidades eclesiais (DARIVA, 2003, p. 568-569).

A 35ª Assembleia Geral da CNBB, realizada de 09 a 18 de abril de 1997, teve como objetivo “[...] rever os modelos e práticas de comunicação da Igreja no

Brasil.” (CNBB, 1997, nº 1). Este foi o primeiro documento da CNBB a tratar especificamente da Comunicação no Brasil. Não foi um documento extenso, composto por 109 artigos que trata da espiritualidade do comunicador cristão; dos fundamentos éticos para uma pastoral da comunicação; do protagonismo dos leigos no campo da comunicação; da comunicação institucional da Igreja; dos modos de comunicação nas comunidades; da formação dos comunicadores; do planejamento da comunicação; das novas tecnologias com seus desafios e oportunidades; da relação entre a Igreja e os modernos meios de comunicação (imprensa escrita, cinema, rádio, televisão e a telemática).

Este Documento (número 59) denominado “Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio” além de inspirar a prática comunicacional da Igreja através da Pastoral da Comunicação, reforça o modelo de uma comunicação dialógica como característica principal da comunicação da Igreja no início do terceiro milênio. Nesta ocasião, os bispos trataram da espiritualidade do comunicador cristão, destacando a importância de um processo inculturado e dialógico, levando em conta a comunicação (CNBB, 1997, nº 2) e trataram a respeito da promoção dos leigos (as) no campo das comunicações. (CNBB, 1997, nº 11). Chegaram à conclusão de que era preciso promover um diálogo com o mundo da cultura, assumindo uma nova postura diante dos meios e do próprio fenômeno da comunicação, buscando maior aproximação com o homem contemporâneo e com a sociedade. (CNBB, 1997, nº 16).

Neste documento os bispos destacaram a necessidade de uma atitude de diálogo junto às culturas que nascem a partir da comunicação; um diálogo com os que produzem (sujeitos) a comunicação e com os próprios veículos de comunicação como um todo. (CNBB, 1997, nº 17). Por isso ressaltam a necessidade de um modelo de formação que contemple as tecnologias digitais e ao mesmo tempo expressam a consciência de que era preciso garantir nos seminários e casas de formação religiosa uma formação teórica e prática sobre comunicação. (CNBB, 1997, nº 40-43).

Destacando o diálogo como fundamental no processo de comunicação, lembram os bispos, ser necessário dialogar com as culturas que nascem a partir da comunicação; dialogar com os que produzem comunicação e com os veículos, em vista de uma evangelização inculturada (CNBB, 1997, nº 17). O documento apresenta inúmeras sugestões práticas a fim de que a Igreja possa fazer uso dos

diferentes meios a serviço da comunicação para dinamizar sua missão e dialogar com o mundo contemporâneo.

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para o quinquênio 2011-2015 fazem poucas referências à comunicação e suas variáveis ao longo de todo o texto. Ao todo são cinco capítulos, com 141 artigos. A expressão comunicação foi citada apenas seis vezes, sendo que nos primeiros dois capítulos não há nenhuma referência aos meios de comunicação. As referências dizem respeito à rapidez da comunicação (CNBB, 2011, nº 59), à interação com os meios de comunicação e quanto aos novos meios de comunicação. (CNBB, 2011, nº 91). São referências genéricas, ficando mais no campo da constatação, não apresentando uma reflexão mais aprofundada dos desafios e perspectivas de ação. Numa das menções, retomando o pensamento do papa João Paulo II, de 1990, não se apresenta algo de inovador.

Outro urgente areópago (e aqui ele é o segundo. O primeiro é o universitário) está no mundo da comunicação. Tornam-se inadiáveis mais investimentos tecnológicos e qualificação de pessoal, para o uso adequado dos meios de comunicação, uma ousada pastoral da comunicação, garantindo a presença da Igreja no diálogo com a mentalidade e a cultura contemporâneas, à luz dos valores do Evangelho. (CNBB, 2011, nº 117).

Ao referir-se à própria Igreja como uma comunidade de comunidades, as Diretrizes fazem uma tímida observação quanto ao rápido crescimento das comunidades virtuais (CNBB, 2011, nº 56), entendendo que um dos grandes desafios encontra-se nos ambientes virtuais, onde a rapidez da comunicação e a liberdade em relação às distâncias geográficas tornam-se grandes atrativos.

No capítulo segundo, deste mesmo documento, os bispos procuram dispor elementos para uma leitura da realidade sociocultural, na qual se encontra inserida a Igreja no início do terceiro milênio, e a expressão “mudança de época” aparece várias vezes. Contudo, “mudança de época” não foi relacionada em momento algum à cultura da comunicação, à influência dos Meios de Comunicação de Massa, às inovadoras tecnologias a serviço da comunicação, e sem que também pudessem compor o quadro hermenêutico deste novo cenário cultural voltado à ação evangelizadora.

Importante destacar que o documento inicia afirmando que “Diretrizes são rumos que indicam o caminho a seguir, abordando aspectos prioritários da ação evangelizadora, princípios norteadores e urgências irrenunciáveis.” (CNBB, 2011, nº

2). Contudo, ao citar as urgências pastorais no número 131, não mencionou nenhum aspecto ou fez alguma referência ao mundo da comunicação. Isto permite aferir que a Igreja do Brasil não elegeu para o período de 2011 a 2015 a comunicação e suas variáveis como um fator a ser levado em consideração, nem na leitura da realidade e nem mesmo nas propostas pastorais.

A 51ª Assembleia da CNBB, realizada no período de 10 a 19 de abril de 2013, tratou da missão paroquial, da transmissão da fé por meio das novas linguagens, lembra que “O ser humano atual é informado e conectado, acessa dados e vive entre os espaços virtuais. A ausência da paróquia, nesses meios, é quase inconcebível.” (CNBB, 2013, nº 200). Na sequência, o documento destaca:

Na evangelização e na pastoral persistem linguagens pouco significativas para a cultura atual, [...] não descuidar da mutação dos códigos de comunicação existentes em nossa sociedade com amplo pluralismo social e cultural. Buscar novos meios de comunicação, especialmente as redes sociais para cativar os jovens é uma tarefa que depende muito da presença da juventude nas comunidades. Eles interagem facilmente nas ambiências digitais e conhecem espaços virtuais que desafiam nossa missão evangelizadora. (CNBB, 2013, nº 203).

O documento fala ainda da importância de promover uma comunicação mais direta e objetiva, seja nas homilias e no cuidado com o conteúdo e as técnicas de comunicação, destacando a necessidade de “[...] falar com a linguagem dos homens e das mulheres da cultura atual.” (CNBB, 2013, nº 224). Todavia, a comunicação não aparece novamente como elemento articulador da realidade na qual a Igreja encontra-se inserida. Mais uma vez a comunicação foi tratada como solução e não como problema.

Em 2011 a CNBB publicou, na série “Estudos da CNBB”, o documento nº 101 “A comunicação na vida e na missão da Igreja no Brasil.” Dividido em nove capítulos:

- Traz a constatação de um mundo em constantes mudanças;
- Destaca a relação do mistério do ser humano e a comunicação social;
- Cita o desafio da enculturação da fé nos tempos midiáticos;
- Refere-se à mídia e a urgência educativa;
- Reconhece a ser importante a solicitude pastoral no tempo da mídia;
- Fala de novos protagonistas para a missão da Igreja;
- Trata da presença da Igreja no mundo da mídia;

- Fala da missão de Bispos, Presbíteros, Diáconos, Religiosos e Leigos;
- Propõe elementos para um planejamento da pastoral da comunicação.

Ao longo do texto propôs orientações para uma comunicação mais qualificada da Igreja e discutiu algumas das preocupações com a atual situação midiática na qual a sociedade e a Igreja estão inseridas. Ele tornou-se um documento preparatório para o Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, e foi publicado em 2014.

O documento reconhece que o advento das mídias sociais contribui para o surgimento de uma nova cultura, com consequências antropológicas e sociais, condicionando a existência, a mentalidade e as relações das pessoas. Por isso entende que a mídia não é um elemento neutro, e que por isso deve ser pensada como um dos fatores da atualidade que incidem incisivamente no modo de pensar e de agir, nos estilos de vida e na formação da consciência pessoal e comunitária. (CNBB, 2011, nº 4).

Os meios de comunicação não devem ser vistos como simples instrumentos e sim como agentes de uma nova cultura. (CNBB, 2011, nº 9). Não obstante a isso, reconhece ainda que as novas tecnologias “[...] transmitem e contribuem para inculcar um conjunto de valores culturais e modos de pensar a respeito das relações sociais, a respeito da família, da religião, da condição humana.” (CNBB, 2011, nº 15).

Admite que a cultura e a comunicação constituem-se como vias-mestras para o diálogo entre a Igreja e o mundo, num diálogo de múltiplas oportunidades – fala-se em três tipos de sujeitos ligados à comunicação eclesial: 1) os assim chamados ministérios que caracterizam a ação da Igreja, como coordenação e promoção; 2) os que não estão inseridos na estrutura pastoral, mas assumem um exercício autônomo de responsabilidade laica; 3) e os que atuam inteiramente em âmbitos ou setores profissionais, onde a Igreja está pouco presente ou de tudo ausente. (CNBB, 2011, nº 127- 129).

No ano de 2014, a CNBB publicou o seu Diretório de Comunicação. Composto por dez capítulos tratando da relação Igreja e comunicação em um mundo em mudanças; da teologia da comunicação; da relação entre comunicação e as verdades de fé; da relação entre ética e comunicação; do protagonismo dos leigos na comunicação e evangelização; da relação entre a Igreja e a mídia e as

mídias digitais; da questão das políticas de comunicação; da educação para a comunicação e por fim, trata da Pastoral da Comunicação.

A comunicação neste documento é entendida como um processo social, que se faz presente no dia-a-dia da sociedade contemporânea, incidindo direta e indiretamente na vida das pessoas. (CNBB, 2014, nº 6-8). Ao situar a relação Igreja e comunicação em um mundo em mudanças, a Igreja admite que os processos midiáticos sejam também responsáveis pelo “[...] surgimento de novos ambientes de interação social, que possibilitam a homens e mulheres desenvolver novos modos de ser pessoa, de estar na sociedade, de ser comunidade e de viver a fé.” (CNBB, 2014, nº 16). Neste contexto, “A cultura da mídia exerce uma influência cada vez mais direta sobre as pessoas e suas relações.” (CNBB, 2014, nº 139), favorecendo com que em muitas situações aconteça uma fragmentação pessoal e social. (CNBB, 2014, nº 140), podendo até muitas produções midiáticas contribuir para a “banalização dos valores humanos e éticos.” (CNBB, 2014, nº 141).

Quanto às mídias digitais, elas são vistas como possibilidades de novos caminhos de diálogos entre as pessoas; são portadoras de uma nova cultura influenciando a existência e a mentalidade das pessoas. (CNBB, 2014, nº 175-177). O Diretório reconhece também que a internet passou a integrar a vivência cotidiana das pessoas permitindo compreender que o mundo digital não é algo paralelo, uma vez que a interação humana cria novas relações no trabalho, na educação, no lazer, na cultura, na arte, na religião e por isso influencia o modo de pensar e agir das pessoas. (CNBB, 2014, nº 178).

Ao referir-se às políticas de comunicação, o documento aponta várias pistas de ação: desde a participação da Igreja na formação das políticas de comunicação no país, até o zelo na utilização dos meios, a participação dos leigos e representantes das mídias católicas na discussão das políticas de comunicação, a luta pela democratização da comunicação do país, entre outras. Contudo, não cita nenhuma política educacional que possa contemplar a formação para a comunicação de modo mais concreto.

2.8 O Papa no Twitter e os desafios da Igreja junto às Redes Sociais

Um fato importante para a Igreja Católica, na sua relação com a comunicação foi a presença dos papas Bento XVI e Francisco na Rede social Twitter. Na relação da Igreja com os meios de comunicação, vale lembrar outros fatos importantes envolvendo papas: em 1896, o papa Leão XIII foi o primeiro a ter participação em um filme; em 1931, Pio XI foi primeiro papa a participar de uma transmissão de rádio; em 1949 Pio XII estreou na televisão; em 2011 o Vaticano lançou seu site de notícias, e em 2012, Bento XVI foi o primeiro a utilizar o Twitter como uma rede social digital para comunicar-se com seus fiéis. Antes mesmo de ter a sua conta, ainda em 2011 o Papa assinou um tweet em que anunciava a criação do site de notícias do Vaticano.

A conta @pontifex foi lançada pelo Vaticano no dia 03 de dezembro de 2012 e já no dia seguinte contabilizava cerca de 600 mil seguidores, embora o papa só tenha iniciado suas postagens no dia 12 de dezembro, dia de Nossa Senhora de Guadalupe, patrona das Américas.

No anúncio da criação da conta @pontifex o Vaticano informou que os *tweets* seriam publicados em oito idiomas: espanhol, inglês, italiano, português, alemão, polonês, árabe e francês. Dos primeiros 600 mil seguidores os maiores números encontravam-se na conta em inglês com 408.181, seguidos por espanhol, 96.554; italiano, 39.286; português, 15.340; árabe, 3.498; alemão, 10.302; francês 8.187 e em polonês 4.499.¹⁰ A conta em Latim foi criada em 17 de janeiro de 2013.

A primeira postagem de Bento XVI, em 12 de dezembro de 2012, aconteceu na Sala Paulo VI, quando o papa, acompanhado de cinco jovens, representando os cinco continentes e usando um *tablet*, enviou seu primeiro *tweet*: “Queridos jovens, é com alegria que entro em contato convosco via Twitter. Obrigado pela resposta generosa. De coração vos abençoo a todos.” (@pontifex).

No período entre 12 de dezembro de 2012 e 28 de fevereiro de 2013, o Papa Bento XVI escreveu 38 vezes (incluindo o último) e atingiu quase três milhões de seguidores até sua renúncia. Segundo o arcebispo Claudio Maria Celli, presidente do Conselho Pontifício para as Comunicações Sociais, a ideia do Papa

¹⁰<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2012/12/bento-xvi-ja-conta-com-quase-600-mil-seguidores-no-twitter.html>. Publicado em 04/12/2012. Último acesso em 23 de julho de 2013.

era estar onde as pessoas estavam¹¹. A maior parte das mensagens do Papa foi postada aos domingos e apresentavam sempre uma referência ao sermão da missa dominical.

Quando Bento XVI renunciou em 28 de fevereiro de 2013, as postagens foram retiradas e o nome do papa foi substituído por “Sé Vacante”. O número de seguidores continuou crescendo mesmo estando a Sé Vacante. As mensagens publicadas foram arquivadas no site de notícias do Vaticano. O último *tweet* de Bento XVI, em 28/02/2013 dizia – “Obrigado por seu amor e seu apoio. Que vocês possam sentir sempre a alegria de colocar Cristo no centro de suas vidas.” (@pontifex).

A presença do Papa na rede social permitiu uma maior “proximidade” e uma maior interatividade com os fiéis, de modo especial, adolescentes e jovens. Este desejo foi expresso pela espanhola Victoria Herce, de 17 anos: “Eu quero um papa que use Twitter, assim como Bento XVI. Alguém que esteja mais próximo de nós, pois, como o próprio Santo Padre disse a Igreja não é de ninguém, mas de todos.”¹²

Como sucessor do Papa Bento XVI foi eleito no dia 13 de março de 2013 o Papa Francisco. Embora a Missa que marcou o início de seu pontificado tenha sido celebrada em 19/03/2013, sua primeira mensagem no Twitter @pontifex, mesmo endereço de seu antecessor, foi postada ainda no dia 17, onde agradecia a acolhida e pedia que rezassem por ele.¹³

Iniciava-se uma nova fase na história da Igreja. Francisco não abandonou o canal de diálogo iniciado por Bento XVI no Twitter e continuou, com suas particularidades e carisma, a atrair um número sempre maior de seguidores. Quando assumiu eram 3 milhões e 300 mil seguidores herdados das contas de seu antecessor em nove idiomas. Em 30 de abril de 2013, o Papa Francisco superou os seis milhões de seguidores, chegando a mais de sete milhões em 19 de junho de 2013.

O fato do Papa Francisco ser argentino, país onde o idioma oficial é o espanhol levou a um crescimento dos seguidores de língua espanhola no mundo todo, superando os seguidores de língua inglesa ainda no dia 13 de junho. Com a Jornada Mundial da Juventude realizada no Brasil, cresceu também o número de

¹¹ <http://www.terra.com.br>, publicado em 26/02/2013. Último acesso em 20/07/2013.

¹² <http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/renuncia-do-papa/quero-um-papa-que-use-twitter>. Último acesso em 17/07/2013.

¹³ https://twitter.com/Pontifex_pt

seguidores de língua portuguesa, chegando a 640.776 em 31 de julho de 2013, três dias após o encerramento da Jornada.¹⁴

A marca de 8.227.500 seguidores foi atingida até às 18hs do dia 31/07/2013, sendo 3.210.069 em espanhol; 2.794.151, em inglês; 953.846, em italiano; 640.776, em português; 170.378, em francês; 142.180, em latim; 127.658, em alemão; 109.983, em polonês e 78459, em árabe.¹⁵

Alguns aspectos chamam a atenção na conta @pontifex. Nenhum dos dois papas costuma retweetar¹⁶. Porém, as postagens do perfil @pontifex são muito retweetadas: Francisco publica quase o dobro de Bento XVI: em 164 dias de pontificado, de 17 de março a 27 de agosto de 2013, o Papa Francisco postou 124 *tweets*, com uma média de 0,75 postagens ao dia, enquanto que Bento em 79 dias postou 38 vezes, numa média de 0,48 postagens ao dia. Embora não tenha a prática de retweetar¹⁷, os *tweets* postados pelo papa Francisco são muito retwittados. Como prova disto, na conta em português verificam-se 4,066 retwittagens no dia 22 de julho de 2014, e 3.396 no dia 25 e 4.378 no dia 28 de julho do mesmo ano (sendo que neste dia foram três tweets totalizando 10.391).¹⁸

Quanto ao estilo, “[...] ambos dedicaram 70% das postagens a quatro grandes temas: a dimensão mística da vida cristã; a contraposição da cultura do ter com a cultura do amor ao próximo; empenho e testemunho; confiança, esperança e alegria”¹⁹. Segundo Francisco Borba (2013), o papa Bento XVI dava maior destaque à dimensão mística da vida cristã, e a motivação para o encontro com Cristo, enquanto o papa Francisco destaca a contraposição entre a cultura do ter e a cultura do amar, valorizando e motivando para o testemunho frente aos outros, aos pobres e o mesmo tempo desafia os cristãos a assumirem sua missão no mundo.

A atitude dos Papas Bento XVI e Francisco em utilizarem uma rede social deve ser entendida dentro de um processo de construção e mudança do

¹⁴ Dados obtidos pelo próprio autor > <https://twitter.com/Pontifex>.

¹⁵ Consulta feita pelo próprio autor em 31 de agosto de 2013 > <https://twitter.com/Pontifex>.

¹⁶ Entre os muitos usuários do Twitter, alguns misturam 50% de conteúdo original, 20% de retwittagens, 20% de pointers, 10% de conversações; outros irão postar 90% de pointers e nenhum conteúdo original. (SANTAELA; LEMOS, 2010, p. 79)

¹⁷ O retweet é uma função do Twitter que consiste em replicar uma determinada mensagem de um usuário para a lista de seguidores, dando crédito a seu autor original. A página de cada perfil apresenta em cada postagem a opção retweetar.

¹⁸ Levantamento feito pelo próprio autor em 27 de agosto de 2013 > https://twitter.com/Pontifex_pt.

¹⁹ Análise feita pelo sociólogo e biólogo Francisco Borba Ribeiro Neto, coordenador do Núcleo Fé e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) a pedido do Jornal O Estadão. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,twitter-revela-estilo-dos-papas-bento-e-francisco,1053176,0.htm>. Último acesso 18 de julho de 2013.

pensamento da Igreja Católica em relação aos meios de Comunicação. Desde a metade do século XX constata-se o esforço em superar o antigo entendimento que os meios de comunicação eram nocivos à pessoa humana e meros deturpadores dos valores humanos e cristãos, para uma visão mais positiva, não negando suas limitações e distorções.

A atitude do Papa em inserir-se em uma rede social não acontece por acaso. Se a internet é entre outras coisas um espaço de produção e circulação do simbólico, a Igreja não pode estar alheia em relação à mesma, apesar dos perigos que apresenta como o estímulo à pornografia, à violência e às ideologias contrárias à promoção da pessoa humana. Trata-se de um grande avanço na compreensão de que a internet é ao mesmo tempo um local, um ambiente e não simplesmente um instrumento. Conforme citado no capítulo anterior, *Redemptoris Missio* 37, um “novo areópago” no mundo, hoje.

O caminho pelo qual passou a construção do pensamento da Igreja Católica a respeito da Comunicação, aqui analisado (a partir de alguns documentos pontifícios), revela que o papa, bispos e sacerdotes têm uma influência muito grande no modo de pensar a comunicação da Igreja: o papa usando uma rede social torna-se um referencial profético para os passos seguintes na postura da Igreja em relação aos meios.

3 FORMAÇÃO PARA A COMUNICAÇÃO: DESAFIOS E NECESSIDADE.

A formação dos futuros sacerdotes sempre exigiu da Igreja um assíduo cuidado e considerada “[...] como uma das tarefas de maior delicadeza e importância para o futuro da evangelização da humanidade.” (JOÃO PAULO II, 1992, nº 2). Expressa a consciência de que “O presbítero do terceiro milênio será, neste sentido, o continuador dos padres que nos precedentes milênios, animaram a vida da Igreja.” (JOÃO PAULO II, 1992, nº 5).

O mundo das comunicações exige não apenas uma postura crítica ou uma preparação técnica, mas uma atitude de presença, diálogo, superando a compreensão instrumentalista dos meios. Nos séculos XX e XXI a Igreja passou por um processo de mudança de pensamento em relação aos meios de comunicação, conforme o itinerário expresso no capítulo anterior, onde podem ser percebidas conquistas, como também lacunas e desafios.

Neste segundo capítulo continuamos nossa pesquisa e análise documental no sentido de compreender como a Igreja está preparando seus presbíteros para a comunicação. Como os documentos da Igreja tratam da formação para a comunicação? As Diretrizes que orientam a formação presbiteral colocam a formação para a comunicação como uma das prioridades?

Assim como no capítulo anterior, optamos por documentos publicados a partir de 1936, incluindo Encíclicas, Exortações Apostólicas, Decretos, Instruções Pastorais, Diretrizes, Documentos do CELAN e da CNBB. Foram priorizados os documentos que, dentre outros temas, tratam também da formação para a comunicação dos futuros presbíteros. Aqueles documentos que se referem à educação para a comunicação nas várias etapas da formação presbiteral estão relacionados à hierarquia da Igreja que na maioria das vezes determina o modelo de formação oferecida pela Igreja.

O estudo destes documentos permitiu aferir o pensamento da Igreja Católica, com as proposições presentes nas diretrizes e orientações para a formação nos Seminários e Institutos religiosos no Brasil. Discorrer sobre a proposta do Setor de Comunicação Social da CNBB em vista de uma educação para a comunicação nos Institutos de Filosofia e Teologia no Brasil.

Também mereceram atenção as Orientações para a formação dos futuros sacerdotes sobre os Meios de Comunicação Social, de 1986; as diretrizes que tratam da formação presbiteral no Brasil, e documentos da CNBB que são:

- Nº 20 - Vida e Ministério Presbítero Pastoral Vocacional, 1981;
- Nº 30 - Diretrizes básicas da formação dos presbíteros da Igreja do Brasil, 1984;
- Nº 59 - Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio, 1997;
- Nº 93 - Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil, 2010;
- Nº 94 - Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2011;
- Nº 101 - A Comunicação na vida e missão da Igreja no Brasil, 2011;
- Nº 104 - Comunidade de Comunidades: uma nova Paróquia, 2013;
- Nº 99 - Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, 2014.
- Educação para a Comunicação nos Institutos de Filosofia e Teologia, 2001;

O objetivo foi refletir como estes documentos, que definem e estabelecem toda a orientação da Igreja para os programas de formação tem tratado da comunicação no processo formativo. Diante disso, este trabalho não apresenta um estudo da história da comunicação na Igreja católica e nem mesmo um estudo da história da formação presbiteral no Brasil.

3.1 A formação para a Comunicação no pensamento Pontifício

O primeiro documento pontifício do século XX que tratou da comunicação, (Encíclica *Vigilanti Cura* do papa Pio XI, publicada em 1936) preocupou-se apenas com a formação do receptor, com uma atitude de proteção e defesa moral. Especificamente, a formação dos sacerdotes a respeito da comunicação não foi contemplada neste documento. Para Soares (1988) receptor e espectador são vistos como polo indefeso. Na compreensão de Gomes (2010, p. 131) a formação teve como principal preocupação o conteúdo: uma educação para o SABER.

No documento *Miranda Prorsus*, 1957, quase vinte anos depois, o Papa Pio XII, destaca o dever e a reponsabilidade do sacerdote. Convida o clero, as Ordens e Congregações Religiosas a uma preparação para o uso da nova técnica, uma vez que a comunicação social apresenta-se, entre outros, como um campo de seu apostolado.

O sacerdote deve conhecer os problemas que o cinema, a rádio e a televisão planteiam às almas. O Sacerdote que tem cura de almas [...] pode e deve saber o que afirmam a ciência, a arte e a técnica moderna, em tudo o que se refere ao fim e à vida religiosa e moral do homem. Deve saber servir-se delas [...] dar a todos os fiéis, exemplo de prudência, de temperança, e de sentido da responsabilidade (PIO XII, 1957, nº 152-154).

Na compreensão de Puntel (2010, p. 196), a preocupação do Papa Pio XII era com a formação do telespectador, que precisa estar preparado para compreender a linguagem própria das diversas técnicas presentes na comunicação, e ter uma maior consciência no julgamento dos diversos elementos oferecidos. Para o Papa, o presbítero também é desafiado a uma formação quanto ao conteúdo. Conhecer para proteger, para vigiar, para preservar os valores cristãos diante dos perigos apresentados pelo cinema, rádio, televisão, entre outros. Também Soares (1988) admite que em *Miranda Prorsus* tem-se uma preocupação de que era preciso preparar o expectador para compreender a linguagem de cada uma das técnicas como o rádio, a televisão e o cinema.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) destacou a necessidade da disponibilidade da Igreja para um “*aggiornamento*”, quer dizer, atualizar-se, renovar-se, rejuvenescer-se e abrir-se ao diálogo. O Decreto Conciliar *Inter Mirifica* (1963, nº 15), aprovado em 1963, logo no início do concílio, tratou da comunicação social. Foi a primeira vez que um concílio geral da Igreja olhou para a questão da comunicação. Lembrando que fossem instruídos oportunamente, sacerdotes, religiosos e leigos, para que pudessem com suficiente perícia, aplicar os meios de comunicação para os fins de apostolado. Os meios são entendidos como necessários ao diálogo da Igreja com o mundo. A educação passa a ser vista como qualificação para o uso dos meios. Um modo de entender a educação que, além do SABER passa a privilegiar também o FAZER.

Na visão de Soares (1988) as proposições em relação à educação apresentam poucas mudanças em relação aos dois documentos anteriores. Mantém uma preocupação na formação dos receptores no sentido de ‘dirigir’ suas consciências para o cumprimento moral, a obediência às orientações das autoridades, o uso moderado e disciplinado dos meios e o acatamento da censura oficial dos Estados Unidos à produção cultural. A preocupação está em formar o receptor para participar do diálogo promovido pelos meios de comunicação.

O primeiro documento pós-conciliar a tratar da comunicação foi a Instrução Pastoral *Communio et Progressio* (PAULO VI, 1971) – sobre os meios de Comunicação Social. Ao referir-se à educação e a formação, lembra que “Comunicadores e ouvintes, ou espectadores, devem instruir-se e saber utilizar todos os recursos dos meios de comunicação, tendo em vista as responsabilidades individuais e coletivas de cada um” (PAULO VI, 1971, nº 63). Dito na perspectiva já apresentada por Gomes (2008, 2010), isto reforça o modelo de educação voltado para o FAZER. Este modo de pensar a relação com a comunicação demonstra que, cada vez mais a Igreja torna-se convicta de que precisa utilizar-se dos meios para o diálogo e o anúncio do evangelho e não mais negá-los ou simplesmente controlá-los.

Foi justamente neste documento que o Papa Paulo VI foi incisivo ao falar da formação dos futuros presbíteros a respeito da comunicação:

Durante a sua formação, os futuros sacerdotes, religiosos e religiosas devem conhecer a incidência dos meios de comunicação na sociedade, bem como a sua técnica e uso, para que não permaneçam alheios à realidade, e não cheguem desprevenidos ao ministério apostólico que lhes será entregue. Tal conhecimento faz parte integrante da sua formação; é condição sem a qual não é possível exercer um apostolado eficaz na sociedade de hoje, caracterizada, como está, pelos meios de comunicação. Por isso, é necessário que sacerdotes, religiosos e religiosas, conheçam de que modo se gera opiniões e mentalidades na sociedade atual” (PAULO VI, 1971, nº111).

Para Soares (1988, p. 131) neste documento, a Igreja “[...] conseguiu extrapolar as concepções mais estreitas das décadas anteriores, antevendo no projeto de educação para os meios de Comunicação um espaço formador do ‘homem político’, aberto à sociedade e suas necessidades”.

Dois anos depois, em um documento que tratou da missão da Igreja, *Evangelii Nuntiandi* (PAULO VI, 1973, nº 42), o mesmo Papa destacou no documento uma compreensão da comunicação enquanto pregação, insistindo que a missão da Igreja deveria ser viva, ser a proclamação verbal de uma mensagem, ser evangelizadora, superando “O cansaço que hoje provocam tantos discursos ociosos”. Este modo de entender a comunicação diz respeito de modo muito pertinente ao ministério sacerdotal.

Contudo, é na Encíclica *Redemptoris Missio* (JOÃO PAULO II, 1990, nº 37), que se encontra um dos pronunciamentos mais provocadores e exortativos a

respeito dos meios de comunicação, quando o papa admite que “O primeiro areópago dos tempos modernos é o mundo das comunicações” (JOÃO PAULO II, 1990, nº 37). Nela ele demonstra clareza e convicção ao refletir:

Talvez se tenha descuidado um pouco este areópago: deu-se preferência a outros instrumentos para o anúncio evangélico e para a formação, enquanto os mass-média foram deixados à iniciativa de particulares ou de pequenos grupos, entrando apenas secundariamente na programação pastoral. (JOÃO PAULO II, 1990, nº 37).

As declarações do papa apontam para um novo cenário no mundo das comunicações, que desafia também os bispos, presbíteros, religiosos e consagrados. Com isso começaria uma “reviravolta” no pensamento da Igreja sobre a comunicação. Este novo modo de pensar a comunicação, exigiria uma formação sólida e capaz de colocar em prática um novo modo de compreender a comunicação. O maior desafio estaria em fazer com que a nova evangelização, no diálogo entre fé e cultura, fosse assumida também no campo da comunicação.

Seguindo na linha de pensamento de João Paulo II, a Instrução Pastoral *Aetatis Novae* do Conselho Pontifício para as Comunicações (1992, nº 18), admite que a educação e a formação para a comunicação deveriam ser algo integrado e indispensável na formação dos futuros sacerdotes. Estes deveriam estar preparados para um modo de comunicar que não se caracterizasse pelo domínio, manipulação e proveito próprio e sim pelo diálogo e interação com a cultura. Ao tratar dos elementos para um plano pastoral de comunicação, lembra que a formação para a comunicação deveria ser um dos componentes essenciais da formação para aqueles que estão empenhados ativamente na Igreja, entre eles seminaristas, sacerdotes, religiosos, religiosas ou animadores leigos, contemplando as dimensões espiritual, pastoral e social dos meios de comunicação. (JOÃO PAULO II, 1992, nº 18).

Em 2002 o Conselho Pontifício reconhece a urgência de que “[...] a educação e o treinamento devem constituir uma parte dos programas compreensivos de formação a respeito dos meios de comunicação, disponíveis para os membros da Igreja.” (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 7). Retomando o pensamento de João Paulo II, já expresso anteriormente (1992, nº 28), o Conselho (2002, nº 7) reafirma também o desafio de que “[...] os programas pastorais para as comunicações sociais deveriam prever esta preparação no contexto da formação

dos seminaristas, sacerdotes, religiosos e pessoal leigo, comprometido na pastoral, assim como dos professores, dos pais e dos estudantes”. Com isso observa que “As universidades, os colégios, as escolas e os programas educativos católicos, a todos os níveis, deveriam oferecer cursos para os vários grupos.” (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2002, nº 11).

Outra grande referência ao desafio da formação encontra-se nas mensagens anuais para o Dia Mundial das Comunicações, iniciado em 1967. Por serem textos curtos e dirigidos de modo amplo às determinadas dimensões da comunicação eclesial, as cartas-mensagens não chegam a tratar diretamente da formação para a comunicação.

O papa Paulo VI, na carta de 1970, anima a todos os pastores – sacerdotes, religiosos, religiosas, leigos a dedicarem-se com ardor à procura da nova linguagem junto aos meios de comunicação.

Vinte e três anos depois o papa João Paulo II , em 1993, lembra que a Igreja não pode ignorar as mudanças sem precedentes, causadas pelo progresso neste importante e onipresente aspecto da vida moderna (1993). Cinco anos depois, em 1998, reafirma que os meios de comunicação social são de fato os “novos areópagos” do mundo de hoje, um grande fórum, imerso numa “nova cultura”, com “novas linguagens”, novas técnicas e novas atitudes psicológicas.

Em 2010, o papa Bento XVI, dedicou a carta toda à relação dos sacerdotes com os meios. Com o tema “O sacerdote e a pastoral no mundo digital: os novos media ao serviço da Palavra”, chamou a atenção dos sacerdotes quanto a uma pastoral no mundo digital, onde o sacerdote será constantemente desafiado ao uso pastoral das novas mídias, nesta nova era digital.

O sacerdote acaba por encontrar-se como que no limiar de uma «história nova», porque quanto mais intensas forem as relações criadas pelas modernas tecnologias e mais ampliadas forem as fronteiras pelo mundo digital, tanto mais será chamado o sacerdote a ocupar-se disso pastoralmente, multiplicando o seu empenho em colocar os media ao serviço da Palavra (Bento XVI, 2010).

Para o papa as mídias emergentes oferecem aos presbíteros, novas perspectivas e pastoralmente ilimitadas. Por isso desafiou os sacerdotes a aproveitarem com sabedoria as singulares oportunidades que a comunicação moderna oferece por conta das inúmeras tecnologias conectivas. Na compreensão

do Papa Bento XVI o padre não deve ser um operador de mídia, mas exercer o serviço pastoral tendo consciência de que há um fluxo comunicativo na rede, que é sempre mais ininterrupto, criando o que chama de autoestradas, que sulcam o ciberespaço. Ele termina a carta com uma mensagem otimista em relação aos sacerdotes: “Que o Senhor vos torne apaixonados anunciadores da Boa Nova na «ágora» moderna criada pelos meios atuais de comunicação.” (Bento XVI, 2010).

3.2 A formação como preocupação no CELAM

As várias Conferências Latino-americanas, convocadas e coordenadas pelo CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano) também levaram em conta a formação para a comunicação. A primeira Conferência aconteceu no Rio de Janeiro em 1955. Uma das grandes preocupações dos bispos latino-americanos foi a formação presbiteral. O texto apresenta as diretrizes para a formação contemplando as várias dimensões: espiritual, cultural, pastoral, intelectual, humana.

Ao tratar dos meios especiais de propaganda, na sexta parte, contempla o rádio, a televisão, o cinema e a imprensa escrita como algo a ser acolhido e acompanhado pela Igreja. Contudo, não aprofunda a questão da formação para a comunicação nos seminários, embora oriente para que seja dada uma formação adequada nos seminários sobre o assunto (CELAM, 1955, nº 65b).

Treze anos depois, em Medellín, na Colômbia, (CELAM, 1968, nº 16), os bispos latino-americanos ao mesmo tempo em que reconhecem que “A comunicação social é uma das principais dimensões sociais da humanidade”, expressam também a convicção de que “[...] é igualmente necessário que se ofereçam aos bispos, sacerdotes e religiosos de ambos os sexos, cursos que os instruem no significado da comunicação social e no conhecimento das condições que regem sua utilização.” (CELAM, 1968, nº 16.16). Para tanto deve existir um estudo sistemático nos seminários e casas religiosas.

Na Conferência de Puebla, no México em 1979, a formação no campo da comunicação foi entendida como prioritária a todos, porém, para os aspirantes ao sacerdócio e à vida consagrada, é necessário que esteja integrada nos programas de estudos e formação pastoral. Deve integrar a formação permanente de sacerdotes, religiosos, religiosas e agentes de pastoral e profissionais ligados à

pastoral da Comunicação Social e ser assumida como prioridade (CELAM, 1979, nº 1085).

A Conferência de Santo Domingo (CELAM, 1992), ainda que timidamente, cita a formação para o clero, afirmando que nos seminários e casas de formação religiosa devem ser ensinadas tanto a linguagem como as técnicas de comunicação. Como garantia para uma preparação sistemática, suficiente aos desafios presentes na sociedade atual. Neste sentido fala da necessidade de que as universidades católicas ofereçam uma formação que contemple a comunicação no nível humano, acadêmico e profissional (CELAM, 1992, nº 285).

No documento de Aparecida, a quinta Conferência latino-americana, no Brasil, em 2007, (CELAM, 2007, nº 484), aparece a constatação de que a revolução tecnológica e os processos de globalização formatam o mundo atual como grande cultura midiática e isto implica reconhecer as novas linguagens. Nos Meios de Comunicação está a versão moderna e eficaz do "púlpito" (CELAM, 2007, nº 485). Fala da necessidade de uma pastoral midiática e destaca que a mídia não é simplesmente um instrumento e sim um lugar onde o missionário deve estar.

Os bispos se comprometeram, entre outras coisas, a promover a formação profissional na cultura da comunicação contemplando todos os agentes e cristãos; acompanhar os comunicadores com formação profissional, competente e comprometida; educar na formação crítica quanto ao uso dos meios de comunicação (CELAM, 2007, nº 486). O texto refere-se à importância da formação de pensadores e o sacerdote como formador de opinião. Especificamente Aparecida (2007) não aborda o tema da formação presbiteral para a comunicação.

3.3 A formação para a comunicação nos Documentos da CNBB

Dentre os muitos documentos publicados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vários deles se referem especificamente à formação presbiteral. Ainda assim, a comunicação nem sempre foi assunto ou uma preocupação pertinente em muitos destes documentos.

O Documento nº 20, aprovado na 19ª Assembleia da CNBB, em Itaipava, São Paulo, em 26 de fevereiro de 1981, referindo-se à vida e ministério do presbítero, não faz nenhuma referência à formação para a comunicação ou referência aos

meios de comunicação. Isto também quando aborda as dimensões missionária, pastoral e intelectual na formação dos futuros presbíteros. Não há nenhuma referência à formação permanente dos padres para a comunicação. A partir deste documento percebe-se que a formação para a comunicação na formação presbiteral ainda não era uma preocupação para a Igreja, neste período. O documento todo foi composto no método ver, julgar e agir, buscando descrever a realidade presbiteral e vocacional, discernindo a luz da Palavra de Deus e indicando quais seriam os rumos e ações futuras (CNBB, 1981, nº 11).

Uma abordagem diversa constata-se no documento nº 30, que tratou das Diretrizes Básicas para a formação presbiteral no Brasil. Sendo um dos frutos da 22ª Assembleia Geral do Episcopado Brasileiro, realizada entre 25 de abril a 04 de maio de 1984, também em Itaici, São Paulo, ao falar das mudanças na sociedade fala também das mudanças nos meios de comunicação de massa (CNBB, 1984, p. 03).

Lembra que “A finalidade dos estudos, no Seminário Maior, é formar pastores e proporcionar ao futuro presbítero a competência necessária à pregação fiel do Evangelho e a eficácia comunicativa adequada ao diálogo com o homem contemporâneo” (CNBB, 1984, p. 18). O texto menciona a consciência crítica em face aos meios de comunicação social e por isso a comunicação deve ser trabalhada já nos estudos de filosofia e ciências afins. Exige que nos estudos filosóficos ao incluírem-se os estudos das ciências humanas ou sociais como a antropologia, a história, a sociologia, a psicologia, também seja levada em conta a comunicação social e, eventualmente, outras (CNBB, 1984, p. 20).

Em seguida, ao tratar dos estudos literários e científicos recomenda que no processo formativo “[...] estimule-se a leitura de obras fundamentais da cultura nacional e contemporânea e, ao mesmo tempo, desenvolva-se a consciência crítica em face dos meios de comunicação social (imprensa, rádio, TV, cinema) e alguma habilidade em utilizá-los” (CNBB, 1984, p.19). Tais orientações não aparecem quando se refere aos estudos de Teologia.

Nas Diretrizes da Ação Evangelizadora para o período de 1987 a 1990, reunidas no documento número 38, como bem destaca Joana Puntel (2010, nº 171-172) ao longo deste documento os bispos já se perguntavam sobre a necessidade de introduzir em Seminários e casas de formação uma disciplina que tratasse de uma pastoral da comunicação, como também uma formação que pudesse preparar

profissionalmente sacerdotes e religiosos para atuarem junto aos Meios de Comunicação Social.

Em 1992 a CNBB, no documento número 48, retoma Santo Domingo destacando que a ação da Igreja no campo dos meios de Comunicação Social deve incluir programas de formação para candidatos ao presbiterado, padres, bispos e agentes de pastoral, tanto religiosos como leigos (CNBB, 1992, nº 20).

As diretrizes básicas para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil, documento 55, publicado em 1994, faz menção aos desafios da nova evangelização e como o presbítero precisa estar preparado (CNBB, 1994, nº 144). Tais Diretrizes levaram em consideração as exigências do mundo atual bem como os documentos do Magistério relacionados à formação presbiteral, publicados naquele período, entre eles a *Exortação Pós-sinodal Pastores Dabo Vobis*, do Papa João Paulo II, de 1990.

Ao apresentar o currículo dos estudos teológicos, coloca a Pastoral da comunicação e a homilética como disciplinas que podem auxiliar na formação pastoral, além de destacar que é preciso preparar os futuros presbíteros para enfrentar os desafios do mundo de hoje (CNBB, 1994, nº 172). Ao falar da formação para a comunicação o documento é genérico em suas proposições, não apresentando uma proposta mais concreta capaz de responder aos desafios daquele contexto histórico e nem mesmo contempla as muitas ideias e provocações presentes nos documentos anteriores, publicados também a partir de Roma.

Ao tratar da organização dos estudos filosófico-teológicos e sua didática, o documento lembra: “Prepare-se o estudante para enfrentar as justas exigências e sérios desafios que surgem do próprio trabalho pastoral, na sociedade de hoje, que requer do pastor competência doutrinária e intelectual” (CNBB, 1994, nº 181). Ao apresentar em anexo um plano progressivo e integrado de objetivos da formação presbiteral, como objetivo específico na formação pastoral do presbitério fala de exercício da comunicação e homilética.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil publicou em 1997 o documento “Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio”. Trata da relação comunicação e educação, lembrando de que é preciso “Rever os projetos e programas de educação desenvolvidos pelas instituições vinculadas à Igreja, promovendo uma adequada educação para a recepção das mensagens e um melhor uso dos recursos da informação no ensino” (CNBB, 1997, nº 46). Considera as novas tecnologias, com

seus desafios e oportunidades, admite a necessidade de “Criar condições objetivas na área da formação e implantação de recursos técnicos para que os Bispos, presbíteros, diáconos, religiosos (as) e leigos vençam as resistências pessoais com relação ao mundo da informática” (CNBB, 1997, nº 64).

Apesar de ser um documento específico sobre a relação da Igreja com a comunicação, não chega a aprofundar a discussão quanto à formação para a comunicação nos seminários, lembrando apenas de que é preciso uma formação teórica e prática já desde os seminários e que contemple desde o interpessoal até o massivo (CNBB, 1997, nº 43).

Em 2010, na 48ª Assembleia Geral, a CNBB aprovou as novas Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil, no denominado documento 93. Mesmo de maneira tímida, o tema da comunicação aparece várias vezes como preocupação ao longo do texto.

Os bispos constatarem que “São perceptíveis as mudanças no que se refere à comunicação” (CNBB, 2010, nº 18); “A universalização da tecnologia tende a pulverizar o poder, como na internet” (CNBB, 2010, nº 20); admitem que a formação para uma melhor atuação junto aos areópagos urbanos tem sido insuficiente nas paróquias e nos seminários (CNBB, 2010, nº 28). As Diretrizes recomendam que ao escolher um curso de filosofia ou teologia, seja verificada “[...] a matriz curricular para ver se corresponde ao conteúdo programático mínimo exigido para a formação presbiteral” (CNBB, 2010, nº 165 (6)).

Na dimensão pastoral-missionária, existem poucas referências à comunicação como um todo e as novas mídias. Ao mencionar os espaços de formação e ação pastoral, lembra que, entre tantos mundos, existe o mundo das comunicações. Contudo, não destaca que os meios de comunicação, as tecnologias, sejam algo a ser conhecido e pensado já desde a formação, embora cite os meios como sendo os grandes areópagos nos quais há de se realizar o ministério dos futuros presbíteros (CNBB, 2010, nº 173 – 182).

Todavia chama a atenção para o fato de que ao descrever os diversos espaços da casa-seminário, junto aos quais acontece também a formação, a capela, o refeitório, o quarto, a biblioteca, as salas comuns, não há nenhuma referência a laboratórios de informática, sala de vídeo ou outros ambientes de educação midiática (CNBB, 2010, nº 219 – 226). O cotidiano da formação, idealizado pelas Diretrizes, em vigor neste período, parece não ter nenhum contato com a cultura

mediática presente na internet, televisão, redes sociais, etc. (CNBB, 2010, nº 227 - 232). Há uma ausência de referências à comunicação no texto quando este trata da formação pastoral-missionária, mesmo que ao falar da formação permanente, volte a citar os meios de comunicação como novos areópagos e centros de decisão (CNBB, 2010, nº 357).

Nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para o quinquênio 2011-2015, aprovadas na 49ª Assembleia, na data de 09 de maio de 2011, constata-se que um dos grandes desafios encontra-se nos ambientes virtuais, onde a rapidez da comunicação e a liberdade em relação às distâncias geográficas tornam-se grandes atrativos. Os bispos afirmam que o primeiro e urgente areópago é o universitário e o segundo é o mundo das comunicações. Sendo assim, “Tornam-se inadiáveis mais investimentos tecnológicos e qualificação de pessoal, para o uso adequado dos meios de comunicação” (CNBB, 2011, nº 117).

As Diretrizes lembram que um dos grandes desafios que atinge a todos e especialmente aos jovens está no fato de que “[...] o atual excesso de informações não contempla uma formação adequada que os auxilie na síntese, no discernimento, nas escolhas” (CNBB, 2011, nº 49). Não é um documento voltado especificamente para a formação presbiteral, e por isso não aborda, de modo específico o tema da formação para a comunicação em Seminários ou cursos de filosofia e teologia.

Em 2013 a 51ª Assembleia Geral da CNBB ao discutir o tema da renovação da missão paroquial elaborou um importante documento “Comunidade de Comunidades: uma nova Paróquia”. Ao referir-se à missão presbiteral fala de “um novo modo de ser pastor”, contudo não menciona nenhuma vez os desafios do pastoreio na sociedade cada vez mais transformada pela influência das mídias (CNBB, 2013, nº 21-26).

Ao falar de uma “nova territorialidade” (CNBB, 2013, nº 105-109), nos ambientes pastorais, o documento aborda apenas uma mudança que se apresenta entre o físico e o ambiental, onde a paróquia não pode mais está restrita a um espaço geográfico, por vezes delimitado, fixo e estático, e sim deve ser pensada também a partir da mobilidade. Na compreensão de territorialidade não é contemplada a realidade virtual das tecnologias conectivas. A internet não é um simples instrumento. Ela se constitui como um ambiente. As pessoas estão na internet.

Mesmo que o documento se refira à exigência de novas linguagens na transmissão da fé, não se refere à formação para a comunicação no processo de formação presbiteral, tendo em vista que os presbíteros serão os futuros coordenadores e animadores da ação pastoral nas paróquias.

Quando em 2011 a CNBB publicou o documento 101 sobre a comunicação na vida e na missão da Igreja no Brasil como documento preparatório ao Diretório da Comunicação, afirmou que a formação para a comunicação, seja orgânica e prolongada e que “a preparação dos presbíteros, dos religiosos e religiosas, dos catequistas e educadores exige um programa sistemático, sedes equipadas e docentes qualificados.” (CNBB, 2011, nº 119).

Ao referir à formação específica para os futuros sacerdotes, orienta que “Nos seminários e institutos teológicos e institutos superiores de ciência religiosa, deve-se estabelecer um programa de formação para a comunicação social nos aspectos teórico e prático.” (CNBB, 2011, nº 119).

Os bispos entendem que o estudo da comunicação não deve ser compreendido como um curso isolado, mas sim uma dimensão de todo o estudo (CNBB, 2011, nº 119). Lembra ainda que o trabalho do presbítero é essencialmente comunicacional e por isso “Durante a sua formação, os futuros sacerdotes [...] devem conhecer a incidência dos meios de comunicação social na sociedade, bem como sua técnica e uso, para que não permaneçam alheios à realidade, e não cheguem desprovidos ao ministério apostólico que lhes será entregue” (CNBB, 2011, nº 165).

Em 13 de março de 2014, na 83ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente da CNBB foi aprovado o Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, documento 99, da “série azul”. No capítulo VIII ao tratar das políticas de comunicação não aparece nenhuma indicação da necessidade de políticas educacionais voltadas para a formação para a comunicação dos futuros presbíteros. No capítulo IX, “Educar para a comunicação”, fica evidente, logo no início a necessidade de uma formação sistemática para bispos, presbíteros, diáconos, religiosos, lideranças e comunidades, que promova um maior entendimento a respeito das relações entre Igreja e comunicação, como também seja capaz de facilitar a implantação de políticas de comunicação na ação evangelizadora (CNBB, 2014, nº 213).

Neste sentido, a formação defendida pelo Diretório, tem como preocupação a formação para os processos dialógicos, a formação crítica e o uso adequado dos recursos (CNBB, 2014, nº 214). Segundo o Diretório, a formação deve acontecer no âmbito familiar, escolar, comunitário, político, profissional, pastoral, além da recepção midiática e da alfabetização digital. Esta necessidade surge pelo fato das “novas tecnologias” contribuírem para o surgimento de um “novo sujeito” (CNBB, 2014, nº 235). Nas pistas de ação são várias as iniciativas apontadas, a fim de que a educação possa acontecer. No que diz respeito à formação para a comunicação dos futuros presbíteros, não há nenhuma indicação mais prática ou específica.

3.4 A proposta de formação do Setor de Comunicação da CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi criada no ano de 1952. Desde sua criação até o ano de 1962, a comunicação da CNBB foi coordenada pelo Secretariado Nacional de Ação Social. A partir de 1962, surgiu a Comissão Episcopal de Opinião Pública, que depois foi transformada em Secretariado Nacional de Opinião Pública (SNOP) e que passou a ser responsável pela comunicação da entidade.

Em 1971, aconteceu uma reforma dos estatutos da CNBB, o que fez com que a SNOP passasse a chamar de Setor de Comunicação Social, ligado a linha seis da Comissão Episcopal Pastoral, ao lado da Educação e Pastoral Social. O Setor de Comunicação Social sempre teve como principal objetivo “[...] animar e articular a comunicação na Igreja do Brasil, com os meios e os processos de comunicação, tendo presente a cultura e as linguagens geradas pela revolução das novas tecnologias”²⁰.

Atualmente denomina-se como Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação e “[...] possui um caráter referencial e de centralidade para planejar, organizar e coordenar programas e projetos de comunicação da Igreja”²¹.

Dentre os muitos trabalhos realizados pelo Setor de Comunicação Social da CNBB, interessa-nos aqui especificamente o trabalho realizado a partir da década de 1990 no sentido de contribuir com a educação para a comunicação dos futuros

²⁰ <http://www.cnbb.org.br/quem-somos-10>. Acessado em 08 de maio de 2014

²¹ <http://www.cnbb.org.br/imprensa/60-anos-da-cnbb/11022-a-comunicacao-nos-60-anos-da-cnbb>. Último acesso em 08 de maio de 2014.

presbíteros. Como bem lembra Dom Décio Zandonade na apresentação do documento, “A disciplina de Comunicação nos seminários não deve reduzir-se ao ensino do uso dos instrumentos, a um adestramento ou, até mesmo, a trabalhar uma performance” (CNBB/SEPAC, 2001, p.5).

Após um longo caminho, contando também com a colaboração dos professores de Comunicação em Institutos de Filosofia e Teologia, foi apresentada uma proposta de educação para a comunicação, com um projeto a ser desenvolvido nas casas de formação para o sacerdócio ministerial. Iniciando já no Propedêutico²² e Juniorato²³, estendendo-se depois aos cursos de filosofia e teologia, ocupando o currículo normal, ou seja, não sendo uma atividade facultativa e nem mesmo secundária.

O documento reconhece que a formação para a comunicação é um desafio atual da Igreja diante das muitas mudanças que se constataem numa sociedade cada vez mais midiática. Estas mudanças desafiam para uma nova compreensão acerca da comunicação e sua influência na sociedade atual. Por isso é preciso investir em uma educação para a comunicação no processo de formação presbiteral. Almeja-se uma educação que possa levar em conta o ser humano por inteiro, como o primeiro meio de comunicação.

O objetivo principal do Setor de Comunicação Social foi “Desenvolver um programa abrangente e sistemático de educação para a comunicação dos agentes de evangelização da Igreja no Brasil (candidatos ao presbiterado, professores e diretores de seminários e casas de formação, presbíteros, religiosos e religiosas).” (SEPAC, 2001, p. 13).

Ao mesmo tempo em que, se reconhece a necessidade de um espaço e um lugar maior nas etapas de formação, compreende que a comunicação não deve ser entendida simplesmente como mais uma disciplina a integrar o currículo; a comunicação deverá ser capaz de contribuir para a “[...] formação do padre como interlocutor de um novo sujeito cultural, político e social” (CNBB/SEPAC, 2001, p. 16).

²² Trata-se de um ano introdutório, em que o seminarista começa a entrar em ritmo da vida acadêmica, da vida de oração, da vida comunitária e fraterna e do amadurecimento humano-afetivo para a entrada definitiva no Seminário Maior, contemplando os cursos de Filosofia e de Teologia. Etapa de formação presente no processo de formação de carisma diocesano e também em algumas Congregações Religiosas.

²³ O Juniorato assemelha-se ao Propedêutico, porém presente no processo de formação de muitas Congregações Religiosas. É também a última etapa da formação inicial e o período dos votos temporários que pode durar de cinco a nove anos.

É preciso vencer a tentação de reduzir a compreensão da comunicação a tecnologias e ao domínio das mesmas, o que seria uma postura funcionalista, lembra o documento. Importa um conceito de comunicação que seja global, que envolva o ser humano por inteiro, capaz de inserir-se na nova cultura, que é midiática. A fim de responder a esta compreensão, a formação e educação para a comunicação deve contemplar as várias dimensões: antropológica, científica, técnica, litúrgica e espiritual. Antropológica, antes de tudo, porque o ser humano é sujeito da comunicação; um ser social, relacional, dialogante, que constrói significados e produz cultura.

Nos diferentes estágios a formação compreenderia vários elementos: comunicação e relações interpessoais; história da evolução da comunicação, as novas tecnologias na comunicação pessoal; uma leitura crítica e participativa da comunicação; a elaboração de materiais de comunicação; o estudo das principais teorias e correntes da comunicação; o estudo de conceitos como comunicação de massa, indústria cultural, era da informação; a ética na comunicação; Semiótica e Semiologia; a comunicação nos documentos da Igreja; políticas de comunicação; novas tecnologias; oratória; os fundamentos bíblico-teológicos da comunicação; pastoral da comunicação; homilética; comunicação litúrgica; a informática e o aproveitamento pastoral de seus recursos; a organização comunicacional da Igreja. Além disto, propõe um programa de especialização para responder às necessidades do tempo atual.

Durante a Filosofia, os currículos deveriam propor uma formação mais crítica/analítica, procurando entender o fenômeno da comunicação e o processo de evolução da própria comunicação ao longo dos períodos históricos a fim de compreender as transformações presentes na sociedade e suas particularidades. Durante os estudos de teologia estaria a possibilidade de trabalhar uma compreensão de comunicação mais voltada ao contexto eclesial, um conteúdo teórico/prático.

Esta proposta foi longamente discutida antes de sua aprovação final e foi publicada em 2001²⁴. Embora apresente uma proposta concreta e inovadora de formação, o documento nunca fora citado e nem mesmo as propostas foram

²⁴ Quanto ao silêncio dos documentos posteriores, vale uma pertinente observação: seria esta uma atitude de descaso ou uma atitude motivada pela amplidão do que foi desejado na proposta, constituindo-se quase como um curso específico de comunicação?

contempladas pelas diretrizes da Formação Presbiteral no Brasil e demais documentos publicados posteriormente.

3.5 A formação nas proposições da Congregação para a Educação Católica.

Além dos muitos documentos escritos e publicados pelos diferentes papas temos também as Orientações para a formação dos futuros sacerdotes – sobre a comunicação social, publicadas pela Congregação para a Educação Católica em 1986 e endereçada em primeiro lugar às Conferências Episcopais e aos bispos. Foi um documento dirigido também aos superiores e professores dos seminários e que trata dos modernos meios de comunicação, dos problemas socioculturais e morais-pastorais ligados ao uso da tecnologia dos meios de comunicação (*mass media*).

Apesar de ser produzido na década de 1980, é pouco propositivo quanto à formação presbiteral para os meios de comunicação, permanecendo uma concepção conservadora e utilitarista dos meios. Apresenta a comunicação humana como dom de Deus, usando a revelação divina como modelo de comunicação que deve inspirar a Igreja em sua missão de “proclamar sobre os telhados” (Lc 12,3), “a toda a criatura” (Mc 16,15), “até os confins da terra” (At 1,8), a palavra de Salvação.

Reconhece que nos últimos decênios os meios de comunicação têm exercido uma forte influência sobre a sociedade, criando novos problemas, e por isso a preocupação da Igreja com aqueles que assumem um sacerdócio ministerial. Retoma e reforça a ideia expressa nas Orientações de 1970 – *Ratio fundamentalis, institutionis sacerdotalis* – de que “[...] nos seminários os futuros sacerdotes fossem formados no uso correto destes meios, com um tríptico objetivo: criar uma disciplina pessoal, formar os fiéis e poder usá-los eficazmente no apostolado” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1986, nº4).

O documento manifesta a insatisfação quanto à formação oferecida aos futuros presbíteros no campo das comunicações, apesar das orientações encaminhadas anteriormente.

Embora vários anos tenham-se passado, não foram eliminadas algumas insuficiências e, até, acentuam-se alguns atrasos no que diz respeito aos progressos feitos pela comunicação humana neste período. Portanto, esta Congregação [...] propõe-se a oferecer alguns conselhos, propostas e orientações de ordem geral, considerada a variabilidade da matéria e a diversidade das situações locais, para que se determinem corretamente e

logo, e possam agir eficazmente, tudo quanto o magistério e a referida Ratio Fundamentalís dispuseram ou seguiram (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1986, nº6).

A Congregação para a Educação Católica orienta ainda para que a formação seja feita em três níveis: formação básica, dirigida aos receptores, pastoral, enquanto futura atividade sacerdotal e especializada, incluindo todos os que trabalham nos meios de comunicação (*mass media*). A formação básica deve servir para esclarecer os alunos, aprimorar o senso crítico, treiná-los a fazerem escolhas livres e responsáveis, e deve atingir oportunamente e ao mesmo tempo a família, a catequese, a escola.

A formação pastoral apresenta três objetivos: treinar, formar e sensibilizar. Treinar para o correto uso, formar para a tarefa de mestres e guias dos outros e sensibilizar de que na futura atividade pastoral, a enculturação da fé passa também pelos *meios* e pela teleinformática. Todavia, lembra que devem ser consideradas “[...] a evolução tecno-sociológica acelerada com relação à tecnotrônica e à telemática.” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1986, nº 10).

Para isto deverá existir treinamento prático, subsídios didático-pastorais, e atitudes comunicativas, sobretudo, com um clima de comunicação nos seminários, entre alunos e professores. Já a formação especializada, deverá ser uma formação mais estruturada, e levar em conta os que revelam qualidades e gosto especial. Contempla uma formação prático-profissional, incluindo os profissionais do jornal, rádio, cinema, televisão, como também os professores e colaboradores nos secretariados, diocesanos e nacionais dos meios de comunicação social (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1986, nº27).

O aspecto religioso e moral na formação dos futuros sacerdotes são apresentados como fundamentais para o uso e emprego positivo dos meios de comunicação social, julgando ser necessário um criterioso cuidado com aquilo que se apresenta de modo nocivo ou perigoso à fé cristã. Para isso será importante uma educação para o equilíbrio e a responsabilidade. A educação deve superar o simples uso para a diversão e explorar a informação e a formação, elementos importantes para um crescimento harmônico cultural e social.

Publicado pela Congregação para a Educação Católica na data de 19 de março de 1986 e endereçada em primeiro lugar às Conferências Episcopais e aos bispos, o documento é dirigido também aos superiores e professores dos seminários

(nº6) e se dispõe a tratar dos modernos meios de comunicação como também dos problemas socioculturais e morais-pastorais estritamente ligados ao uso da tecnologia dos mass media, ao que chama de microeletrônica.

4 O SACERDOTE E A COMUNICAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Os sacerdotes, no início deste terceiro milênio, são desafiados a exercer seu ministério num contexto social caracterizado por inúmeras mudanças. A cada dia mais são provocados pela cultura atual. A sociedade vive uma mudança de época, onde os paradigmas estabelecidos são alterados e os valores negados ou questionados. Um contexto de profundas mudanças que desafiam a Igreja e os sacerdotes a ler e interpretar com sabedoria os “sinais dos tempos” (*Gaudium et Spes*, 1965, nº 04).

A Igreja Católica, a partir da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem sua atuação pastoral organizada em 18 Regionais. Cada um destes Regionais desenvolve sua dinâmica de organização e colegialidade pastoral entre as muitas arquidioceses e dioceses integrantes. Para o corpus da pesquisa documental com a Matriz curricular e os planos de ensino dos cursos de Filosofia e Teologia, fazem parte todos os cursos identificados em cada um dos Regionais. Foram incluídos na pesquisa apenas os cursos de filosofia e teologia que tivessem entre seus alunos, seminaristas diocesanos ou religiosos. Ao todo, foram identificados 60 cursos de filosofia e 58 de teologia em funcionamento no Brasil entre 2013 e 2014.

A pesquisa documental feita com a Matriz Curricular e o plano de ensino das disciplinas de comunicação, levado em conta o conteúdo dos dois capítulos anteriores, discutidos a partir do referencial teórico, configuram a proposta central deste capítulo: apresentar uma análise do processo de formação para a comunicação no ensino superior, nos cursos de Filosofia e Teologia.

O referencial teórico empregado aqui permite contextualizar e problematizar os conceitos de cultura midiática, midiatização da sociedade e da religião, citados nos dois capítulos anteriores. São conceitos ainda em construção, mas que se tornam importantes para uma análise documental, tanto do pensamento da Igreja, como também dos currículos de Filosofia e Teologia (2013 – 2014) e compreender como a formação discutida, desejada e problematizada na construção do pensamento comunicacional da Igreja acontece de modo concreto da dinâmica formativa.

Este capítulo parte da concepção de que a formação presbiteral é prioridade na vida e missão da Igreja. Traz um breve histórico da formação presbiteral no

Brasil, como destaque para a formação filosófica e teológica. Em seguida apresenta a relevância da comunicação nos cursos de Filosofia e Teologia. Retoma as conquistas, limites e desafios no pensamento comunicacional da Igreja. Por fim, discute a formação presbiteral no atual contexto cultural midiático.

4.1 A formação presbiteral como prioridade para a Igreja

A instituição responsável pela formação intelectual e espiritual dos futuros sacerdotes recebe hoje o nome de Seminário. Ao longo de sua história a Igreja seguiu várias dinâmicas na preparação de seus padres. Nos primeiros séculos da história da Igreja eram escolhidos homens piedosos e de qualidades. Os candidatos estavam vinculados na pessoa do bispo e gradualmente, eram instruídos a respeito do ministério que iriam exercer.

Nos séculos IV e V surgiram as escolas paroquiais. Um modelo de formação baseado em pequenos centros de formação, dirigidos por párocos. A partir do século VI nasceram as escolas monacais. Este modelo de formação foi constituído pelo ensino da gramática, retórica e lógica (*trivium*) e da aritmética, geometria, astrologia e música (*quadrivium*). Mais tarde, já por volta do século XII, a partir da Espanha, surgem as episcopais ou catedrais²⁵.

No formato de hoje, os Seminários surgiram na história da Igreja a partir do Concílio de Trento como uma resposta às críticas feitas por Martinho Lutero em seu movimento de Reforma. Realizado entre 1545 e 1563, na cidade de Trento, na Itália, o concílio possibilitou à Igreja, entre outras coisas, pensar uma educação mais específica para os sacerdotes. A institucionalização dos seminários aconteceu em 15 de julho de 1563, com a aprovação do decreto *Cum adolescentium aetas*.

Para Zagheti (1999, p. 175) o seminário passou a ser concebido como um espaço que proporcionava o convívio religioso, a escolarização de seus alunos e a adequada formação sacerdotal. Ele se tornaria o espaço específico para a formação filosófica, teológica, tendo por base a disciplina, a ordem, a doutrina cristã e a liturgia.

²⁵Luiz Fernando de Lima. Artigo: A importância da dimensão missionária na formação do padre diocesano. Disponível em: <http://seminariodivinomestre.blogspot.com.br/2013/03/a-importancia-da-dimensao-missionaria.html>. Último acesso: 19/01/2014.

Com essas decisões, entre os anos de 1564 a 1584, na Itália foram criados cerca de vinte seminários. Na Espanha houve uma grande expansão dos seminários entre 1565 a 1616. Na França foram instituídos muitos seminários após 1650 porque na época pós conciliar o país passava por intensos momentos de conflitos e violência. No início cada nação possuía o seu modo de organização e muitos mantinham o sistema tradicional das escolas catedrais, escolas dos mosteiros e escolas paroquiais (ZAGHETI, 1999, p. 187).

No Brasil, a história da Igreja e também da formação sacerdotal, merecem destaque dois grandes momentos históricos: o período Colonial e o Republicano.

O período Colonial foi reconhecido pela evangelização, que proporcionava uma autocompreensão da Igreja. Neste período foram utilizados dois métodos: o discurso e a vivência. A evangelização como discurso foi marcada por três aspectos: universalista, doutrinária e guerreira. Universalista porque era realizada sem reconhecimento da individualidade do outro, não havia fronteira para tal discurso. O *outro* eram os índios que eram vistos pela sua irracionalidade, aberrações e idolatria, (HOOTNAERT; AZZI; GRIJP, 1983, p. 24-25).

A doutrinação caracterizava a missão da Igreja de persuadir para a doutrina Católica. Simão de Vasconcellos descreve essa linguagem: “Começava a despejar a torrente de sua eloquência, levantando a voz, pregando-lhes os mistérios da fé, andando em roda deles, batendo o pé, espalmando as mãos, fazendo as mesmas pausas, quebras e espantos costumados entre seus pregadores” (HOOTNAERT; AZZI; GRIJP, 1983, p. 25).

O discurso guerreiro permitiu compreender que “A Igreja que evangelizou o Brasil foi uma Igreja em pé de guerra. Ora, a guerra mobiliza as pessoas, para conquistar, para dilatar, expandir e propagar” (HOOTNAERT; AZZI; GRIJP, 1983, p. 27). O auge da evangelização no tempo colonial foi realizado pelo discurso, porém, alguns se empenharam pela vivência e pela conversão.

Para compreender o clero nesse período, assinalam-se cinco situações: primeiro, o padre era entendido como simples funcionário eclesiástico, desprovido de motivações vocacionais; segundo, a formação teológica era limitada; terceiro, o nível cultural era elevado em relação ao povo; e quarto, muitos padres tinham outras profissões, uns comerciantes e outros políticos; quinto, não havia uma cuidadosa preocupação com a vida moral (HOOTNAERT; AZZI; GRIJP, 1983, p. 183-184).

No ano de 1889, com a queda da monarquia surge no Brasil o período republicano. Desse modo, diferente do sistema anterior, a Igreja não dependia mais do Estado para aceitar as normas advindas da Cúria Romana. Através do Decreto 119 – A, de 17 de janeiro de 1890, instaurou-se a separação entre a Igreja e o Estado. (BASTOS, 1996, p. 178).

Tornou-se um período caracterizado pela restauração das ordens monásticas e introdução de institutos religiosos masculinos e femininos. Os principais problemas advindos dessa divisão foram o distanciamento entre clero e povo e incompreensão por parte da hierarquia sobre a religiosidade popular (AZZI, 2001, p. 161-166). A situação do clero ficou delicada e a formação dos sacerdotes nesse período também passou por uma reestruturação. Primeiro a elaboração do regulamento do Seminário e depois foram apontados alguns critérios para o candidato ao sacerdócio.

A partir de 1922 houve a reaproximação entre Igreja e Estado. O clero nesse período era escasso, pois de um lado havia uma certa rebeldia ao celibato e de outro o rigor institucional da Igreja. A promoção vocacional passava por dificuldade e encontrava resistência por parte de muitos católicos. A formação, neste período privilegiava o desenvolvimento intelectual e o exercício da memória dos seminaristas, possibilitando o treinamento da oratória.

O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, foi um dos grandes momentos de renovação eclesial do século XX. Dois documentos referiram-se especificamente a vida e missão sacerdotal: *Optatam Totius* e *Presbiterorum Ordinis*. Com muita propriedade a formação dos futuros Sacerdotes foi tratada de maneira específica na *Optatam Totius*, publicado em 28/10/1965. Nesse documento os padres conciliares reconhecem que “a desejada renovação de toda a Igreja depende, em grande parte, do ministério sacerdotal, animado do espírito de Cristo” (OT nº1) e por isso proclamou a importância da formação dos sacerdotes. O Concílio Vaticano II ao delinear os caminhos da formação presbiteral para a Igreja católica favoreceu para que cada uma das Conferências Episcopais formulasse suas próprias diretrizes.

Assumindo as determinações do Concílio, a CNBB em 1970, elaborou e aprovou, na 11ª Assembleia Geral, entre 16 a 27 de maio daquele ano a adaptação das normas gerais à realidade nacional.

No dia 02 de julho de 1978, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criou a Organização dos Seminários e Institutos Filosófico-Teológicos do Brasil (OSIB). O objetivo principal deste novo Organismo da Igreja era zelar pelo processo formativo dos futuros sacerdotes e também ser um instrumento de apoio e formação aos próprios formadores.

Desde a sua criação, a OSIB tem desenvolvido um significativo trabalho na catalogação dos seminários e institutos; mantendo atualizado o cadastro de professores; promovendo constantes cursos de formação para os formadores. A OSIB sempre contribuiu com a CNBB na elaboração de orientações para a formação presbiteral; oferece orientações sobre os estudos filosóficos e teológicos e procura realizar com frequência pesquisas sobre a vida e situação dos seminaristas do Brasil.

Sob a responsabilidade da OSIB, a Igreja passou a catalogar os seminários do Brasil. A primeira edição, de 1978, incluía 389 instituições ligadas à formação presbiteral (Seminários Menores e Maiores)²⁶. Na edição de 1980, as Instituições eram 415; em 1984, 527 e 613 em 1988. A edição de 2013 traz 506 seminários Maiores e Menores.

Em 1984, com o documento nº 30, foram publicadas as Diretrizes para a Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil. Estas orientações para a formação presbiteral foram renovadas em 1995, no documento nº 55 - Diretrizes Básicas da Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil. A última atualização da CNBB aconteceu em 2010 com o documento nº 93.

O número de sacerdotes no Brasil tem apresentado um caminho de crescimento desde a metade do século XX. Em 1964, o Brasil tinha 12.589 sacerdotes. Em 2000 eram 16.772 padres e no ano de 2010 a Igreja chegou a contar com 22.119 padres²⁷ entre diocesanos e religiosos.

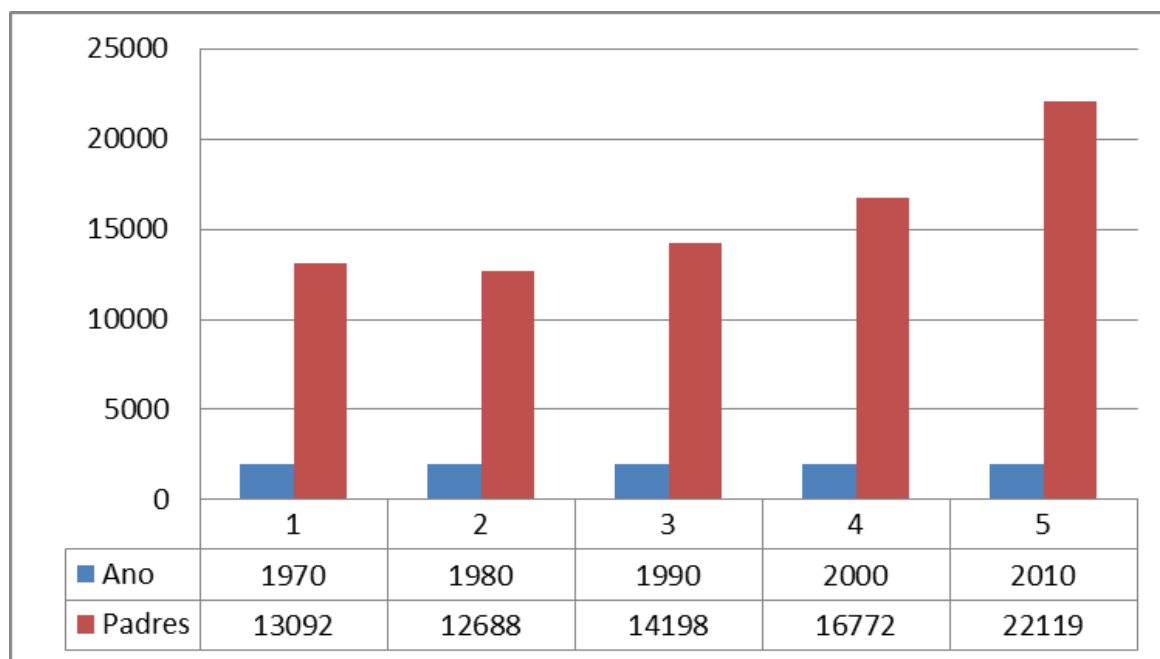
Em 2010, com uma população de aproximadamente 190 milhões de habitantes, o Brasil tinha em média um sacerdote para cada 8.624,97 habitantes. A Região Sudeste é a que possui a maior concentração de sacerdotes por regiões, no Brasil, concentrando quase a metade dos sacerdotes que atuam no território

²⁶ Denomina-se Seminário Menor a etapa dos estudos que vai até a conclusão do ensino médio. O Seminário Maior reúne os seminaristas no período da filosofia e teologia.

²⁷ <http://www.pejosecarlospereira.com.br/web/textos/entrevistas/20120628-01.htm>. Acessado em 02/09/2014.

brasileiro. A Região Sul conta com aproximadamente 25%, o Nordeste com 16%, o Centro-Oeste com 9% e o Norte com cerca de 3% dos padres do Brasil.

GRÁFICO 01: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PRESBÍTEROS NO BRASIL ENTRE 1970 E 2010



FONTE: <http://www.pejosecarlospereira.com.br/web/textos/entrevistas/20120628-01.htm>. Acessado em 02/09/2014.

NOTA: os dados foram sistematizados pelo autor

A formação presbiteral no Brasil, hoje, conta com a participação de Instituições específicas para o estudo da Filosofia e Teologia.

O ensino da Filosofia no Brasil iniciou ainda no século XVI com a chegada dos Jesuítas no Brasil. Desde então, o ensino da Filosofia sempre esteve presente na História da Educação brasileira. Na preparação dos sacerdotes da Igreja, a Filosofia sempre foi ensinada ao lado da Teologia.

O primeiro curso de Filosofia no Brasil foi criado ainda no período colonial, em 1572, no Colégio Jesuíta da Bahia. Passou-se a ensinar as Humanidades, com os estudos filosóficos e teológicos. Isto foi possível porque o primeiro colégio da companhia de Jesus foi fundado na Bahia, em 1550 (LEITE, 1965, p.46). Em 1580 começou a ser ensinada filosofia no colégio Jesuíta de Olinda (JAIME, 1997, p. 47). Segundo Jaime (1997, p. 47) “A primeira faculdade de filosofia no Brasil, o Colégio do Rio de Janeiro, fundado em 1649, formava bacharéis e mestres em artes”.

No início estes cursos não foram reconhecidos pelas universidades europeias. O reconhecimento aconteceu quando “O Estado, finalmente, em 1689, através de uma Carta Régia, deu estatuto civil aos colégios jesuítas no Brasil” (CUNHA, 1986, p. 34).

O Mosteiro de São Bento, em São Paulo, criado em 1598, tem um grande papel na História do Brasil pela sua formação moral e intelectual, ao longo de várias gerações. Entretanto, a criação do Colégio de São Bento aconteceu apenas em 1903. Em 1908, ocorreu a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ligada ao Mosteiro São Bento, que foi reconhecida como a primeira faculdade livre de Filosofia do Brasil²⁸.

O reconhecimento dos cursos de Teologia no Brasil pelo Ministério da Educação²⁹ ocorreu através do parecer CES 241/99, do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 13 de março de 1999 e publicado no Diário Oficial da União em 05 de julho de 1999³⁰.

O Conselho Nacional de Educação³¹ justificou a ação de reconhecimento dos cursos de Teologia no Brasil admitindo que “O ensino da Teologia nas universidades tem uma longa tradição, que remonta à própria origem destas instituições”. Ao reconhecer o ensino da teologia nas Universidades brasileiras, o parecer 241/99, assegura a autonomia das instituições na organização de seus currículos, evitando que aconteça o que poderia ser uma “ingerência do Estado em questões de fé”.

Os cursos de bacharelado foram entendidos de composição curricular livre, ou seja, ficando a critério de cada instituição a organização da grade curricular, como carga horária e conteúdo programático das disciplinas. Uma deliberação que permitiu liberdade e reconhecimento às diferentes tradições religiosas. Além de

²⁸ http://www.mosteiro.org.br/bkp/faculdade/index.php?pg=Quem_Somos.php. Último acesso em 19 de janeiro de 2015.

²⁹ O Ministério da Educação foi criado em 1930. No início se chamou Ministério da Educação e Saúde. Em 1953 passou a ser Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1992 passou a chamar-se Ministério da Educação e Desporto. Somente em 1995 é que se tornou um Ministério exclusivo para os assuntos da educação no Brasil. Conteúdo disponível na página oficial do próprio MEC. http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171

³⁰ Parecer CES 241/99. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces241_99.pdf. Último acesso em 23 de setembro de 2014.

³¹ “O Conselho Nacional de Educação-CNE, é um órgão colegiado integrante do Ministério da Educação, e que foi instituído pela Lei 9.131, de 25/11/95, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação”. Conferir histórico de criação do CNE, disponível em: http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14306%3Aacne-historico&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=754

garantir a autonomia de universidades e Centros Universitários na criação de cursos, o Conselho Nacional de Educação exigiu que “Os processos de autorização e reconhecimento obedeçam a critérios que considerem exclusivamente os requisitos formais relativos ao número de horas-aula ministradas, à qualificação do corpo docente e às condições de infraestrutura oferecidas”³². Assim como nos demais cursos, o ingresso deverá acontecer mediante processo seletivo e o ensino médio também é considerado pré-requisito.

O primeiro curso de Teologia autorizado e reconhecido no Brasil pelo Ministério da Educação foi a Universidade Luterana do Brasil (IELB) – ULBRA, de Canoas, RS. O curso foi autorizado pela portaria 43 de 31/10/1991 e o reconhecimento aconteceu pela portaria 512 de 10/04/2000, publicada no Diário Oficial da União em 11/04/2000.

Em seguida foi reconhecido o curso da Escola Superior de Teologia (EST) de São Leopoldo – RS, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, criado ainda em 1946, como curso livre de Teologia. O curso foi autorizado pela Portaria nº 1.436 de 01/10/1999 e reconhecido pela portaria 1.056 em 09/04/2002, publicado no Diário Oficial da União em 13/04/2000³³.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, foi a primeira Instituição Católica a obter o reconhecimento do curso de Teologia no Brasil. O curso foi autorizado pelo Parecer COCEP/PUC/RS de 14/05/1998, o que permitiu que logo após a EST de São Leopoldo, pela Portaria 3.533 de 13/12/2002 recebesse o reconhecimento pelo Ministério da Educação³⁴. Como descrito acima, os dois primeiros cursos de Teologia que receberam a autorização e posteriormente o reconhecimento do Ministério da Educação não pertencem à Igreja Católica.

Entre 2002 e 2007, o Ministério da Educação reconheceu dez cursos de Teologia em instituições católicas. Dois destes cursos obtiveram a autorização antes mesmo do parecer CES 241/99: PUC-RS em 1998 e a Universidade Católica de Salvador ainda em 1966. Contudo, o reconhecimento aconteceu somente em 2002, para a PUC-RS e 2002 para a Universidade Católica de Salvador, conforme o quadro abaixo.

³² http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14306%3Acne-historico&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=754

³³ Dados obtidos pelo autor junto ao portal on-line do Ministério da Educação. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Último acesso em 24/09/2014.

³⁴ <https://emec.mec.gov.br/>. Último acesso em 24/09/2014.

QUADRO 01: PRIMEIROS CURSOS DE TEOLOGIA CATÓLICOS AUTORIZADOS E RECONHECIDOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

	Instituição de Ensino	Autorização	Reconhecimento	Publicação
1	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Parecer COCEP/PUC/RS de 14/05/1998	Portaria 3.533 de 13/12/2002	16/12/2002
2	Universidade Católica de Salvador - Salvador, BA	S/N 30/10/1966	Portaria 571 de 12/03/2004	16/03/2004
3	Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, MG	Portaria 1272 de 25/04/2002	Portaria 349 de 01/02/2005	03/02/2005
4	Faculdade Dehoniana – Taubaté, SP	Portaria 2358 de 05/11/2001	Portaria 2.311 de 30/06/2005	04/07/2005
5	Instituto Teológico do Rio de Janeiro - ITARJ/PUC, RJ	Resolução 127 de 21/09/1967	Portaria 2.602 de 25/07/2005	26/07/2005
6	Universidade Católica de Pernambuco - Olinda, PE	Resolução 04 de 12/09/2001	Portaria 2.652 de 27/07/2005	28/07/2005
7	Instituto Teológico Franciscano - Petrópolis, RJ.	Portaria 934 de 27/03/2002	Portaria 965 de 28/04/2006	02/05/2006
8	Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - RS	Resolução CUN/URI 489 de 02/12/2002	Portaria 52 de 26/05/2006	29/05/2006
9	Faculdade João Paulo II - FAJOPA - Marília, SP	Portaria 3.625 de 04/12/2003	Portaria 481 de 16/08/2006	17/08/2006
10	Faculdade Católica de Fortaleza, CE	Portaria 480 de 22/02/2002	Portaria 233 de 22/03/2007	23/03/2007

FONTE: Dados extraídos do portal do MEC e organizados pelo autor. Disponível em www.emec.mec.gov.br

Até o mês de março de 2010, o Ministério da Educação contava com 108 instituições credenciadas, ofertando cursos Bacharelado em Teologia, no Brasil. São Instituições ligadas à Igreja Católica; ao grupo protestante, com as confessionalidades luterana, presbiteriana, metodista e batista; Igrejas consideradas evangélicas e as instituições de natureza cristã que não foram incluídas nos demais grupos cristãos; e por fim as instituições “interconfessionais”, ou seja, aquelas de natureza cristã, mas que não declaram uma filiação única a uma denominação cristã, mas promovem diálogo interconfessional (MINUTA, 2010, p. 2).

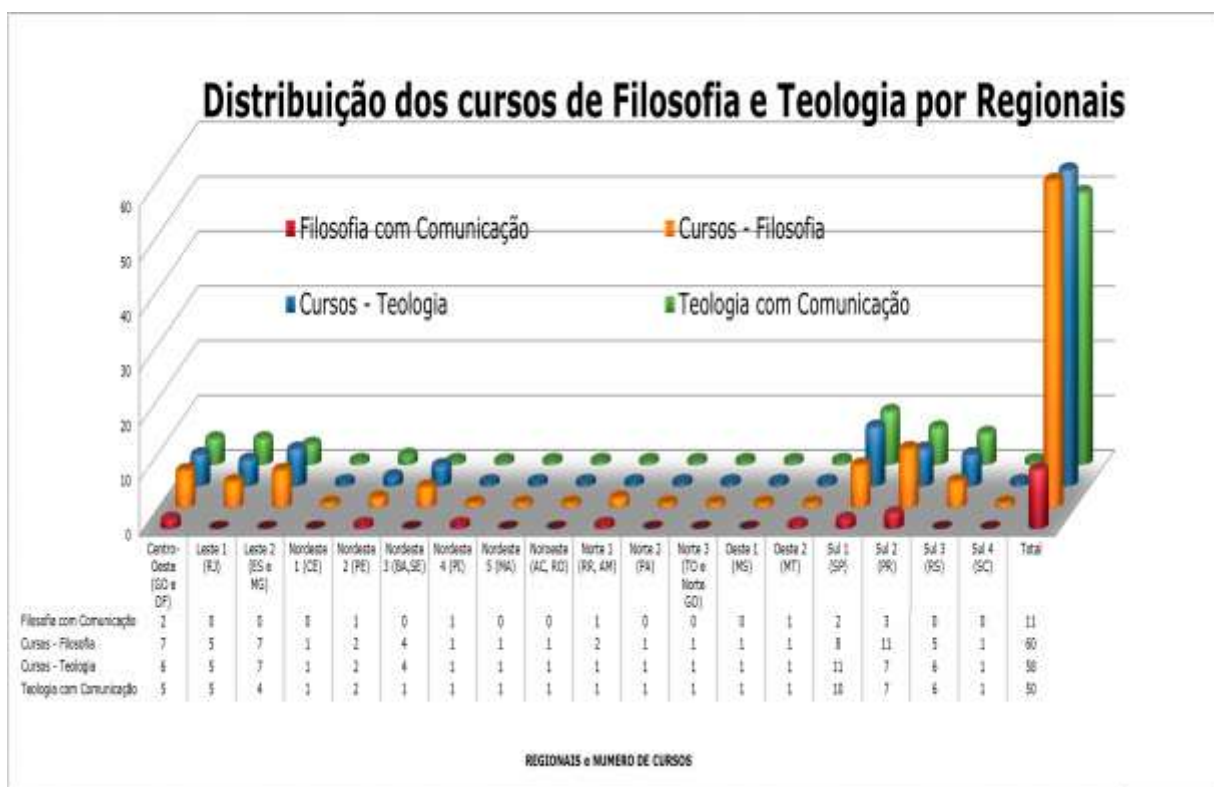
4.2 A comunicação nos cursos de Filosofia e Teologia

No *corpus* da pesquisa documental com a Matriz curricular e os planos de ensino dos cursos de Filosofia e Teologia, fazem parte todos os cursos identificados em cada um dos Regionais. Foram incluídos na pesquisa apenas os cursos de filosofia e teologia que tivessem entre seus alunos, seminaristas diocesanos ou religiosos.

Ao todo foram identificados no Brasil 60 cursos de Filosofia e 58 de Teologia. Diante da questão de pesquisa assumida desde o início a respeito da relevância da comunicação e suas variáveis no processo formativo dos futuros padres na Igreja Católica no Brasil, não foi possível contemplar apenas uma amostragem dos cursos. Por isso foi necessário reunir todos os cursos identificados

a fim de obter uma melhor compreensão do quadro formativo no campo da comunicação, nos currículos atuais, no Brasil.

GRÁFICO 02: NÚMERO DE CURSOS IDENTIFICADOS POR REGIONAIS



FONTE: Dados elaborados pelo autor a partir da pesquisa com a Matriz Curricular dos cursos de Filosofia e Teologia.

O Gráfico 02 (acima) mostra a distribuição dos cursos de Filosofia e Teologia por Regionais, possibilitando identificar o número destes cursos que apresentam formação para a comunicação.

Os dados obtidos na consulta on-line ao Portal do Ministério da Educação³⁵ apontam que, dos 60 cursos de Filosofia identificados e propostos no *corpus* da pesquisa, 40 são autorizados pelo MEC, (66,66,%) e destes, 35 (58,33%) já foram reconhecidos. Na Teologia, dos 58 cursos, 40 são autorizados (68,97%) enquanto os que já tiveram o reconhecimento do Ministério da Educação também são ao todo 35 (60,34%)³⁶.

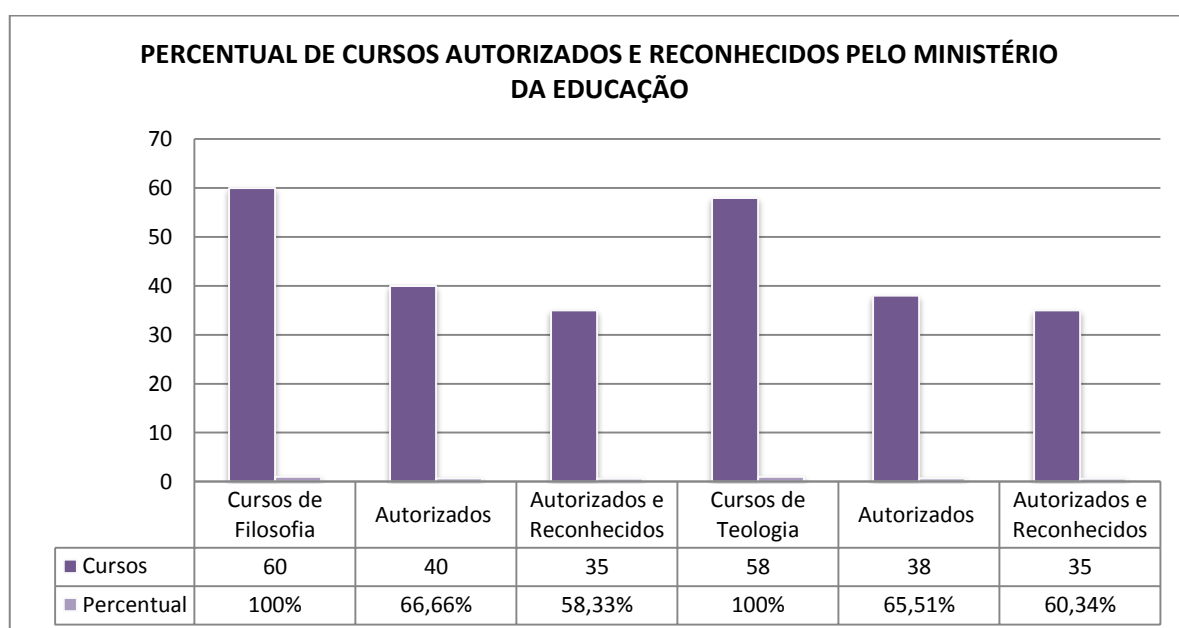
³⁵ <https://emec.mec.gov.br>. Último acesso em 24/09/2014

³⁶ Os cursos primeiro são autorizados pelo MEC e depois passam por um processo de reconhecimento. Sendo assim, todos os cursos reconhecidos, são antes autorizados. Porém, nem todos os autorizados possuem automaticamente o reconhecimento.

Percebe-se uma pequena diferença nos percentuais de cursos regularizados, nas duas áreas, embora a autorização de cursos de Filosofia no Brasil não seja tão recente como a Teologia, que passou a ser reconhecida somente a partir de 1999. A pesquisa revelou também que muitos cursos, em ambas as áreas do conhecimento, foram criados nos últimos 20 anos. O fato de muitos destes cursos não estarem regularizados junto ao MEC, demonstra que há a opção da Igreja em mantê-los como cursos livres.

Embora, nas Diretrizes para a formação, aprovadas em 2010 pela CNBB, diz ser importante “considerar que, embora não seja necessário, é recomendável que o curso de Filosofia seja reconhecido ou autorizado pelo Ministério da Educação, de modo a poder conferir certificado com validade civil.” (CNBB, 2010, nº 166).

GRÁFICO 03: AUTORIZAÇÃO E CREDENCIAMENTO JUNTO AO MEC

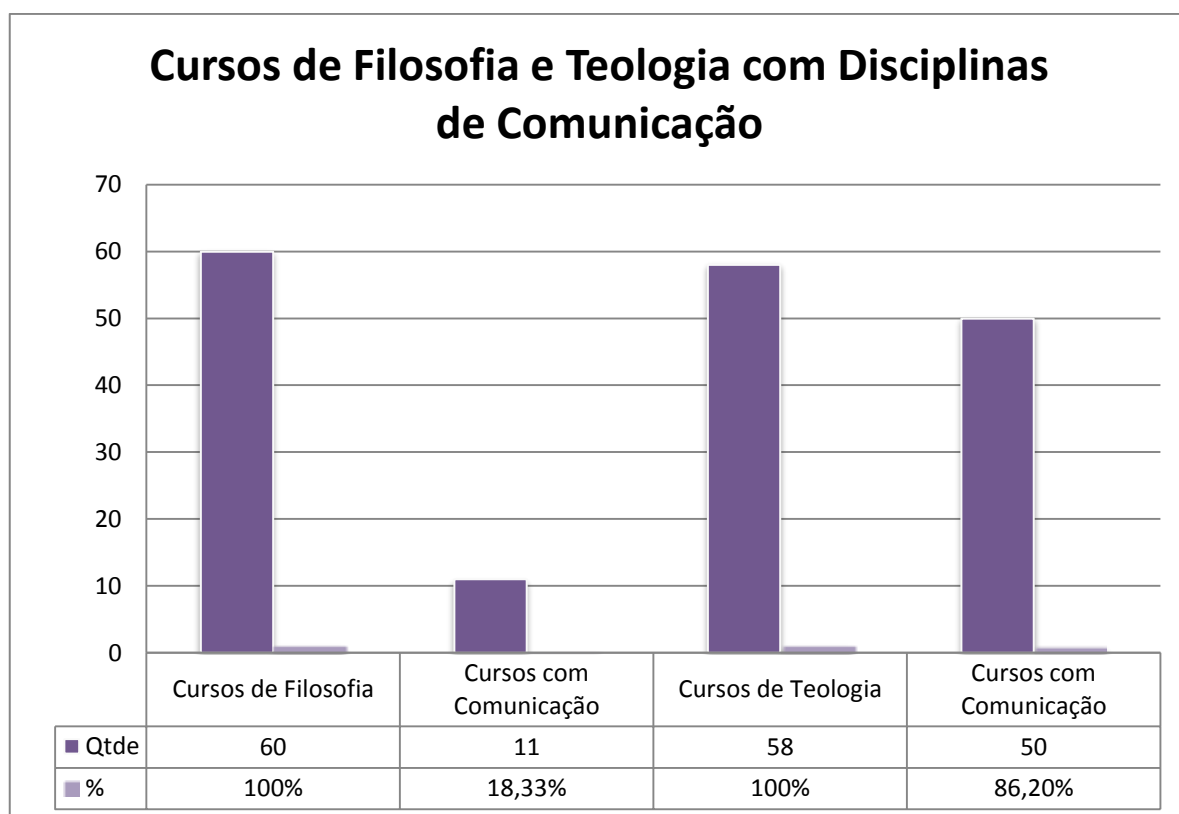


FONTE: Portal do MEC. Disponível em emec.mec.gov.br*

***NOTA:** dados elaborados pelo autor a partir da pesquisa com a Matriz Curricular dos cursos de Filosofia e Teologia.

Quanto à formação para a Comunicação, apenas 11 dos 60 cursos de Filosofia possuem pelo menos uma disciplina de Comunicação, o que corresponde a 18,33%. Já na Teologia o percentual é maior, ou seja, 86,20%. Dos 58 cursos identificados, 50 integram disciplinas relacionadas a Comunicação em seu currículo. Identificou-se também que dos 50 cursos de Teologia que apresentam disciplinas de Comunicação em sua matriz curricular apenas 18 apresentam duas disciplinas.

GRÁFICO 04: A RELAÇÃO FILOSOFIA E TEOLOGIA COM A COMUNICAÇÃO



FONTE: Matriz Curricular dos cursos de Filosofia e Teologia*

***NOTA:** dados elaborados pelo autor.

Na Filosofia, onde 81,66% dos cursos não tem nenhuma disciplina de Comunicação, as 11 Matrizes Curriculares também não apresentam sintonia quanto ao nome das disciplinas. São dez disciplinas diferentes em onze instituições: Linguagem e comunicação; Teorias da comunicação; Retórica e oratória; Educação e novas tecnologias; Tecnologias da informação e comunicação; Introdução à tecnologia da informação; Comunicação I e Comunicação II; Comunicação social; Comunicação, educação e tecnologias; Comunicação; Tecnologias e comunicação a serviço da educação.

Na Teologia, as disciplinas aparecem assim descritas: homilética (20 vezes); Pastoral da comunicação (10 vezes); Homilética, (relacionada a outro tema) (8 vezes); Comunicação (5 vezes); Comunicação social, Comunicação e pastoral, Educar para a comunicação (3 vezes); Comunicação na pastoral (2 vezes). As disciplinas, Evangelização e comunicação, Comunicação pastoral, Estágio, Teologia e pastoral da comunicação, Ética da comunicação social, Prática e crítica da comunicação, Comunicação social e oratória, Pastoral e meios de comunicação social, Teologia da pregação, Pastoral da pregação e oratória, Comunicação na

liturgia, Laboratório de comunicação, Técnicas de comunicação aparecem apenas uma vez cada uma.

A Matriz Curricular de Teologia dos cursos pesquisados revela que, nas vinte e oito vezes em que a palavra “homilética” está no nome da disciplina, vinte vezes ela aparece sozinha e oito vezes relacionada a outro tema como uma disciplina, (Ex. Homilética e Comunicação). Em dezenove cursos, quando homilética é nome da disciplina, há uma segunda disciplina no curso. Contudo, nove instituições tem apenas a disciplina de “homilética” e são nove cursos de teologia que não possuem nenhuma formação para a comunicação. Somando-se os cursos que só tem homilética aos que não tem nenhuma disciplina, são dezessete ao todo.

Diante relevância do tema Comunicação enquanto conteúdo de formação, o estudo da Matriz Curricular e do plano de ensino não permitiria identificar uma proposta pedagógica a cerca da formação para a comunicação, uma vez que as disciplinas variam muito de um curso para o outro. Em muitos casos, mesmo que uma disciplina apresente o mesmo nome, seu conteúdo programático contempla temas diversos.

Inicialmente, as disciplinas foram analisadas apenas pelo nome, ementa ou objetivos, o que não tornou possível identificar a perspectiva em que a Comunicação está contemplada nos cursos. O nome da disciplina tornou-se insuficiente para compreender qual a proposta de formação para a comunicação presente nos diferentes cursos e instituições. Por isso, foram analisados os conteúdos que no plano de ensino, que predominantemente formam o conteúdo programático da disciplina. Foram então propostas cinco perspectivas comunicacionais, indicando os diferentes modelos de comunicação: persuasiva, pastoral, teórico-crítica, interativo-conectiva e educativa³⁷.

O quadro a seguir relaciona cada uma das perspectivas a um dos modelos comunicacionais propostos como critério de análise dos planos de ensino das disciplinas.

³⁷ Estas cinco perspectivas foram propostas pelo autor como recurso pedagógico para melhor poder compreender em que sentido a comunicação é compreendida quando inserida como disciplina nos currículos.

QUADRO 02: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

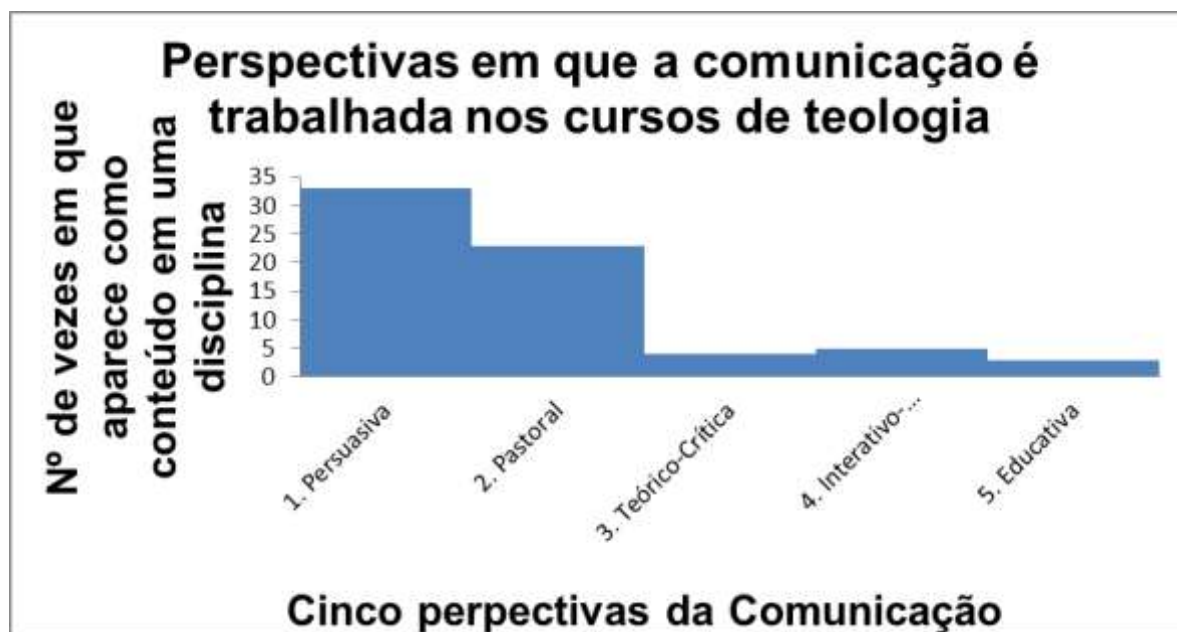
1. Persuasiva	Homilética ou pregação e a oratória.
2. Pastoral	Evangelização, Pastoral da Comunicação, Uso dos Meios de Comunicação.
3. Teórico-Crítica	Teorias da comunicação, e apresentam uma proposta de formação mais crítica.
4. Interativo-conectiva	Novas tecnologias, a cultura midiática e as problemáticas atuais da comunicação têm maior relevância no conteúdo programático.
5. Educativa	Preparação para o uso dos Meios de Comunicação; trata também da necessidade de educação para a comunicação.

FONTE: Matriz Curricular dos cursos de Filosofia e Teologia*

***NOTA:** dados elaborados pelo autor.

Estas cinco perspectivas permitem uma compreensão ainda maior daquilo que se apresenta como assunto, conteúdo, modelo de comunicação, presente nos currículos de Teologia. O quadro a seguir revela o quanto cada perspectiva da comunicação está presente em cada uma das disciplinas.

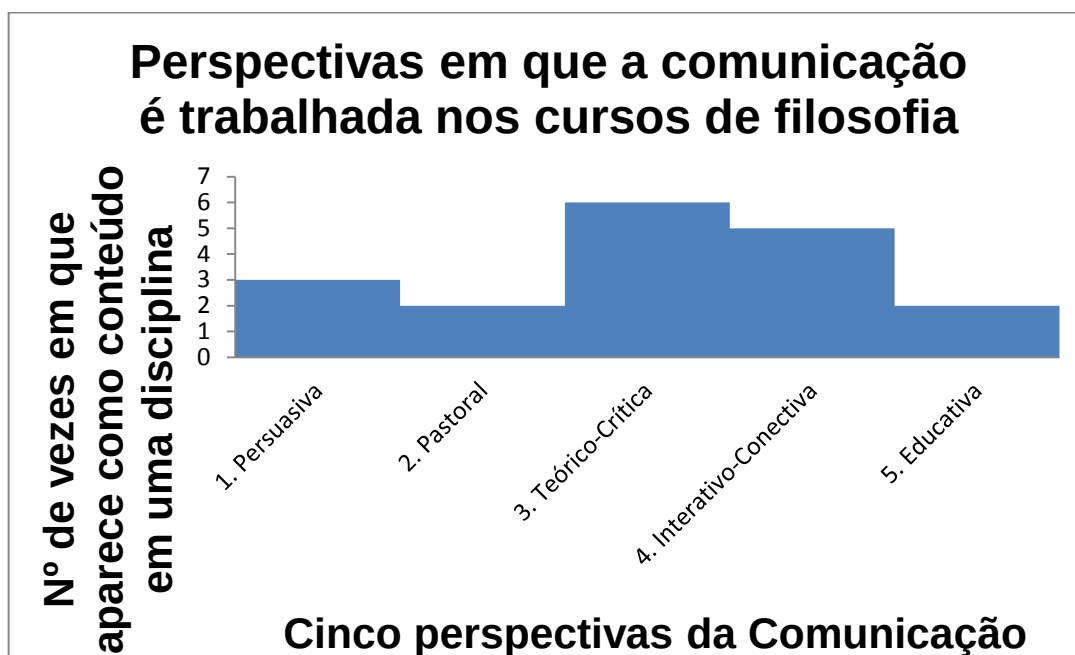
GRÁFICO 05: AS PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO NA TEOLOGIA



FONTE: Planos de Ensino das disciplinas de Comunicação dos cursos de Teologia*

***NOTA:** dados elaborados pelo autor.

GRÁFICO 06: AS PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO NA FILOSOFIA



FONTE: Planos de Ensino das disciplinas de Comunicação dos cursos de Filosofia*

***NOTA:** dados elaborados pelo autor.

Percebe-se que na Teologia, os conteúdos mais trabalhados são a homilética, a pregação, a oratória; seguidos da Pastoral da Comunicação, e documento da Igreja sobre comunicação e presença da Igreja nos meios. Já na Filosofia, embora sejam poucos os cursos com Comunicação, prevalecem as teorias da comunicação, as novas tecnologias, a cultura midiática.

A fim de obter uma maior compreensão da formação para a comunicação nos cursos, foi preciso perguntar também qual é a influência do Ministério da Educação, do carisma religioso, do Regional ou até mesmo a influência do poder público na construção da Matriz Curricular e das disciplinas. Uma pergunta que parece ser óbvia, mas que permitiu compreender a Igreja como principal e responsável direta pela construção do processo de formação presbiteral, também para a comunicação.

O Parecer 241/99 do próprio Ministério refere-se aos cursos de Teologia, assegurando a autonomia das instituições na organização de seus currículos.

Em termos da autonomia acadêmica que a constituição assegura, não pode o Estado impedir ou cercear a criação destes cursos. Por outro lado, devemos reconhecer que, em não se tratando de uma profissão regulamentada não há, de fato, nenhuma necessidade de estabelecer diretrizes curriculares que uniformizem o ensino desta área de conhecimento. Pode o Estado, portanto, evitando a regulamentação do

conteúdo do ensino, respeitar plenamente os princípios da liberdade religiosa e da separação entre Igreja e Estado, permitindo a diversidade de orientações³⁸

Além do Parecer CES 241/99 do Conselho Nacional de Educação, tem a Minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teologia, Bacharelado, Minuta v.1.4, de março de 2010³⁹. Esta Minuta lembra que o Parecer CES/CNE 776/97 de 3/12/1997, procura “Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas”⁴⁰. Cita também o Parecer CNE/CES 146/02 (DOU 13/05/2002) que permite a “[...] flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos”. E ao mesmo tempo procurava “[...] conferir maior autonomia às instituições de ensino superior na definição dos currículos de seus cursos” (MINUTA, 2010, p. 5).

Além de retomar o que diz a Lei nº 10.172, de 9/1/2001, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação – PNE e que já assegurava uma maior flexibilidade, criatividade e responsabilidade das instituições, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas, possibilita que as Instituições constituam “[...] respostas às efetivas necessidades sociais - demanda social ou necessidade social” (MINUTA, 2010, p. 5).

Ao tratar da Competência/habilidades/attitudes, admite que é preciso “desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício de seu trabalho, inclusive nas comunicações interpessoais ou intergrupais” (MINUTA, 2010, p. 10). Ao referir-se aos conteúdos, lembra que o papel das Diretrizes Curriculares não é “engessar” a construção da Matriz curricular do curso. Contudo, busca assegurar que haja uma maior contextualização e ao mesmo tempo possibilitar a busca de respostas às demandas naturais do campo de atuação do egresso (MINUTA, 2010, p. 10). Embora não trate da comunicação como conteúdo, ao referir-se ao núcleo formativo teórico-prático, defende a aquisição das competências, habilidades e atitudes necessárias ao exercício profissional.

³⁸ http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces241_99.pdf. Último acesso em 23/09/2014.

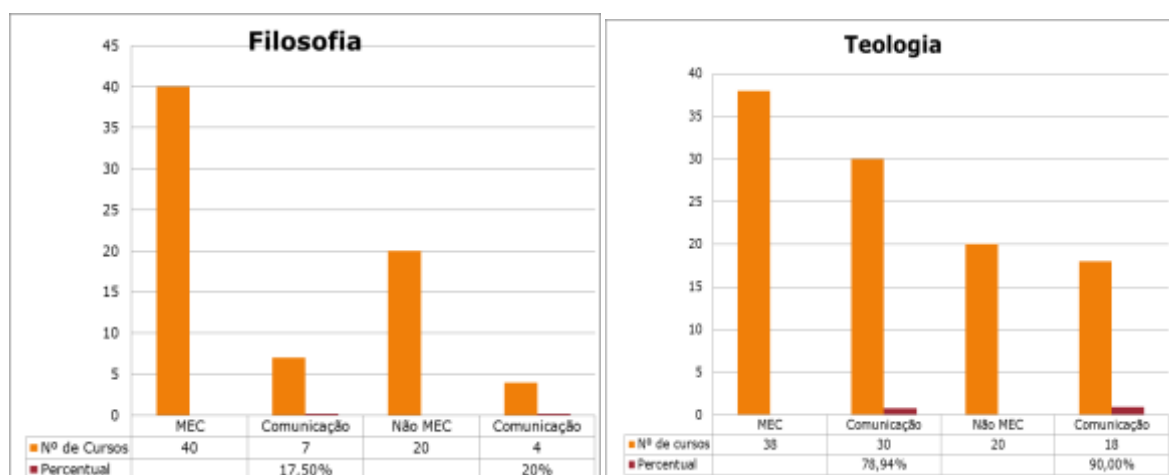
³⁹ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15152:ces-2010&catid=323&Itemid=164#Março. Último acesso em 09/10/2014.

⁴⁰ Idem.

O Parecer CNE/CES 492/2001⁴¹ que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de filosofia, leva em conta tanto os cursos com licenciatura e também o bacharelado. Estabelece os critérios próprios para o funcionamento de cada um quanto à matriz curricular. Ao referir-se aos conteúdos lembra cinco disciplinas básicas que chama de sábia diretriz: História da Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética, Lógica, Filosofia Geral. Por fim leva em conta o desenvolvimento da Filosofia nas últimas décadas, algumas áreas merecem ser consideradas, como a Filosofia Política, Filosofia da Ciência (ou Epistemologia), Estética, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente. Considera que isto permite uma flexibilidade ao ensino da filosofia. Não se refere à existência ou não de outras disciplinas no currículo.

O gráfico nº 07 demonstra que na Filosofia, apenas sete (17,50%) dos 40 cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC têm a disciplina de Comunicação. Entre os vinte cursos não autorizados ou reconhecidos pelo MEC apenas quatro (20%) têm disciplinas de comunicação. Na teologia o percentual de cursos com comunicação é maior. Dos 38 cursos regularizados, 30 (78,94%) têm comunicação e dos vinte não regularizados dezoito (90%). A diferença não é tão significativa. Não é possível afirmar que pelo fato de um curso de filosofia ou teologia ser autorizado/credenciado ou não pelo Ministério da Educação apresente maior presença de disciplinas que contemplem a formação para a comunicação.

GRÁFICO 07: A RELAÇÃO MEC/FORMAÇÃO PARA A COMUNICAÇÃO



FONTE: Portal do MEC. Disponível em emec.mec.gov.br*

***NOTA:** dados elaborados pelo autor com os dados do MEC e a Matriz Curricular.

⁴¹ O Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf

Outro dado relevante da pesquisa diz respeito à distribuição da formação para a comunicação em relação aos Regionais. Percebe-se que nos estudos de Teologia apenas o Nordeste 3 (Bahia e Sergipe) têm um percentual menor a 50% dos cursos com formação para a comunicação. A situação é muito diferente nos cursos de Filosofia. Dos 60 cursos contemplados pela pesquisa, apenas onze apresentam disciplinas relacionadas à comunicação. Estas disciplinas estão em cursos de sete Regionais de um total de dezoito. Em onze Regionais não há nenhuma formação em qualquer dos cursos. Apenas o Regional Nordeste 4 (Piauí) e Oeste 2 (MT) aparecem com 100%, embora apresentem apenas um curso. Regionais como São Paulo (Sul1) e Paraná (Sul2) que possuem o maior número de cursos de Filosofia, o percentual de cursos com disciplinas de comunicação não passa 25%. Chama-se a atenção para São Paulo por ser um estado onde se encontram presentes o maior número de Congregações e Dioceses do Brasil.

Na Teologia percebe-se outro cenário. Dos 58 cursos, 50 têm pelo menos uma disciplina de comunicação. Quando se trata da distribuição por Regionais, em quatorze deles tem-se pelo menos uma disciplina em todos os cursos. A formação para a comunicação é mais presente na Teologia do que na Filosofia. A investigação sobre a formação para a comunicação em cada um dos 18 Regionais da CNBB permite compreender a existência ou não de políticas educacionais que contemplem a comunicação nas diretrizes da formação presbiteral no Brasil.

Outro aspecto relevante para compreender com realismo a formação para a comunicação dos futuros presbíteros foi perguntar pela influência do Carisma na proposta de formação para a comunicação. Existe alguma diferença nos programas de formação quanto à comunicação nos cursos dirigidos por Dioceses e Arquidiocese (carisma diocesano) e os cursos dirigidos por Congregações religiosas (carisma religioso).

O padre diocesano possui o carisma do pastoreio e está ligado diretamente a uma Diocese, na pessoa do Bispo. Atua no espaço territorial da diocese e serve às necessidades desta diocese. Diante de uma comunidade paroquial, onde tem a missão de evangelizar, pregar, curar, exortar, ensinar, animar e coordenar as atividades pastorais.

O padre religioso está ligado a uma Congregação ou uma Ordem com carisma que é próprio em cada Instituto de Vida Consagrada. O padre deve obediência primeiramente, ao seu Superior. Quando estiver inserido na realidade de

uma paróquia e de uma diocese, deve também obediência ao Bispo diocesano, em especial nos assuntos pastorais e financeiros do lugar onde trabalha. Para o padre religioso o território de abrangência de sua missão é mais amplo, desde que sua Ordem ou Congregação tenha comunidade ou obras de missão em qualquer parte do território nacional.

Dos 60 cursos de Filosofia, 38 (63,3 %) e dos 58 cursos de Teologia, 39 (65,5%) estão sob a orientação direta ou indireta de dioceses, arquidiocese ou até mesmo a CNBB. Os cursos dirigidos por Congregações ou Ordens religiosas são vinte (33,3%) na Filosofia e dezenove (34%) na Teologia. Na Filosofia são sete (18,4%) cursos com comunicação sob a orientação diocesana e três (15%) sob a orientação religiosa. Na Teologia são trinta e três (86,80%) e dezessete (85%), respectivamente.

Neste sentido, percebe-se que o carisma, religioso ou diocesano, não chega a ser um aspecto que favoreça ou dificulte uma maior presença de disciplinas de comunicação na Matriz curricular. O gráfico nº 08 apresenta que a diferença que existe não chega a ser relevante para afirmar-se que um curso de Filosofia ou Teologia prioriza ou não a formação para a comunicação em função de seu carisma, ou do carisma ao qual estão ligados seus responsáveis diretos ou indiretos, como Bispos, Superiores, padres, professores.

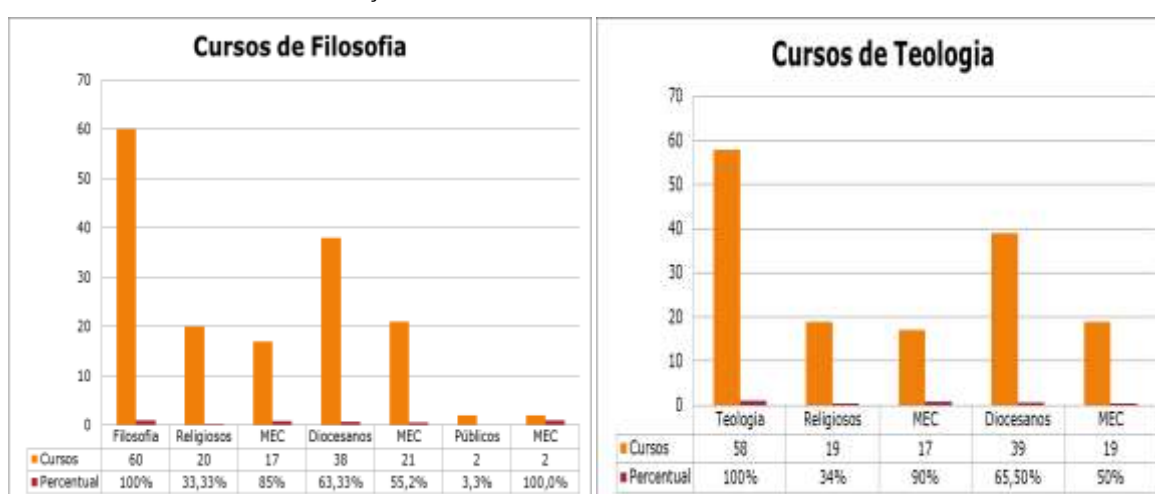
GRÁFICO 08: A RELAÇÃO CARISMAS/COMUNICAÇÃO



FONTE: Dados extraídos da pesquisa realizada pelo autor junto às Instituições

Entre os cursos no Brasil, conforme o gráfico nº 09, percebe-se que aqueles sob a orientação de congregações religiosas, há um percentual maior de cursos credenciados junto ao MEC. São dezessete (85 %) na Filosofia e dezessete (90%) na Teologia. Enquanto que os cursos que estão sob a responsabilidade direta ou indireta do carisma diocesano apresentam percentuais bem menores em relação ao reconhecimento do Ministério da Educação: vinte e um (55,2%) na Filosofia e dezenove (50%) na Teologia.

GRÁFICO 09: A RELAÇÃO DOS CURSOS RECONHECIDOS POR CARISMAS



FONTE: Portal do MEC. Disponível em emec.mec.gov.br*

***NOTA:** Dados extraídos pelo autor a partir da pesquisa junto às próprias instituições.

Como explicar essa diferença? Os fatores são diversos. A grande maioria dos cursos sob a coordenação de Congregações religiosas é mais antigo do que muitos cursos sob a coordenação direta ou indireta de Dioceses, Arquidioceses ou a CNBB. As Congregações religiosas, na maioria das vezes estão à frente de Instituições de Ensino Superior com vários cursos. Há uma estrutura que permite cumprir às exigências do Ministério da Educação. Dentro os cursos criados nas duas últimas décadas, a maioria estão ligados a Dioceses, Arquidioceses, que foram reconfigurando a organização da formação presbiteral e ao mesmo tempo criando centros de formação filosófica e teológica, sempre mais próximos de seus territórios. Muitos destes cursos por atenderem quase que exclusivamente à formação presbiteral, faz com que o credenciamento junto ao Ministério da Educação não seja algo primordial ao funcionamento do curso e ao cumprimento de seus objetivos e metas.

4.3 Conquistas e desafios no pensamento comunicacional eclesial

Nos dois primeiros capítulos, procuramos apresentar alguns elementos que nos permitem compreender o pensamento comunicacional da Igreja ao longo do século XX e início do século XXI e ao mesmo tempo situar no próprio pensamento da Igreja o desafio da formação para a comunicação. Com a pesquisa bibliográfica dos capítulos anteriores, torna-se possível perceber como a Igreja refletiu e está refletindo sobre o fenômeno da comunicação; uma reflexão sobre o que foi dito e escrito pela própria Igreja. Os documentos oficiais favorecem a compreensão de que a relação com a comunicação evoluiu para uma reflexão menos defensiva e mais positiva sobre os meios e o seu uso, superando a ideia negativa e pessimista.

Para, Joana Puntel (2011, p. 223), a abertura pela qual passou o pensamento comunicacional da Igreja, seguiu uma sequência de várias etapas e momentos. Primeiro um comportamento que levava à censura e à repreensão – uma atitude de confronto entre a instituição e os meios de comunicação. Uma segunda fase se dá ainda antes do Concílio Vaticano II. Embora com desconfiança, percebe-se uma atitude de aceitação em relação aos meios, onde a Igreja ainda exerce certo controle sobre a imprensa e uma vigilância sobre o cinema e o rádio. A terceira fase, após o Concílio Vaticano II (1962-1965), aconteceu num período de abertura da Igreja e ao mesmo tempo um período marcado pela velocidade nas transformações sociais e tecnológicas, quando a Igreja foi sendo desafiada a “adaptar-se aos novos tempos”, e aceitar, mesmo que com desconfiança, os meios eletrônicos.

Embora tenha feito um significativo percurso na construção de seu pensamento comunicacional, (PUNTEL, 2011) a Igreja encontra-se numa “encruzilhada” e por isso precisa repensar sua compreensão do que seja a comunicação, a fim de viabilizar políticas comunicacionais que permitam dialogar com a cultura atual. Esta encruzilhada se apresenta de modo que a Instituição precisa de competência e prudência e não se preocupar apenas com as potencialidades das novas tecnologias da comunicação; ou seja, discutir e refletir quais são as implicações destas tecnologias no campo fé, da cultura, do econômico e do político. Este discernimento será indispensável para que a Igreja possa em sua ação pastoral, ter convicção, firmeza, competência e sabedoria para conjugar sua missão frente às diferentes linguagens existentes no processo comunicativo.

Por isso, “Não basta dispor de meios ou de um instrumento profissional; é preciso uma formação cultural, doutrinal e espiritual, bem como considerar a comunicação mais do que um simples exercício da técnica”. (PUNTEL, 2011, p. 237). É necessário que a Comunicação seja utilizada como meio fundamental e indispensável à missão da Igreja. Contudo, como já advertiu Joana Puntel (2011), para que a Igreja possa caminhar na perspectiva apontada por João Paulo II na encíclica *Redemptoris Missio* que reconhece a comunicação social como “o primeiro areópago dos tempos modernos”, será imprescindível superar a leitura simplesmente instrumental dos meios de comunicação. É necessário integrar a mensagem cristã nesta “nova cultura” criada pela comunicação social.

O maior desafio da Igreja está em desenvolver uma comunicação que responda às novas configurações sociais, repensando a própria comunicação. A maneira como se processa a comunicação exige uma mudança de mentalidade, principalmente dos sacerdotes e religiosos, porque são os que têm o contato com o povo, e assim poderão melhor possibilitar o diálogo da fé com o mundo da cultura. O fato de a comunicação tornar-se um elemento articulador da sociedade, faz com que a Igreja pensar e admitir que a comunicação é um dos aspectos essenciais, que articula e move a lógica de mudança. (PUNTEL, 2011, p. 236).

Os últimos documentos da Igreja já possuem elementos de uma nova compreensão a respeito dos meios de comunicação que permite entendê-los mais do que simples “meios” e “instrumentos” a serem usados numa atitude defensiva frente à sociedade. (PUNTEL, 2011, p. 232). Principalmente os documentos do Papa Bento XVI, do Conselho Pontifício para as Comunicações sociais e o Papa Francisco, dão conta do desafio que a própria Igreja tem para relacionar-se com a sociedade atual.

As transformações no mundo contemporâneo passam também pelas transformações ocorridas no campo da mídia. Isto provocou mudanças em várias organizações políticas, econômicas, sociais, motivadas, principalmente pelas alterações na convivência humana. Tais mudanças também deverão acontecer nos diferentes ambientes da Igreja católica. A cada dia que passa a Igreja se dá conta de que comunicação e evangelização precisam caminhar juntas, em um estreito e efetivo diálogo. Como lembra Puntel (2011, p. 238), “Os novos meios e tecnologias da comunicação tem se apresentado cada vez mais velozes e invasivos, mudando profundamente a existência cotidiana das pessoas”.

José Marques de Melo, (2005, p. 25-26) ao referir-se à história da comunicação da Igreja, entende que houve quatro grandes fases, expressando diferentes modos de compreender a relação entre Igreja e Comunicação. Segundo ele, a primeira fase foi marcada pela censura e repressão e aconteceu entre o papado de Inocêncio VIII (1484-1492) até a segunda metade do século XIX.

A segunda fase vai do papado de Leão XIII (1878-1903) até o Concílio Vaticano II (1962-1965), em um período que ele denomina de aceitação desconfiada, onde a Igreja ainda procurava controlar e vigiar a imprensa. A terceira fase, após o Concílio Vaticano II pode ser nomeada de um deslumbramento ingênuo no campo da comunicação, onde acontece uma mudança de rota em relação ao comportamento anterior, fazendo com que a Igreja passasse a pensar na utilização dos meios para proclamar o evangelho. Um deslumbramento denominado ingênuo no sentido de que a Igreja passou a acreditar que a mídia seria um dos grandes fatores de transformação política, econômica, social, principalmente na América latina, o que não aconteceu.

A quarta fase, Marques de Melo (2005) denomina de avaliação crítica, onde a Igreja faz uma reflexão dos modelos anteriores e ao mesmo tempo busca novos padrões, incentivando, patrocinando e dando respaldo às muitas experiências de comunicação presentes na vida do próprio povo e das muitas comunidades. Esta atitude começa a ser visualizada a partir da década de 1990, com a fase da internet e das tecnologias digitais.

Pedro Gilberto Gomes (2010), por sua vez, lembra que o processo histórico, percorrido pelo pensamento comunicacional da Igreja, permitiu que fosse explicitado de modo distinto seu conceito e sua visão de comunicação. No início do século XXI os responsáveis legais por traduzir o pensamento oficial da Igreja (papas, bispos, etc.) passaram a expressar-se com mais clareza quanto às novas mídias (*new media*) referindo-se aos impactos que estes exercem sobre a construção do social.

Ao fazer uma análise da visão de comunicação presente nos documentos eclesiais, lembra que uma das preocupações que sempre moveu a Igreja a tratar da comunicação foi a educação. Uma educação que por vezes privilegiou o SABER, o FAZER, ou o PENSAR, nos diferentes estágios, a partir do século XX (GOMES, 2010). Segundo ele são três posições bem distintas e antagônicas e que coexistem até hoje na prática comunicacional da Igreja, colocando, cada uma delas, por sua vez, ênfase no conteúdo, nos resultados ou no processo. (GOMES, 2010).

A educação pautada no SABER privilegia os conteúdos e preocupa-se com a transmissão de conhecimentos e valores; uma comunicação que se restringe a transmitir informações. Por isso a Igreja tinha o dever de conhecer para melhor vigiar o cinema, o rádio, a televisão. A preocupação com a moral foi sempre o grande elemento de articulação deste modelo de educação que visava a proteção dos valores evangélicos e a defesa da pessoa humana.

Este modelo de educação predominou no pensamento comunicacional da Igreja até o Concílio Vaticano II. No documento *Vigilanti Cura* de Pio XII (1957), ficou evidente a preocupação com os conteúdos da produção cinematográfica e que muitas vezes contrariavam a moral e os bons costumes. A Igreja assumiu uma postura de formar para o correto uso dos meios, com uma formação crítica; que dedicava especial atenção aos conteúdos e às linguagens dos meios.

O modelo de educação caracterizado pelo FAZER preocupou-se com os resultados e por isso entende a comunicação como persuasiva. A principal preocupação está no uso dos meios de comunicação. Ainda pautada na compreensão do emissor responsável pela mensagem e um receptor capaz de receber e compreender a mensagem transmitida. Este pensamento ganhou espaço a partir do Concílio Vaticano II, quando os meios de comunicação passam a serem vistos de maneira mais positiva, podendo servir à ação da Igreja.

A grande preocupação passou a ser como utilizar os meios para a evangelização e também fazer com que a comunicação pudesse servir para a promoção do diálogo e do progresso da sociedade. Este pensamento continua muito presente no pensamento e na prática da Igreja a respeito da comunicação. (GOMES, 2010, p. 132). Para Gomes (2010), em Medellín, Puebla e Santo Domingo, prevaleceu “[...] uma prática funcionalista e uma visão instrumental dos meios de comunicação.”

A educação que privilegia o PENSAR coloca ênfase no processo e supera a dicotomia entre emissor e receptor. O ser humano passa a ser visto como emissor/receptor (GOMES, 2010). Com isso, pensar a comunicação significa “[...] compreender os mecanismos sociais que impedem que os indivíduos e as comunidades sejam sujeitos ativos da comunicação” (GOMES, 2010, p. 135). Neste modelo, segundo Gomes (2010, p. 134), a educação põe ênfase no processo, “Isto é, destaca o processo de transformação da pessoa e das comunidades”.

Estas três posições, na relação educação-comunicação, destacadas por Gomes (2010, p. 52), “[...] justificam as atuais opções da Igreja Católica no que diz respeito à comunicação social”. Por outro lado, são indispensáveis para o entendimento dos atuais desafios impostos à Igreja: Pensar uma dinâmica de educação para a comunicação que contemple as inúmeras transformações, reconhecendo as contribuições e os problemas apresentados pelas tecnologias digitais da comunicação no início do século XXI, onde a tecnologia midiática exerce um grande papel na construção de sentido por parte das pessoas, influenciando até mesmo na organização social (GOMES, 2010).

O estudo dos documentos ditos canônicos, clássicos, nos capítulos anteriores possibilita perceber como o conceito de comunicação foi evoluindo justamente num dos setores da Igreja que tem um grande poder em definir as políticas de comunicação da Igreja Católica (GOMES, 2010, p. 84); um conceito que foi explicitado de maneira distinta ao longo do tempo. Por outro lado, permite compreender “[...] como as doutrinas interpretam os meios, usufruem deles, dialogam com eles e através deles” (2010, p. 93). Todavia, temos que concordar com Gomes na opinião de que “[...] a Igreja Católica é extremamente prolixa na produção de documentos sobre comunicação, muito embora, em alguns campos, a sua prática seja mais modesta.” (2010, p. 96).

Por outro lado, segundo Gomes (2010) a análise do pensamento comunicacional da Igreja revela defasagens entre as proposições conceituais e as práticas comunicacionais do campo religioso⁴². Constata-se que “[...] a igreja não possui uma diretriz clara com relação à comunicação social.” (2010, p. 138). Segundo ele, se levado em conta o futuro, este exige um debate teórico mais fundo que possibilite relacionar a midiatização da técnica com a processualidade da técnica.

Ainda no que diz respeito à educação para a comunicação, Gomes (2010, p. 142) retoma José Marques de Melo (2005) que admite que nem todos os bispos católicos do Brasil estão conscientes do grande papel que a mídia possibilita à evangelização, ficando assim atrás de lideranças protestantes que apresentam maior abertura e compreensão. Por outro lado revela que nem sempre os dirigentes

⁴² Em sua pesquisa Pedro Gilberto Gomes trabalha com quatro Igrejas Cristãs: Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Metodista, Igreja Universal do Reino de Deus.

religiosos são formados adequadamente para o uso eficaz da mídia. Uma postura que favorece o crescimento do amadorismo e consequentemente o fracasso.

Os documentos publicados após 1990 fazem diversas referências à internet e demais tecnologias conectivas. Várias expressões como continente digital, praça pública, ágora moderna, arena digital, confirmam este novo cenário a partir das mídias digitais.

Para o italiano Antonio Spadaro (2012), as tecnologias digitais não podem ser entendidas como simples ferramentas, instrumentos completamente externos ao nosso corpo e à nossa mente. Ao falar da internet, lembra que esta não é um instrumento, mas um "ambiente" em que vivemos e que não pode ser vista como algo paralelo ao cotidiano, uma vez que as pessoas estão na rede.

Até o final do século XX ainda prevalecia um modelo de comunicação mediada na maioria das vezes pelos meios tradicionais como rádio, cinema, televisão, jornais, revistas etc. Nas últimas duas décadas, os meios digitais *online*, por meio da internet, têm se desenvolvido com velocidade e dinamismo inéditos, provocando profundas mudanças no modo de pensar e agir do ser humano e em sua relação com o mundo e com os outros. Por isso, a comunicação não deve mais ser vista simplesmente como ferramenta, instrumento completamente externo ao corpo e à mente, e sim como um "ambiente" que é intensamente vivenciado (SPADARO, 2012).

Cada vez mais, com o surgimento das redes sociais digitais, a Igreja e os cristãos são chamados, pela presença e missão que desenvolvem a reconhecer e ao mesmo tempo colaborar para que a rede se torne lugar de conexão significativa de pessoas, com a capacidade de construir relações de comunhão numa sociedade cada vez mais fragmentada (SPADARO, 2012). Referindo-se ainda à internet, Spadaro (2012, p. 81) entende que é:

Uma tarefa para a Igreja de hoje, empenhada na “nova evangelização”, poderia ser a de criar entre outros espaços também de conexão em que as pessoas se aproximam da fé e podem enfrentar suas perguntas mais graves numa atmosfera que permite construir relações mais profundas e de comunhão.

4.4 A formação presbiteral em um contexto cultural midiaticizado

O fenômeno da midiaticização ainda é algo novo para as Ciências Sociais. Existem, no Brasil e no mundo, linhas de pesquisas, envolvendo muitos pesquisadores, que buscam compreender as novas tecnologias e as mudanças fundamentais que elas estão provocando nos indivíduos e na sociedade, constituindo novas relações sociais, comunitárias e familiares. O conceito de midiaticização de modo geral diz respeito às ações da mídia sobre a sociedade. Um termo difícil de conceituação porque ele ainda está em construção e refere-se a um processo social aberto e dinâmico (GOMES, 2008, 2010).

A tecnologia torna-se cada vez mais que um simples instrumento e passa a ser entendida como um dos elementos modificadores no processo de organização e constituição da sociedade em seus diversos ambientes. Ela proporciona novas formas de relacionamento do indivíduo com o mundo a sua volta. As tecnologias conectivas, de modo atraente, passam a formar o imaginário das pessoas, criando novas linguagens, influenciando no modo de pensar do homem. E consequentemente resultará em um novo modo de pensar e organizar a própria vida social dos indivíduos. A centralidade da mídia na sociedade favorece o surgimento de um novo ambiente existencial, com novas formas de cultura, atuação e percepção da realidade.

Gomes (2010) analisou as raízes históricas do uso dos meios por parte das Igrejas e constatou que estas ainda não despertaram suficientemente para o fenômeno da midiaticização, sua incidência no modo como as pessoas articulam hoje a sua vivência religiosa e sua pertença à comunidade cristã. Segundo ele, “A comunicação deve ser pensada sistematicamente, numa visão de totalidade, circularmente. Emissor, receptor, meio, mensagem, formam uma totalidade dentro dos processos midiáticos.” (GOMES, 2010, p. 35).

Por isso é preciso levar em consideração “[...] a midiaticização como um processo sistêmico, mais abrangente e que está possibilitando uma visão de totalidade da sociedade” (GOMES, 2010, p. 25). Para ele, a compreensão da realidade, a compreensão da dimensão humana e até mesmo da própria vida passa pela compreensão da midiaticização. (GOMES, 2006). Gomes (2010) admite ainda que a mídia não deve mais ser compreendida como um simples instrumento para a

transmissão de mensagens e sim “[...] um espaço de construção de identidades e espaço de configuração de comunidades.”

Na compreensão de Gomes, (2010), o problema não está em como as religiões usam a mídia. O principal problema se dá na falta de compreensão e entendimento quanto ao tipo de religião que está surgindo das mídias. Verifica-se a reconfiguração de uma ecologia comunicacional por conta da midiatização. A vida cotidiana é cada vez mais regrada e organizada a partir dos efeitos produzidos pelo desenvolvimento tecnológico. A dificuldade torna-se ainda maior pelo fato de que “[...] as religiões mantêm uma relação de funcionalidade com a mídia, contemplando apenas os dispositivos tecnológicos como instrumentos adequados para ampliar a voz e a ação daqueles que estão empenhados em transmitir a mensagem religiosa.” (GOMES, 2010, p. 165).

Para Muniz Sodré (2006, p. 22) o poder da mídia na construção do social acaba por moldar as “[...] percepções, afetos, significações, costumes e produção de efeitos políticos.” Sodré (2006) fala de uma tecnocultura como sendo o novo modo de relacionar-se do indivíduo com o concreto da vida e também com a verdade. Originando assim noutra condição antropológica, uma vez que a mídia acaba por influenciar não de modo normativo, mas de modo emocional e sensorial o cotidiano das pessoas. (2006, p. 23).

Eduardo Andrés Vizer (2008, p. 33) lembra que a cultura que é tecnológica e “[...] se manifesta como a emergência contemporânea de novas formas de construção social da existência humana. Para ele existe uma onipresença dos meios e das tecnologias de informação e comunicação em todas as formas de realização humana nas práticas sociais e institucionais (VIZER, 2008). A isso ele chama de midiatização da sociedade, concebida como num duplo processo: a) objetivo, no sentido de que, a penetração das tecnologias da informação e da comunicação transforma a vida econômica, política, social e cultural; b) subjetivo, no sentido de que acontece um processo de construção social e tecnológica das novas subjetividades (2008, p. 33-34).

Vizer (2008) alerta ainda que há uma dupla face da midiatização social que é ao mesmo tempo técnica e simbólica. A primeira refere-se ao uso e domínio da técnica, dos objetos, da informação. Contudo, existe a apropriação simbólica, responsável pela expressividade, compreensão e formação da intersubjetividade.

A midiatização é o triunfo da Cultura Tecnológica e ao mesmo tempo um processo tecnoantropológico e cultural que recria as diversas esferas da vida social. (2008, p. 35 - 37). Com isso, o que move as condutas humanas não é nem a razão nem a informação, “[...] mas a comunicação da paixão, das emoções, dos interesses, das ambições, das fantasias, dos medos, da busca da segurança e da redução da incerteza sobre o presente e o futuro.” (VIZER, 2008, p. 42).

Outro conceito importante é o de cultura midiática. Os novos meios e as tecnologias conectivas da comunicação estão mudando profundamente a existência cotidiana das pessoas, formando uma nova cultura (conjunto de valores, estilo de vida, modo de pensar, agir, falar): uma cultura midiática. Segundo Joana Puntel, (2011), a cultura atual é midiática no sentido de que a comunicação se apresenta progressivamente como elemento articulador da sociedade. Cada vez mais a comunicação vai tornando-se parte constitutiva das relações interpessoais.

A sociedade midiatizada é uma sociedade regida pelas novas tecnologias e moldada pelo virtual. A comunicação centralizada, unidirecional e vertical é transformada. A mídia deixa de ser um espaço fechado em si mesmo e passa à condição de produtora de sentidos sociais (PUNTEL, 2010).

Admitir a comunicação como cultura, exige uma mudança de mentalidade no que diz respeito à comunicação. Ela não mais deve ser compreendida como um conjunto de técnicas, instrumentos, tecnologias, apenas. A cultura das mídias é caracterizada por um novo modo de ser, muda o estilo de vida, as noções de espaço e tempo e a dinâmica dos relacionamentos interpessoais.

Na relação da religião com as mídias é necessário superar a compreensão que entende as mídias apenas pelo seu valor de uso. A visão utilitarista dos meios não mais responde ao contexto da cultura midiática. O desafio agora está em aproximar-se e dialogar mais profundamente com a cultura que emerge das mídias, com uma linguagem próxima aos meios de comunicação social. É preciso compreender os meios de comunicação social como uma cultura dos nossos tempos.

Para Puntel (2011, p. 237) “Não basta dispor de meios ou de um instrumento profissional; é preciso uma formação cultural, doutrinal e espiritual, bem como considerar a comunicação mais do que um simples exercício da técnica.” É preciso dar um passo no sentido de discutir e refletir quais são as implicações destas tecnologias no campo fé, da cultura, do econômico e do político. A nova cultura tem

se apresentado com novas linguagens, desafiando a cada instante os diferentes sujeitos da comunicação e também a Igreja (PUNTEL, 2011).

O Papa João Paulo II, na *Redemptoris Missio*, nº 37 - já citada no primeiro capítulo -, quando se refere ao mundo das comunicações como um areópago dos tempos modernos, o entende como uma nova cultura, que ao mesmo tempo exige uma nova linguagem. Um novo jeito de comunicar-se, utilizando-se das novas técnicas e tecnologias; que exige uma nova atitude e uma nova postura do ser humano.

As mudanças que as novas tecnologias da comunicação estão provocando no ser humano e em seu modo de relacionar-se também fundamentam um novo modelo de comunicação defendido pelo papa Francisco.

Em visita à Ilha de Lampedusa, na Itália, em 08 de Julho de 2013, ele declarou-se contrário ao que chamou de globalização da indiferença. Para ele, “os *mass-media* podem ajudar a sentir-nos mais próximos uns dos outros; a fazer-nos perceber um renovado sentido de unidade da família humana, que impele à solidariedade e a um compromisso sério para uma vida mais digna” (FRANCISCO, 2014). O Papa entende que a atual cultura, fruto também das influências midiáticas, é muitas vezes uma cultura da exclusão, do descartável, alimentando sempre mais uma globalização da indiferença.

Para o Papa, Lampedusa como porta de entrada da África para a Europa, com seus muitos emigrantes mortos no mar pelos frequentes naufrágios, ao contrário de ser expressão de uma rota de esperança, tornou-se uma rota de morte. Sua presença nesta ilha foi não somente para expressar sua solidariedade, mas também para despertar a consciência das lideranças ligadas aos diversos organismos nacionais e internacionais. Chamar a atenção para uma realidade que expressa a indiferença do mundo pós-moderno e porque não a indiferença dos grandes modelos comunicacionais que também colaboram para a construção de um modelo cultural da indiferença e da exclusão. O Papa foi enfático ao questionar a cultura da indiferença, o que em outros momentos também chamou de globalização da indiferença:

Hoje ninguém no mundo se sente responsável por isso; perdemos o sentido da responsabilidade fraterna; caímos na atitude hipócrita do sacerdote e do levita de que falava Jesus na parábola do Bom Samaritano: ao vermos o irmão quase morto na beira da estrada, talvez pensemos "coitado" e prosseguimos o nosso caminho, não é dever nosso; e isto basta para nos

tranquilizarmos, para sentirmos a consciência em ordem [...] Quem chorou pela morte destes irmãos e irmãs? Quem chorou por estas pessoas que vinham no barco? Pelas mães jovens que traziam os seus filhos? Por estes homens cujo desejo era conseguir qualquer coisa para sustentar as próprias famílias? Somos uma sociedade que esqueceu a experiência de chorar, de "padecer com": a globalização da indiferença tirou-nos a capacidade de chorar!⁴³

Durante a Jornada Mundial da Juventude, no dia 27 de julho de 2013, o Papa afirmou ser indispensável o encontro e o acolhimento de todos, bem como a solidariedade e a fraternidade são elementos que tornam a nossa civilização verdadeiramente humana. Convocou a todos para serem servidores da comunhão e da cultura do encontro.

O Papa Francisco tem caracterizado seu ministério pelo diálogo com todos, acompanhado de seus sorrisos, abraços, telefonemas, cartas, entrevistas. Isto desafia o mundo todo a pensar um modelo de comunicação de esteja a serviço de uma autêntica cultura do encontro.

Rovilson Robbi Britto (2009, p.97) lembra que, “[...] cultura é um conceito em evolução, em processo, e não algo que percorre todo e qualquer período histórico tendo o mesmo sentido e o mesmo valor.” Ao mesmo tempo traz consigo uma diversidade de valores, costumes, crenças que estão presentes num determinado grupo, nação ou sociedade.

Já para Néstor García Canclini (apud BRITTO, 2009, p. 98) “[...] a cultura designava os processos de produção, circulação e consumo da significação na vida social.” Entende-se cultura como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico, classe ou nação, incluindo os usos que se fazem das técnicas.

A sociedade contemporânea vive um processo de mudança que está deslocando as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas, o que abala todos os quadros de referência até então aceitos no mundo social. Verificam-se inúmeras transformações tanto no modo de ser, agir e pensar as questões sociais. Segundo Britto (2009), que retoma Stuart Hall (1999), primeiro tínhamos o sujeito iluminista, que era centrado, racional, consciente e o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa.

Depois a sociedade viu nascer um outro tipo de sujeito que Britto (2009) chama de sociológico, onde sua identidade era construída a partir da interação do

⁴³ <http://paulosuess.blogspot.com.br/2013/07/papa-francisco-em-lampedusa.html>

eu e da sociedade. Na atualidade temos o sujeito pós-moderno, que além de não ter uma identidade fixa, é uma celebração móvel, com identidades contraditórias e continuamente descoladas. (BRITTO, 2009).

Na configuração social contemporânea existem muitas tensões dinâmicas que estão em constante de mudança. Tais mudanças atuam em todas as dimensões da realidade e geram novas formas de sociabilidade, novos nexos de pertencimento, novas relações e articulações sociais. São mudanças estruturais e conjunturais, objetivas e subjetivas. Todavia, as contradições entre cultura vivida e compartilhada no cotidiano e a cultura global, que nos chega especialmente através das mídias tradicionais, formatada e hegemônica, estabelecem constantes tensões, acompanhadas de estranhamento, descompasso, desconforto e questionamento de identidade. (BRITTO, 2009).

Paulo Roque Gasparetto (2011, p. 17), em seu livro sobre a midiatização da religião, lembra que “[...] o processo de midiatização implica não só alterações formais nas formas de agrupamento social, mas mudanças de caráter simbólico, em que a própria experiência da organização da sociedade é modificada.” Com isso, percebem-se como as experiências de interação são reformuladas, possibilitando um novo processo na produção de sentidos. Transformando o mundo da vida, as formas de articulação entre os indivíduos e ao mesmo tempo a reconstrução do conceito de comunidade de pertencimento. A mídia deixa de ser um simples meio e passa a ser uma nova forma de interação e ajuntamento das pessoas, também no campo religioso (GASPARETTO, 2011).

O processo de midiatização da sociedade e da religião traz como consequência o “enfraquecimento” das instituições e ao mesmo tempo fortalece uma economia do sensível. A técnica se articula com a emoção, criando um novo modo de funcionamento dos antigos espaços e modos de ação das instituições e comunidades religiosas. A mídia favorece uma nova prática religiosa “[...] onde a beleza substitui a verdade; a doutrina, a moral; e o compromisso, o contato; a oratória racional e os objetos são ressignificados em uma nova dimensão de pertença a uma comunidade concreta.” (GASPARETTO, 2011, p. 29).

Com o processo de midiatização até mesmo a compreensão de espaço e tempo sofrem alterações. O atual contexto midiático implica “[...] uma forma nova de vida, um novo espaço e, portanto, outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais e coletivas” (GASPARETTO, 2011, p. 38). Os dispositivos

tecnológicos se tornam dispositivos tecnossimbólicos. Cada vez mais se vê um processo de virtualização da vida.

Por outro lado, entender a midiatização como processo, que é sempre social e relacional, implica, reconhecer que este processo é também dialético, heterogêneo e instável. Este processo também gera tensões, marcadas pela velocidade das mudanças tecnológicas associadas ao mercado e as mudanças socioculturais. (GASPARETTO, 2011).

A midiatização da sociedade dá origem a um novo modo de entender comunidade, um novo ambiente religioso. Muitas práticas religiosas são transformadas pelos cruzamentos de ações motivadas pelos dispositivos midiáticos. Para o referido autor, “A técnica complexa, esgarçada, passa a redesenhar o modo de ser dos campos sociais e dos seus processos. Consequentemente, a técnica acaba redesenhando o campo religioso e suas práticas” (GASPARETTO, 2011, p. 44).

A partir destas constatações é possível dizer que a formação deve contemplar este novo cenário comunicacional, uma vez que as práticas midiáticas afetam tanto as práticas sociais como também as práticas religiosas. Para Gasparetto, (2011, p. 46) “As práticas de comunicação são constituidoras da vida social, de forma que se pode afirmar que as mídias ocupam um lugar central na construção da sociabilidade contemporânea.” Além do mais, influenciam na subjetividade das pessoas, possibilitando o nascimento de um novo modo de vida na sociedade atual.

O processo de midiatização pelo qual passa a sociedade contemporânea apresenta algumas transformações que alteram o modo de pensar, de agir, influenciando na construção dos sentidos e das representações que cada indivíduo tem da realidade social. A expressão *tecnocultura* quer significar a forte influência que os processos midiáticos exercem com poder criar e recriar as relações humanas na sociedade, contribuindo com a formação de um novo sujeito. A midiatização da sociedade e da religião, segundo Gasparetto, (2011) revela uma transformação das formas tradicionais de socialização e consequentemente um novo tipo de relacionamento do indivíduo em relação á sociedade e também em relação à religião.

Todavia, é preciso perguntar que sociedade e que religião estão sendo recriadas a partir da midiatização? Quem é este novo sujeito que está surgindo dos

processos midiáticos? O que pensa? Quais são suas inquietações? Qual será o papel do sacerdote neste novo contexto antropológico? Questões como estas, na maioria das vezes ainda sem respostas, deverão ser levadas em consideração tanto pela Igreja Católica como também pelos diversos organismos da sociedade contemporânea. É um conhecimento necessário para a construção de um projeto de sociedade e de religiosidade que não seja anacrônico ao contexto atual.

Lucia Santaella (2003, p. 26) é enfática ao dizer que, neste contexto das transformações desencadeadas também pelas tecnologias digitais e conectivas a serviço da comunicação “[...] o lamento não traz nenhuma consequência, além de soar histérico, especialmente neste momento em que as novas relações entre a tecnologia e os humanos se tornaram sumamente complexas”.

A Igreja Católica precisa compreender o novo cenário comunicacional em que os presbíteros estão inseridos e para o qual estão sendo preparados. Este trabalho procurou, a partir do pensamento da Igreja, entender e discutir o processo de formação para a comunicação nos cursos que formarão dos futuros sacerdotes para atuarem como líderes num novo contexto antropológico-existencial em que se encontram as pessoas na sociedade contemporânea. Admitir que a sociedade passa por um processo de midiatização implica admitir que este processo também se estende à religião, e por isso merece ser levado em conta no processo de formação presbiteral.

Ao tratar do processo de midiatização da sociedade, Gomes (2008, p.20) constata que a sociedade vive hoje um contexto histórico onde se verifica “[...] a criação de um *bios* midiático que toca profundamente o tecido social.” Isso exige uma nova postura não só do presbítero, mas também de toda a Igreja. Por isso, para Gomes (2008, p.22) “Aceitar a midiatização como um novo modo de ser no mundo põe-nos numa nova ambiência que, mesmo que tenha fundamento no processo até agora desenvolvido, significa um salto qualitativo no modo de construir sentido social e pessoal.” A mudança se dá não somente pelo conteúdo veiculado, mas principalmente pelo fato de estar na mídia e de fazer uso dela, pois o modo de raciocinar, pensar é outro.

A grande dificuldade, segundo Gomes (2010), é que a comunicação não é vista como uma problemática pelas religiões e sim como uma solução, em uma relação de funcionalidade com a mídia, permanecendo na antiga ambiência. Quando as Igrejas consideram apenas os dispositivos tecnológicos elas perdem a dimensão

do conjunto. Como consequências disto, as Igrejas deixam de perceber um fenômeno que é mais amplo e complexo, o fenômeno da midiatização da sociedade.

Não admitindo que o processo mudou, muitas vezes a comunicação passa a ser vista apenas como solução e não como problema a ser levado em conta. Na maioria das vezes a relação entre Igreja e mídia não chega ser um objeto de discussão e de análise, para compreender os efeitos produzidos no modo de pensar e agir das pessoas e da sociedade (GOMES, 2010).

A pesquisa documental revelou várias expressões como “primeiro areópago dos tempos modernos” (JOAO PAULO II, 1990, nº 37), “novas linguagens” (JOÃO PAULO II, 1998), “nova cultura” (JOÃO PAULO II, 2005, nº2), “grande mesa redonda” (BENTO XVI, 2006, nº 3), “nova arena digital” e “Continente Digital” (BENTO XVI, 2009). Elas apontam para a necessidade de mudança de mentalidade em relação ao mundo da comunicação, deixando de lado a simples transmissão da fé para um modelo de interatividade participativo, um desafio para a Igreja, numa cultura que cada vez mais é midiatizada.

Em seus programas de formação presbiteral a Igreja não está entendendo a comunicação como um problema, discutindo as transformações na sociedade e nos indivíduos também a partir dos processos comunicacionais. A comunicação como é tratada nos currículos é assumida muito mais como meio de tornar a missão do presbítero mais eficiente, persuasiva e implacável no anúncio evangélico. Apenas 18,33% dos 60 cursos de Filosofia tem pelo menos uma disciplina de comunicação. A Teologia apresenta um percentual maior, chegando a 86,20% dos 58 cursos pesquisados. Ainda assim, a maioria das disciplinas de comunicação na Teologia compreendem a homilética, a pregação e a comunicação pessoal do presbítero. Até mesmo a utilização dos recursos midiáticos chega a ser pouco tratada na formação. Contudo, ainda é insuficiente a formação que possibilite refletir os efeitos e as transformações na sociedade e na religião.

A formação aqui discutida enquanto proposta desafiadora à Igreja supera os modelos de uma educação voltada para o SABER e o FAZER comunicação; desafia para um modo de entender e PENSAR, colocando ênfase no processo, permitindo à Igreja pensar a comunicação a partir de seus efeitos no cotidiano das pessoas. (GOMES, 2010).

Um modelo de educação comunicacional que permita um novo olhar filosófico e teológico para o contexto atual. Não mais é possível pensar o ser

humano, a sociedade, o mundo, o universo, filosoficamente sem levar em conta o novo contexto antropológico e o modo de ser, agir e pensar deste novo sujeito que é fruto do processo de midiatização.

No campo da Teologia Pastoral e da eclesiologia, a comunicação pensada a partir de seus efeitos, coloca uma nova perspectiva no modo de pensar a ação e a presença da Igreja e dos cristãos no mundo. Que tipo de religião, que modelo de Igreja, qual a espiritualidade que está emergindo das mídias? Como lembra Gomes, (2008, p. 18) “[...] a mídia está colocando para as Igrejas um enigma que precisa ser decifrado, sob pena de serem engolidas por ele.” O artigo publicado ainda em 2002 pela Revista Perspectiva Teológica de Belo Horizonte com o título “Decifra-me ou te devoro”, Gomes (2002, p. 347) pontua: “O enigma que desafia a pessoa que deseja se aventurar no campo da mídia para promover a evangelização é o correto dimensionamento de sua inserção no meio.”

De acordo com Gomes (2009) não há como negar que a midiatização interfere de modo substancial também na universidade, que atualmente se encontra em uma encruzilhada: ou permanece como está, fazendo modificações periféricas, ou se reinventa a fim de melhor dialogar com o mundo novo que está surgindo. Para ele a Academia ainda não está levando em consideração o processo de midiatização da sociedade e por isso sua visão é setorial, pois não considera a complexidade e o dimensionamento da realidade. O fenômeno da midiatização da sociedade contemporânea influencia a reflexão filosófica e teológica.

As Diretrizes para a Formação Presbiteral no Brasil, lembram que “O presbítero é atingido pelos desafios da cultura atual porque nela está inserido.” (CNBB, 2010, nº 15). Lembram ainda que as instituições educativas precisam ser renovadas e serem capazes de interpretar os sinais dos tempos. Admitem que o gosto pela rapidez, os contatos imediatos, a virtualidade da vida, mudam as noções de tempo e espaço. (CNBB, 2010, nº 15). Referindo-se à formação filosófica como um dos elementos constitutivos no processo de formação presbiteral entende que esta deve favorecer uma “[...] adequada interpretação do ser humano e do mundo, da história e da sociedade.” (CNBB, 2010, nº 164). E quando tratam das dimensões da formação, as Diretrizes asseguram a necessidade da Comunicação Social na Filosofia e Homilética e Comunicação Social na Teologia (CNBB, 2010, nº 332 e 344) e não há nenhuma Diretriz específica sobre a comunicação, seu entendimento, perspectiva ou modelo a ser trabalhado.

Se levadas em conta as Diretrizes para a formação presbiteral no Brasil e a realidade dos currículos de Filosofia e Teologia, constata-se que a comunicação não é vista como uma problemática pela Igreja Católica no Brasil e sim como uma solução, numa relação de funcionalidade com a mídia, permanecendo na antiga ambiência (GOMES, 2008, p. 19). O grande número de cursos de Filosofia sem nenhuma disciplina e o modelo de comunicação presente nos cursos de Teologia, indicam para necessidade de uma reformulação do processo formativo no que diz respeito à comunicação.

Os vários documentos analisados levam à constatação de que a formação para a comunicação ainda não é assumida como uma prioridade nos currículos de Filosofia e Teologia no Brasil e também não contempla os grandes desafios atuais. Referindo-se principalmente aos documentos publicados antes de 2002, Gomes também constatava “[...] que a Igreja não possui uma diretriz clara com respeito à comunicação social. Dependendo da Congregação ou do Organismo de origem do documento, a visão e o julgamento da Comunicação Social mudam substancialmente.” (GOMES, 2002, p. 342).

A ausência de uma política educacional para a comunicação, por parte da Igreja, não estimula Faculdades e Institutos de Filosofia e Teologia a inserir em seus currículos uma proposta de formação que leve em conta o novo cenário estabelecido pelas novas mídias digitais. Todas as variantes da pesquisa, levadas em consideração como, o Ministério da Educação, os carismas, a possibilidade da localização geográfica e regional, ou até mesmo a natureza pública ou privada, não se confirmam como obstáculos para uma política educacional voltada para a comunicação na formação presbiteral.

A sociedade cada vez mais midiaticizada exige não apenas uma postura crítica ou uma preparação técnica, mas uma atitude de presença, diálogo, superando o que seria uma compreensão instrumentalista dos meios. Na atualidade torna-se impossível pensar a formação para o sacerdócio apenas considerando a homilética, a pastoral da comunicação, os documentos Igreja ou algumas teorias, sem considerar a cultura digital e suas transformações. O mundo digital não pode ser separado do cotidiano das pessoas e das instituições. A comunicação digital, com seus desafios e oportunidades, torna-se um tema atual, crucial e espinhoso, também para a Igreja Católica, em seus processos formativos.

A educação dos futuros sacerdotes para a comunicação e também para os demais membros da Igreja será indispensável em sua ação pastoral. Ter convicção, firmeza, competência e sabedoria para conjugar sua missão frente às diferentes linguagens existentes no processo comunicativo são alguns dos desafios da nova cultura que tem se apresentado com novas linguagens, desafiando a cada instante os diferentes sujeitos da comunicação.

Joana Puntel (2010, p. 209) acredita que a Igreja deve sempre “Investir na formação para a cultura da comunicação. Para isso, introduzir como obrigatória a disciplina cultura da comunicação na formação de presbíteros, religiosos e líderes católicos.” O Papa João Paulo II na *Aetatis Novae* (1992, nº 18), já alertou para a necessidade da formação para a comunicação.

Em 2010 a CNBB reconheceu que a formação para uma melhor atuação junto aos areópagos urbanos era insuficiente nas paróquias e nos seminários (CNBB, 2010, nº 28). Em 2001, o Setor de Comunicação Social da CNBB juntamente com o Serviço à Pastoral da Comunicação (SEPAC) entendeu que uma disciplina de Comunicação não poderia ser simplesmente mais uma disciplina no currículo. Também não deveria reduzir-se ao ensino do uso dos instrumentos ou a um adestramento. (CNBB/SEPAC, 2001, p.5). Procurou apresentar uma proposta de abrangente e sistemática de educação, porém, não foi levada em consideração pelas Diretrizes da Formação Presbiteral em 2010.

Conhecer, integrar e valorizar a comunicação com suas inovações tecnológicas tornam-se urgências, a serem consideradas na construção das propostas pedagógicas também nos Institutos de Filosofia e Teologia. O novo contexto cultural, consequência de uma sociedade cada vez mais midiaticizada, exige cada vez mais indivíduos críticos, livres, responsáveis e capazes de interagir e usar de modo crítico, amadurecido, responsável e interativo os novos instrumentos digitais a serviço da comunicação.

Os currículos de Filosofia e Teologia carecem de uma proposta de formação que possibilite a compreensão das coordenadas do pensamento midiático e dos paradigmas interpretativos do fenômeno comunicativo. Devem possibilitar um maior conhecimento a respeito dos efeitos produzidos pelos instrumentos tecnológicos, que mudam profundamente os hábitos, as linguagens, os comportamentos, as mentalidades, as relações, os processos de aprendizagem, as identidades.

O fenômeno comunicativo atual revela o contexto onde se formam as novas gerações, com suas identidades pessoais, sociais e vocacionais, fortemente influenciado pela velocidade e pela forte penetração das inovações tecnológicas. Como dito anteriormente, a comunicação está mudando o modo de as pessoas pensarem, viverem, compreenderem a realidade e agirem sobre ela. As tecnologias conectivas provocam mudanças que afetam os comportamentos reais, individuais e sociais. Elas interferem nos contextos, nos ambientes, nos hábitos e nos métodos de aprendizagem. Por isso é preciso repensar a formação no processo formativo presbiteral tendo presente a mídia tradicional (rádio, cinema, televisão, jornal) e as tecnologias digitais.

Pina Riccieri (2012) defende que a formação comunicacional deveria fazer parte dos currículos formativos a fim de preparar não apenas cidadãos digitais, mas também apóstolos digitais. Esta urgência justifica-se em função da constatação de que a velocidade da mudança provocada pelas tecnologias da comunicação muda nosso modo de entender o espaço, o tempo, as relações sociais. Como bem esclarece, “[...] o computador mudou, os tempos mudaram, nós mudamos.” (RICCIERI, 2012, p. 22).

As novas tecnologias influenciam a pessoa como um todo: pensamentos, sentimentos e ações. (RICCIERI, 2012). Isto demonstra que a comunicação sofreu uma transformação radical, que produziu profundas mudanças no modo de pensar, sentir, relacionar-se e agir. As muitas mudanças percebidas no ser humano e na realidade nestes últimos anos justificam-se, entre outros fatores, também pelas inovações tecnológicas.

Formar para a comunicação é admitir que as mídias não são simplesmente dispositivos nas mãos dos usuários, desconexos de sua cotidianidade. Elas dão origem a um ambiente digital que permeia a vida do indivíduo, com novas formas de saber, novos processos, novas linguagens, novos estilos relacionais, novos significados a serem experimentados.

O ciberespaço é compreendido como ambiente comunicativo e que exige um testemunho digital, a capacidade de estar presente. Vale lembrar o fato descrito no primeiro capítulo, quando o Papa Bento XVI e depois Francisco escolheram ter uma conta na Rede Social Twitter. A internet é o novo espaço antropológico. O ponto nevrálgico para as instituições não consiste apenas estar nos meios, possuí-los, mas em como habitar o novo continente.

Neste sentido o desafio de habitar, estar na rede, torna-se pertinente também aos que se consagram à missão presbiteral. No sentido de contribuir para o diálogo, o enriquecimento e a construção cultural, ética e moral das relações humanas. Pensar um modelo de comunicação que não seja utilitarista e nem esteja reduzida ao domínio e desempenho da técnica, evita uma compreensão tecnicista diante das novas tecnologias.

Fica evidente que a rede evoluiu de instrumento para ambiente cultural e que este determina um estilo de pensamento e cria novos territórios, o que exige um novo modo de habitar o mundo e de organizá-lo. O ser humano hoje vive bombardeado por mensagens, com tanta informação. Mais do que localizar uma mensagem de sentido, o desafio está justamente na decodificação desta mensagem, ou melhor, o discernimento, uma vez que a rede molda o seu modo de pensar e agir.

Mesmo que os documentos do Magistério apontem para a necessidade da formação dos presbíteros, constata-se que há resistência e indiferença por parte da Instituição em ampliar e qualificar os processos formativos em Institutos e Seminários no campo da Comunicação.

Pierre Babin (1989, p. 255) em sua obra “A Era da Comunicação” cita o exemplo de um superior de seminário maior, que ao ser solicitado para que fosse incluído no currículo a formação para a comunicação, mesmo que em um curso intensivo de uma semana, respondeu: “[...] ainda não é essa a nossa preocupação. [...] A mesma pergunta feita para um decano de Faculdade de Teologia em uma Universidade [...] É um assunto muito importante, mas fora do nosso programa atual. Se atendermos a todos aqueles que propõem cursos novos, estouraremos.”

O mesmo Babin (1989), faz referência ao pensamento de Telmo Meirone, fundador do Centro de Comunicación la Crujia, em Buenos Aires, que defende que é preciso formar um “terceiro homem”:

Animador de rádios livres, mas também animador religioso regional; responsável por programas religiosos na televisão, mas também responsável por sessões ou centros de formação; operador audiovisual de montagens e de cassetes, mas também encarregado da catequese e da liturgia (apud BABIN, 1989, p. 264).

Nivaldo Luiz Pessinatti (1998) a partir de sua pesquisa de doutorado destaca que “[...] os bispos católicos, enquanto colegiado nacional, ainda não despertaram

para o verdadeiro papel da mídia no contexto da evangelização que se prenuncia no novo milênio”. Estes ainda apresentam inseguranças e medos no que diz respeito às novas tecnologias a serviço da comunicação. Esta postura do episcopado, enquanto colegiado, dificulta uma atitude mais propositiva no sentido de criar políticas de comunicação que contemplem os desafios atuais. A Igreja precisa superar uma compreensão de comunicação apenas intra-ecclesial ou uma compreensão crítica da comunicação. Precisa ser antes de tudo propositiva. Para ele,

O grande desafio do comunicador cristão, hoje, está na capacidade de conhecer, perceber e estabelecer relação com os valores e conflitos gerados pela cultura pós-moderna. Nessa sociedade da informação, o sentido de parceria e de complementaridade é indispensável. Entender a cultura contemporânea é uma atitude política de comunicação (PESSINATTI, 1998, p. 325).

A formação para a comunicação nos cursos de Filosofia e Teologia no Brasil ainda é tímida e pouco voltada para as transformações no mundo das comunicações. Na filosofia são poucos cursos que têm formação para a comunicação. Na Teologia ela se concentra nas perspectivas persuasiva e pastoral, como descrita anteriormente. Repensar a formação, integrando a comunicação, requer pensar em um novo modelo de comunicação, cuja formação seja profunda, eficaz e autêntica. Capaz de oferecer uma formação para a comunicação que não apenas se preocupe com a pregação e a comunicação interpessoal, mas uma formação não apenas para o SABER, FAZER, e sim para o PENSAR. O estudo realizado neste trabalho demonstra que a formação para a comunicação é limitada até mesmo para as dimensões do SABER e FAZER.

Temos uma comunicação mais voltada para a pessoa do padre enquanto desempenho pessoal. Grande parte dos conteúdos está voltada para a pregação e a homilética, apenas. A Igreja como lembra Gomes (2002, 2008, 2010), não deve ter apenas como preocupação, os dispositivos tecnológicos enquanto meios para passar sua mensagem. Ela deve considerar que algo está mudando e que por isso não pode mais continuar formando seus sacerdotes como fazia a 20 ou 30 anos atrás. Para ele uma educação que leve a PENSAR a comunicação “[...] destaca o processo de transformação da pessoa e das comunidades. Preocupa-se mais com a interação dialética entre as pessoas e sua realidade; preocupa-se com o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e de uma consciência social.” (GOMES, 2002, p. 339).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao propormos um estudo sobre a formação para a comunicação aos que se preparam para serem padres da Igreja Católica, levantávamos a hipótese de que a formação para a comunicação não era prioridade. O estudo dos documentos permitiu que acompanhássemos a evolução do conceito de comunicação e as diferentes fases pelas quais a Igreja precisou expressar-se sobre a comunicação. A pesquisa histórica e a análise dos currículos e planos de ensino confirmaram em grande parte a hipótese.

A partir da análise dos pronunciamentos oficiais da Igreja em Roma, da Conferência Latino-americana e da Igreja no Brasil, constata-se que, apesar do processo de aproximação da Igreja em relação aos meios de comunicação, onde a Igreja incentivou associações, organizações, congressos, cursos universitários voltados à comunicação, no que se refere à formação presbiteral, ainda existe uma grande distância entre a teoria e a prática, pois ainda permanece uma compreensão utilitarista com relação aos meios de comunicação.

A falta de continuidade entre o pensamento comunicacional presente nos diversos documentos analisados nos dois primeiros capítulos e as últimas Diretrizes para a Formação Presbiteral no Brasil, aprovadas em 1994 e atualizadas em 2010, são refletidas nos currículos analisados. Como já discutido por Gilberto Gomes (2002, 2006, 2008, 2010, 2011), anteriormente, de fato a Igreja Católica ainda não despertou suficientemente para o fenômeno da midiatização. Ainda não despertou para o fato de que “[...] a midiatização é a chave hermenêutica para a compreensão e interpretação da realidade” (GOMES, 2008, p. 21) e por isso a comunicação continua sendo relegada ao esquecimento enquanto elemento articulador da sociedade contemporânea e ignorada nos planos de formação.

O presbítero deve estar preparado para lidar com os vários modelos comunicacionais: a) a comunicação dialógica presencial – face a face - um modelo de comunicação direta, sem mediação de técnicas específicas, mas que permite a interação, o diálogo, como na homilia e na pregação; b) a comunicação midiática nas chamadas mídias tradicionais de massa – valoriza-se o poder da técnica, dominada por um emissor ou por um centro emissor que é dono, protagonista da missão, tendo um emissor que é subordinado e dependente – um modelo de comunicação unidirecional; c) o novo modelo da comunicação dialógica - não

presencial que combina a relação dialógica com a técnica, permitindo a simulação do primeiro modelo, superando a noção de tempo e espaço, tendo como dimensão social o ciberespaço.

Porém, a maioria dos sacerdotes, no período de formação até sua ordenação presbiteral, (nos cursos de Filosofia e Teologia) não estão sendo formados suficientemente para o diálogo com o mundo midiaticizado e nem mesmo recebem uma adequada formação para um correto uso dos meios de comunicação. Tanto a ausência de mais sacerdotes inseridos no mundo da comunicação, como também os constantes questionamentos a respeito da presença de diversos sacerdotes na mídia, que os projeta e manipula a seus interesses, são reflexos da falta de formação para um contexto cada vez mais desafiador.

Faltam políticas educacionais que contemplem a comunicação como um dos grandes desafios, independente da localização geográfica dos candidatos ao sacerdócio. A coordenação e a responsabilidade pela manutenção dos cursos de Filosofia e Teologia, envolvidos na pesquisa, estão sob a responsabilidade da própria Igreja através das Dioceses, Arquidioceses, Congregações Religiosas e até mesmo a CNBB. Cabe a esta, única e exclusivamente a responsabilidade de repensar seu modelo educacional quanto à comunicação.

O referencial teórico aqui empregado permitiu discutir a formação para a comunicação, não apenas como formação para o uso de meios ou simplesmente pensar a comunicação como desempenho pessoal, onde o futuro padre teria eloquência e persuasão em seu ministério. Além das disciplinas de Homilética, Pastoral da Comunicação, é indispensável aos currículos a Filosofia e a Fenomenologia da comunicação, o processo de midiaticização da sociedade, a intrínseca relação entre Comunicação e Cultura, além de uma Teologia Catequética e Pastoral que contemple o novo contexto antropológico dos cristãos, mediante as tecnologias conectivas e suas influências e transformações.

Autores como Pedro Gilberto Gomes, Joana Puntel, Antonio Spadaro, Paulo Gaspareto e outros, permitiram discutir a respeito das mudanças e processos comunicacionais na sociedade contemporânea. São especialistas nos estudos da comunicação que contribuem para elucidar o desafio de pensar uma formação que prepare o sacerdote para dialogar com uma sociedade cada vez mais midiaticizada. Uma realidade onde a cultura é marcada pela presença das mídias ligadas à comunicação. Para Gomes, “Não podemos formar o padre hoje, olhando para trás.

Precisamos olhar para frente, pensando na realidade que este vai encontrar-se daqui a dez ou quinze anos, por exemplo.”⁴⁴

Autores que permitem pensar que um novo sujeito está emergindo, em seu modo de pensar, ser e agir. Também possibilitam pensar a relação fé e cultura, mídia e religião em um novo ambiente antropológico e existencial. E ainda questionar a respeito de um novo modo de entender as diversas expressões da fé que emergem a partir das mídias a serviço da comunicação. Permitem pensar a formação para comunicação a partir dos processos midiáticos. O que possibilita superar as tradicionais abordagens, que na maioria das vezes são setorizadas, fragmentadas e apresentam uma compreensão apenas parcial da realidade. A Comunicação é um sistema aberto de inter-relações.

As seis perspectivas nas quais foram separados, a fim de discussão, os conteúdos que compõe a formação para a comunicação, permitiram compreender que prevalece nos cursos de teologia uma formação voltada para o FAZER, com predomínio da homilética, da pregação e da Pastoral da Comunicação. Na Filosofia, os poucos cursos com comunicação também estão aquém dos desafios apresentados ao longo deste trabalho.

Falta à Igreja a compreensão de que o processo de midiatização da sociedade desafia até mesmo a maneira pela qual se desenvolvem os estudos de filosofia e de teologia. Contudo, nem a academia e nem a Igreja, no seu processo de formação, estão levando em consideração o processo de midiatização da sociedade e por isso sua visão é setorial, o que não permite levar em conta a complexidade, dimensionando-a de modo correto à realidade. (GOMES, 2008, p. 21). Um modelo de educação para a comunicação que coloque ênfase nos conteúdos ou nos efeitos, não possibilita a compreensão do processo de transformação da pessoa e da comunidade. Somente um modelo de educação que coloque ênfase no processo, permitirá à Igreja pensar a formação de maneira nova, levando em conta as transformações objetivas e subjetivas, subjacentes ao novo modelo antropológico que sustenta a ação humana e os comportamentos sociais.

⁴⁴ Fala extraída de uma conversa com o Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes, Pró-Reitor Acadêmico na Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, em São Leopoldo- RS. Gravada com a autorização do mesmo.

A formação para a comunicação nos cursos de Filosofia e Teologia encontra outro desafio que trazemos a título de provocação para um trabalho futuro, que é a formação dos formadores (professores).

Como lembra Spadaro (2013, p. 12) existem os imigrantes digitais e os nativos digitais. A maioria dos professores são imigrantes digitais. Nasceram em um contexto anterior ao da midiatização e depois passaram a conhecer, entender, administrar, usar, manipular as tecnologias da comunicação. Neste sentido aparecem os desafios quanto à preparação dos que são e serão formadores. Se o educador/formador for considerado como um facilitador da aprendizagem ou da comunicação, então este deve ser preparado para acompanhar, testemunhar; promover e não controlar, pois todo formador tem a missão de facilitar, acionar e promover os processos de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **A Sé primacial de Salvador: A Igreja Católica na Bahia (1551-2001)**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BABIN, Pierre. **A Era da Comunicação**. Trad: Gilberto Vieira. São Paulo: Paulinas, 1989.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 17ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

BRITTO, Rovilson Robbi. **Cibercultura – Sob o olhar dos Estudos Culturais**. São Paulo: Paulinas, 2009.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da Tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II**. Curitiba: CVR, 2011.

CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto *Inter Mirifica* sobre os meios de comunicação social**. 29. ed. São Paulo: Paulus, 2001.

(_____.). **Decreto *Optatam Totius* – Sobre a Formação Sacerdotal**. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_optatam-totius_po.html. Último acesso 05/02/2015

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). **II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Medellin – 1968**. Petrópolis: Vozes, 1969.

(_____.). **III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Puebla – 1979**. Disponível > http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf?PHPSESSID=6fa1b33e3b82de1acf51b1db1e7654e7

(_____.). **IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Santo Domingo – 1992**. In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja: Documentos Fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003.

(_____.). **V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Aparecida, 2007**. São Paulo: Paulus, 2007.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Pastoral da Eucaristia – Subsídios**. Doc. Nº 02. 1974. Disponível > <http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb?start=80>. Acesso em 20 de maio de 2014.

(_____.). **Diretrizes Gerais da Ação pastoral da Igreja no Brasil (1975 – 1978)**. Doc. Nº 04. 1975. Disponível > <http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb?start=80>. Acesso em 20 de maio de 2014.

(_____.). **Vida e Ministério Presbítero Pastoral Vocacional**. Doc. 20, 1981. Disponível em > http://www.cnbb.org.br/site/component/docman/cat_view/134-documentos-cnbb?start=60. Acesso em 20 de maio de 2014.

(_____.). **Formação dos presbíteros da Igreja do Brasil – Diretrizes básicas**. Doc. 30, 1984. Acessível em > http://www.cnbb.org.br/site/component/docman/cat_view/134-documentos-cnbb?start=60. Acesso em 20 de maio de 2014.

(_____.). **Diretrizes Gerais da Ação pastoral da Igreja no Brasil (1987 – 1990)**. Doc. Nº 38. 1987. Disponível > <http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb?start=40>. Acesso em 20 de maio de 2014.

(_____.). **Das Diretrizes a Santo Domingo**. Doc. Nº 48. 1992. Disponível > <http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb?start=40>. Acesso em 20 de maio de 2014.

(_____.). **Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio**. Doc. 59, 1997. Disponível em > http://www.cnbb.org.br/site/component/docman/cat_view/134-documentos-cnbb. Acesso em 20 de maio de 2014.

(_____.). **Comunicação para a Verdade e a Paz**. (Manual CF 1989). São Paulo: Salesiana, 1989.

(_____.). **Plano Bienal de Atividades do Secretariado Nacional**. Do. 63. Disponível > <http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb?start=20>.

(_____.). **15º Plano Bienal de Atividades do Sec. Nacional 2000-2001**. Doc. Nº 63. 2000. Disponível > <http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb?start=20>. Acesso em 20 de maio de 2014.

(_____.). **Educação para a Comunicação nos Institutos de Filosofia e Teologia**. São Paulo: Sepac/Paulinas, 2001.

(_____.). **Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil**. Brasília: Edições CNBB, 2010.

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – Documento nº 94. São Paulo: Paulinas, 2011.

(_____.). **A Comunicação na vida e missão da Igreja no Brasil: estudos da CNBB nº101**. São Paulo: Paulus, 2011.

(_____.). **Comunidade de Comunidades: uma nova Paróquia**. Doc. 104, 2013. Disponível em > http://www.cnbb.org.br/site/publicacoes/documentos-para-downloads/cat_view/470-comunidades-de-comunidade/471-texto-base. Acesso em 20 de maio de 2014.

(_____.). **Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil**. Doc. 99. São Paulo: Paulinas, 2014.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Orientações para a formação dos futuros sacerdotes sobre os Meios de Comunicação Social** (1986). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja: Documentos Fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003.

DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja: Documentos Fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003.

FELLER, Vitor Galdino. **A reforma da Igreja**. Revista Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v. 46, n. 128, p. 21-44, Jan./Abr. 2014.

GAIOR, Roberta (org). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GASPARETTO, Paulo Roque. **Midiatização da Religião**: processos midiáticos e a construção de novas comunidades de pertencimento. São Paulo, Paulinas, 2011.

GOMES, Pedro Gilberto. **Da Igreja Eletrônica à Sociedade em Midiatização**. São Paulo: Paulinas, 2010.

(_____.). In: FAUSTO NETO, A.; GOMES, P. G.; BRAGA, J. L.; FERREIRA, J. (org.) **Midiatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

(_____.). **Filosofia e Ética da Comunicação na Midiatização da Sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

(_____.). **Um projeto para o nosso tempo**. Artigo publicado na Revista on-line do Instituto Humanitas Unisinos – IHU. São Leopoldo, 20 de maio de 2011. Disponível: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/41520-um-projeto-para-o-nosso-tempo-artigo-de-pedro-gilberto-gomes>.

(_____.). **Decifra-me ou te devoro...sobre a evangelização e a mídia do ponto de vista da comunicação**. Artigo publicado na Revista Perspectiva Teológica, nº 34. Belo Horizonte, 2002. Disponível: https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=decifra-me+ou+te+devoro.+Gomes&start=10

HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Rioldo; GRIJP, Klaus; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**: Ensaio de interpretação a partir do povo. Ed. 3. Petrópolis: Vozes, 1983.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013: Francisco) Mensagem: **Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro**. Roma, 2014. Disponível > http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Acesso em 25 de maio de 2014.

(_____.). Papa (2013: Francisco) Mensagem: **Comunicar a família: ambiente privilegiado do encontro na gratuidade do amor**. Roma, 2015. Disponível > http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20150123_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Último acesso 30 de janeiro de 2015.

(_____.). Papa (2005 – 2013: Bento XVI). **O sacerdote e a pastoral no mundo digital: os novos media ao serviço da Palavra**. 2010. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/communications/document/s/hf_ben-xvi_mes_20100124_44th-world-communications-day_po.html. Acesso em 18 de maio de 2014.

(_____.). Papa (2005 – 2013: Bento XVI). **A mídia: rede de comunicação, comunhão e cooperação**. 2006. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/communications/document/s/hf_ben-xvi_mes_20060124_40th-world-communications-day_po.html. Acesso em 25 de maio de 2014.

(_____.). Papa (2005 – 2013: Bento XVI). **Os meios de comunicação social: na encruzilhada entre protagonismo e serviço**. Buscar a verdade para partilhá-la. Roma, 2008. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/communications/document/s/hf_ben-xvi_mes_20080124_42nd-world-communications-day_po.html. Acesso em 15 de agosto de 2014.

(_____.). Papa (2005 – 2013: Bento XVI). **Novas tecnologias, novas relações. Promover uma cultura de respeito, de diálogo, de amizade**. Roma, 2009. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/communications/document/s/hf_ben-xvi_mes_20090124_43rd-world-communications-day_po.html. Acesso em 20 de agosto de 2014.

(_____.). Papa (2005 – 2013: Bento XVI). **Redes sociais: portais de verdade e de fé; novos espaços de evangelização**. 2013. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/communications/document/s/hf_ben-xvi_mes_20130124_47th-world-communications-day_po.html. Acesso em 25 de setembro de 2014.

(_____.). Papa (2005 – 2013: Bento XVI). **Verdade, anúncio e autenticidade de vida, na era digital**. 2011. In: http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/communications/document/s/hf_ben-xvi_mes_20110124_45th-world-communications-day_po.html. Acesso em 24 de maio de 2014.

(_____.). Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **As comunicações sociais a serviço da liberdade responsável do homem**. Roma, 1981. Disponível > http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/communications/documents/hf_jp-ii_mes_10051981_world-communications-day.html

(____.). Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **As comunicações sociais e a promoção cristã da juventude**. Roma, 1985. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/document_s/hf_jp-ii_mes_15041985_world-communications-day_po.html. Acesso em 10 de maio de 2014.

(____.). Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Exortação Apostólica Christideles Laici**. 1988 In: DARIVA, Noemi (Org.). Comunicação Social na Igreja: Documentos Fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003.

(____.). Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Encíclica Redemptoris Missio**. 1990. In: DARIVA, Noemi (Org.). Comunicação Social na Igreja: Documentos Fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003.

(____.). Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Os meios de comunicação para a unidade e o progresso da família humana**. Roma, 1991. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/document_s/hf_jp-ii_mes_24011991_world-communications-day_po.html. Acesso em 10 de maio de 2014.

(____.). Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Pastores Dabo Vobis. Exortação Apostólica Pós-sinodal sobre a formação dos sacerdotes**. São Paulo: Paulinas, 1992.

(____.). Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Videocassete e audiocassete na formação da cultura e da consciência**. Roma, 1993. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/document_s/hf_jp-ii_mes_24011993_world-communications-day_po.html Acesso em 15 de junho de 2014.

(____.). Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Sustentados pelo Espírito, comunicar a esperança**. Roma, 1998. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/document_s/hf_jp-ii_mes_26011998_world-communications-day_po.html Acesso em 22 de maio de 2014.

(____.). Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Mass media: presença amiga ao lado de quem procura o Pai**. Roma, 1999. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/document_s/hf_jp-ii_mes_24011999_world-communications-day_po.html Acesso em 24 de maio de 2014.

(____.). Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Carta Apostólica O Rápido Desenvolvimento**. 2005. Disponível > http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_20050124_il-rapido-sviluppo_po.html. Acesso em 10 de maio de 2014.

(_____.). Papa (1963 – 1978: Paulo VI) **Os meios de comunicação social**. Roma, 1967. Disponível >
http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/messages/communications/documents/hf_p-vi_mes_19670507_i-com-day_po.html. Acesso em 27 de maio de 2014.

(_____.). Papa (1963 – 1978: Paulo VI). **A imprensa, o rádio, a televisão e o cinema para o progresso dos povos**. Roma, 1968. Disponível >
http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/messages/communications/documents/hf_p-vi_mes_19680326_ii-com-day_po.html. Acesso em 26 de maio de 2014.

(_____.). Papa (1963 – 1978: Paulo VI) **Instrução Pastoral *Communio et Progressio***. 1971. In DARIVA, Noemi (Org.). Comunicação Social na Igreja: Documentos Fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003.

(_____.). Papa (1963 – 1978: Paulo VI) **Encíclica *Evangelii Nuntiandi***. 1973. In: DARIVA, Noemi (Org.). Comunicação Social na Igreja: Documentos Fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003.

(_____.). Papa (1939 – 1958: Pio XII). **Carta Encíclica *Miranda Prorsus***. 1957. In: DARIVA, Noemi (Org.). Comunicação Social na Igreja: Documentos Fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003.

(_____.). Papa (1922 – 1939: Pio XI). **Carta Encíclica *Vigilanti Cura***. 1936. In: DARIVA, Noemi (Org.). Comunicação Social na Igreja: Documentos Fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 5ª ed, 2003.

LIMA, Luiz Fernando de. (Artigo): **A importância da dimensão missionária na formação do padre diocesano**. Disponível em:
<http://seminariodivinomestre.blogspot.com.br/2013/03/a-importancia-da-dimensao-missionaria.html>. Último acesso: 19/01/2014.

MELO, José Marques de. **Comunicação Eclesial: utopia e realidade**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PESSINATTI, Nivaldo Luiz. **Políticas de Comunicação da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: UNIVERSAL, Vozes, 1998.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. **Ética e Internet**. Roma, 1992. Disponível >
http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_d oc_20020228_ethics-internet_po.html. Acesso em 13 de outubro de 2013.

(_____.). **Igreja e Internet**. Roma, 1992. Disponível >
http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_d oc_20020228_church-internet_po.html. Acesso em 14 de outubro de 2013.

(_____.). **Instrução Pastoral Aetatis Novae – Sobre as Comunicações Sociais**. Roma, 1992. Disponível > http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_d oc_22021992_aetatis_po.html. Acesso em 15 de junho de 2014.

PUNTEL, Joana. **Cultura Midiática e Igreja – uma nova ambiência**. São Paulo: Paulinas, 2008.

(_____.). **Comunicação – Diálogo dos saberes na cultura midiática**. São Paulo: Paulinas, 2010.

(_____.). **A Igreja a caminho na comunicação. Teocomunicação**. Porto Alegre v. 41 n. 2 p. 221-242 jul./dez. 2011 Artigo publicado no Capes.

(_____.). **A comunicação nos passos de João Paulo II**. São Paulo: Paulinas, 2012.

(_____.). **Inter Mirifica – texto e comentário**. São Paulo: Paulinas, 2012.

RICCIERI, Pina. **Formação ao Alcance de um clique: comunicação digital: desafios e oportunidades**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: Da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à libertação**. São Paulo: Paulinas, 1988.

SODRÉ, Muniz. **Eticidade, campo comunicacional e midiatização**. (p. 19-32) In: MORAES, Dênis (org). **Sociedade Midiatizada**. Trad. Carlos Frederico Moura da Silva, Maria Inês Coimbra Guedes, Lucio Pimente. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SPADORO, Antonio. **Ciberteologia - pensar o cristianismo nos tempos da rede**. Tradução Cacilda Rainho Ferrante. São Paulo: Paulinas, 2012.

VIZER, Eduardo Andrés. Midiatização e (trans)subjetividade na cultura tecnológica. A dupla face da Sociedade midiatizada. (p 31-50). In: FAUSTO NETO, A.; GOMES, P. G.; BRAGA, J. L.; FERREIRA, J. (org.) **Midiatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

ZAGHENI, Guido. **Idade Moderna: curso de História da Igreja**. [Tradução: José Maria de Almeida]. São Paulo: Paulus, 1999.

Sites:

<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2012/12/bento-xvi-ja-counta-com-quase-600-mil-seguidores-no-twitter.html>. **Bento XVI já conta com quase 600 mil seguidores no Twitter**. Publicado em 04/12/2012 e acessado em 23 de julho de 2013.

<http://info.abril.com.br/noticias/internet/papa-francisco-ja-tem-6-mi-de-seguidores-no-twitter-29042013-16.shl>. **Papa Francisco já tem 6 milhões de seguidores no Twitter**. Publicado em 29 de abril de 2013 e acessado em 17/07/2013.

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,twitter-revela-estilo-dos-papas-bento-e-francisco,1053176,0.htm>. **Twitter revela estilo dos papas Bento e Francisco**. Último acesso em 18/07/2013.

https://twitter.com/Pontifex_pt . Último acesso em 27 de agosto de 2013.

<http://www.terra.com.br>, publicado em 26/02/2013. Último acesso em 20/07/2013.

<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/renuncia-do-papa/quero-um-papa-que-use-twitter>. Último acesso em 17/07/2013.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces241_99.pdf. Último acesso em 23/09/2014.

<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/renuncia-do-papa/igreja-catolica-em-numeros-12-bilhao-de-fieis-40-na-america-latina,d8908d780eb5d310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>. Último acesso em 15/02/2015.

http://www.ceris.org.br/antigo/pdfs/analise_censo_igreja_2011.pdf. Último acesso em 15/12/2014.

<https://www.rs21.com.br/?p=127097>. Último acesso em 15/12/2014.

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/41667-a-igreja-catolica-encontrou-o-seu-papel-no-seculo-xx-a-atualidade-do-vaticano-ii-entrevista-especial-com-rodrico-coppe>. Último acesso em 13/11/2014.

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/index_po.htm.

<http://www.cnbb.org.br/quem-somos-10>. Acessado em 08 de maio de 2014

<http://www.cnbb.org.br/imprensa/60-anos-da-cnbb/11022-a-comunicacao-nos-60-anos-da-cnbb>. Acessado em 08 de maio de 2014.

<http://www.pejosecarlospereira.com.br/web/textos/entrevistas/20120628-01.htm>. Acessado em 02/09/2014.

http://www.mosteiro.org.br/bkp/faculdade/index.php?pg=Quem_Somos.php. Último acesso em 19 de janeiro de 2015.

http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171

http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14306%3Acne-historico&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=754

<https://emec.mec.gov.br>

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15152:ces-2010&catid=323&Itemid=164#Março

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>

<http://paulosuess.blogspot.com.br/2013/07/papa-francisco-em-lampedusa.html>

APÊNDICE A – Instituições de Filosofia envolvidas na pesquisa

	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	MODOS	DISCIPLINAS DE COMUNICAÇÃO
1	Centro de Estudos Superiores - SJR Preto	x	
2	Centro de Estudos Superiores Mater Dei, Palmas - TO	x	
3	Centro Universitário Salesiano de São Paulo, SP	Lic	
4	Faculdade Arquidiocesana de Mariana, MG	Bac	
5	Faculdade Canção Nova - FCN	Lic	Introdução à tecnologia da Informação
6	Faculdade Católica de Anápolis, GO	Lic	
7	Faculdade Católica de Feira de Santana, BA	x	
9	Faculdade Católica de Fortaleza, CE	Bac	
10	Faculdade Católica de Rondonia, RO	Lic	
11	Faculdade Católica de Uberlândia, MG	Bac	
12	Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, ES	Lic	
13	Faculdade de São Bento - FSB, SP	Lic	Comunicação, Educação e Tecnologias
14	Faculdade Dehoniana – Taubaté, SP	Bac	
15	Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia -FAJE/BH, MG	Bac	
16	Faculdade João Paulo II - FAJOPA - Marília, SP	Lic	
17	Faculdade Palotina - FAPAS – Santa Maria, RS	Lic	
18	Faculdade Paulo VI - Mogi das Cruzes, SP	Lic	
19	Faculdade São Basílio Magno, Curitiba, PR	Lic	
20	Faculdade São Bento da Bahia, BA	Lic	
21	Faculdade São Luiz, Brusque, SC	Bac	
22	Faculdade Sedac - Cuiabá, MT	x	Tecnologia e Comunicação aplicadas ao ensino
23	Faculdade Serra da Mesa - FASEM, Uruaçu - GO	Lic	Linguagem e Comunicação
36	Faculdade Vicentina - FAVI - Curitiba, PR	Bac	
24	FSBRJ - Mosteiro de São Bento - RJ	Bac	
25	Instituto São Boaventura (ISB), Brasília	x	
26	Instituto Superior de Teologia Brthier - Passo Fundo, RS	Bac	
27	Instituto Filosófico S. João Maria Vianney - Apucarana, PR	x	Comunicação
28	Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI	Lic	Educação e Novas Tecnologias
30	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA, MA	Lic	
29	Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, GO	Lic	
35	Instituto de Filosofia e Teologia de União da Vitória	x	Comunicação Social
31	Instituto de Filosofia e Teologia Santa Cruz, Goiânia, GO	x	Teorias da Comunicação
32	Instituto de Filosofia Santo Tomás de Vila Nova - Ourinhos, SP	x	
33	Instituto de Teologia Pastoral e Ensino Superior da Amazonia - Manaus	x	
34	Instituto Mater Ecclesie - Ponta Grossa, PR	x	
36	Instituto Regional de Formação Presbiteral, Ananindeua, PA	x	
37	Instituto São Tomás de Aquino - BH, MG	Lic	
38	Instituto Sapientia de Filosofia - Francisco Beltrão, PR	x	
39	Instituto Sedes Sapientiae - Goytacazes, RJ	x	
40	Pontifícia Universidade Católica de Minas, BH	x	
41	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Curitiba, PR	Lic	
42	Pontifícia Universidade Católica do Paraná- Maringá, PR	Lic	
43	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Lic	
44	Seminário Arquidiocesano da Paraíba, RN	x	
45	Seminário Arquidiocesano de Brasília, DF	x	
46	Seminário Arquidiocesano de Niterói, RJ	x	
47	Seminário Arquidiocesano São José - RJ - PUC	Bac	Comunicação 1 e Comunicação 2 (Optativas)
48	Seminário Bom Pastor - Uniandrade - Ciba	Lic	
49	Seminário de Filosofia Rainha da Paz - Jacarezinho, PR	x	
50	Seminário Maior de Aracaju, SE	x	
51	Seminário Missionário Redentores Mater, Brasília, DF	x	
52	Unioeste - Toledo - PR	Lic	
53	Universidade Católica de Pelotas - UCPEL, Pelotas, RS	Lic	
54	Universidade Católica de Pernambuco, PE	Bac	Retórica e Oratória
55	Universidade Católica de Petrópolis, RJ	Lic	
56	Universidade Católica de Salvador - Salvador, BA	Bac	
57	Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande, MS	Lic	
58	Universidade de Caxias do Sul - UCS	Bac	
59	Universidade de São João del Rei, UFSJ	Lic	
60	Universidade Salesiana Dom Bosco- Manaus, AM	Lic	Tecnologias da Informação e Comunicação

APÊNDICE B – Instituições de teologia envolvidas na pesquisa

Número	Instituição	Comunicação
1	Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, MG	
2	Centro de Estudos Superiores - SJR Preto, SP	Comunicação Social
3	Centro de Estudos Superiores Mater Dei, Palmas - TO	Homilética; Pastoral da Comunicação
4	Centro Universitário Salesiano de São Paulo, SP	Evangelização e Comunicação
5	Escola Dominicana de Teologia – São Paulo, SP	Ética da Comunicação Social
6	Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana - ESTEF, Porto Alegre, RS	Educação para a Comunicação
7	Faculdade Católica de Anápolis, GO	
8	Faculdade Católica de Feira de Santana, BA	
9	Faculdade Católica de Fortaleza, CE	Comunicação Social
10	Faculdade Católica de Santa Catarina - FASAC	Homilética e Pastoral da Comunicação; Estágio
11	Faculdade Católica de São José dos Campos, SP	Comunicação Social e Oratória
12	Faculdade Católica de Uberlândia, MG	
13	Faculdade Claretiana de Teologia - Curitiba, PR	Teologia e Past da Cção
14	Faculdade de São Bento - FSB, SP	
15	Faculdade Dehoniana – Taubaté, SP	Prática e Crítica de Comunicação
16	Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia - FAJE/BH, MG	
17	Faculdade João Paulo II - FAJOPA - Marília, SP	Homilética; Pastoral da Comunicação
18	Faculdade Missioneira do Paraná - FAMIPAR, Cascavel, PR	Cção e Homilética
19	Faculdade Palotina – Santa Maria, RS	Homilética; Pastoral da Comunicação
20	Faculdade Paulo VI - Mogi das Cruzes	Homilética
21	Faculdade São Bento da Bahia, BA	
22	Faculdade Sedac - Cuiabá, MT	Comunicação e Homilética
23	Faculdade Vicentina - FAVI - Curitiba, PR	Comunicação
24	Instituto São Boaventura (ISB), Brasília, DF	Comunicação na Pastoral
25	Instituto Bento XVI - Canção Nova, Cachoeira Paulista, SP	Homilética; Pastoral da Comunicação
26	Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI	Pastoral Homilética; Pastoral da Comunicação
27	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA, MA	Homilética (Optativa); Pastoral da Comunicação
28	Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, GO	Homilética
29	Instituto de Filosofia e Teologia de União da Vitória, PR	Homilética
30	Instituto de Filosofia e Teologia Santa Cruz/PUC	Homilética
31	Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória - ES	Catequética e Hom
32	Instituto de Teologia Pastoral e Ensino Superior da Amazonia - Manaus, AM	Homilética e Comunicação
33	Instituto Mater Ecclesiae, Ponta Grossa, PR	Homilética
34	Instituto Regional de Formação Presbiteral, Ananindeua, PA	Homilética
35	Instituto São Paulo de Estudos Superiores - ITESP, São Paulo, SP	Educar para a Comunicação I e II
36	Instituto São Tomás de Aquino - BH, MG	Pastoral e Comunicação
37	Instituto Sedes Sapientiae - Goytacazes, RJ	Pastoral e Comunicação
38	Instituto Teológico de Passo Fundo - ITEPA, Passo Fundo, RS	Comunicação I e II (Optativas)
39	Instituto Teológico do Rio de Janeiro - ITARJ/PUC, RJ	Homilética; Pastoral da Comunicação
40	Instituto Teológico Franciscano - Petrópolis, RJ	Comunicação na Pastoral
41	Instituto Teológico João Paulo II - ITEO, Campo Grande, MS	Comunicação Social;
42	Mosteiro de São Bento - RJ	Homilética
43	Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra da Assunção - SP, SP	Homilética; Pastoral das Comunicações
44	Pontifícia Universidade Católica de Minas, BH	Pastoral da Comunicação e Homilética
45	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Londrina, PR	Comunicação
46	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Homilética; Pastoral da Comunicação
47	S M João XXIII - PortoVelho, RO	Homilética; Pastoral da Comunicação
48	Seminário Arquidiocesano da Paraíba, RN	Comunicação Pastoral; Homilética
49	Seminário Arquidiocesano de Brasília, DF	Meios; Laboratório de Comunicaçãoção; Técnicas de Preg
50	Seminário Arquidiocesano de Niterói, RJ	Homilética
51	Seminário de Teologia Mestre - Jacarezinho, PR	Teologia Pastoral III - Comunicação
52	Seminário Maior de Aracaju, SE	
53	Seminário Missionário Redentores Mater, Brasília, DF	Teologia Pastoral - Homilética I; Formação Pastoral - Homilética II
54	Seminário São José - Instituto de Teologia/FAJE/BH - Mariana	Estágio
55	Teologia - Pelotas, RS	Past e MCS; Teologia da Pregação
56	Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - RS,	Pastoral da pregação e oratória; Comunicação na liturgia
57	Universidade Católica de Pernambuco - Olinda, PE	Homilética - Eletiva
58	Universidade Católica de Salvador - Salvador, BA	Homilética e oratoria; Pastoral e Comunicação

APÊNDICE C – Cursos de Teologia relacionados ao MEC

Nº	Instituição	Autorização	Reconhecido	Publicação
1	Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, MG	Portaria 1272 de 25/04/2002	Portaria 349 de 01/02/2005	03/02/2005
2	Centro de Estudos Superiores - SJR Preto, SP	Não	Não	
3	Centro de Estudos Superiores Mater Dei, Palmas - TO	Não	Não	
4	Centro Universitário Salesiano de São Paulo, SP	Portaria 2.991 de 23/09/2004	Portaria 945 de 20/11/2008	24/11/2008
5	Escola Dominicana de Teologia – São Paulo, SP	Portaria 144 de 28/02/2008	Portaria 219 de 01/11/2012	06/11/2012
6	Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana - RS	Portaria 3.823 de 18/11/2004	Portaria 367 de 26/08/2011	29/08/2011
7	Faculdade Católica de Anápolis, GO	Portaria 144 de 30/01/2009	Portaria 39 de 14/02/2013	15/02/2013
8	Faculdade Católica de Feira de Santana, BA	Não	Não	
9	Faculdade Católica de Fortaleza, CE	Portaria 480 de 22/02/2002	Portaria 233 de 22/03/2007	23/03/2007
10	Faculdade Católica de Santa Catarina - FASAC	Portaria 5 de 24/01/2012	Processo 201403255 - em análise	
11	Faculdade Católica de São José dos Campos, SP	Portaria 567 de 07/11/2013	Não	
12	Faculdade Católica de Uberlândia, MG	Portaria 1617 de 12/11/2009	Portaria 112 de 14/02/2014	17/02/2014
13	Faculdade Claretiana de Teologia - Curitiba, PR	Portaria 639 de 02/06/2010	Portaria 430 de 29/07/2014	30/07/2014
14	Faculdade de São Bento - FSB, SP	Portaria 155 de 13/01/2011.	Processo 201358115- em análise	
15	Faculdade Dehoniana – Taubaté, SP	Portaria 2358 de 05/11/2001	Portaria 2.311 de 30/06/2005	04/07/2005
16	Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia - FAJE/BH, MG	Portaria 264 de 19/06/2006	Portaria 146 de 14/06/2011	15/06/2011
17	Faculdade João Paulo II - FAJOPA - Marília, SP	Portaria 3.625 de 04/12/2003	Portaria 481 de 16/08/2006	
18	Faculdade Missionária do Paraná - FAMIPAR, Cascavel, PR	Portaria 4.301 de 21/12/2004	Portaria 248 de 02/03/2009	03/03/2009
19	Faculdade Palotina – Santa Maria, RS	Portaria 2.818 de 06/09/2004	Portaria 674 de 08/05/2009	11/05/2009
20	Faculdade Paulo VI - Mogi das Cruzes	Portaria 666 de 17/03/2004	Portaria 898 de 19/11/2008	20/11/2008
21	Faculdade São Bento da Bahia, BA	Portaria 2.585 de 24/08/2004	Portaria 1700 de 18/10/2010	20/10/2010
22	Faculdade Sedac - Cuiabá, MT	Portaria 49 de 28/05/2012	Não	
23	Faculdade Vicentina - FAVI - Curitiba, PR	Portaria 936 de 13/11/2007	Portaria 1110 de 13/05/2011	17/05/2011
24	Instituto São Boaventura (ISB), Brasília, DF	Não	Não	
25	Instituto Bento XVI - Canção Nova, Cachoeira Paulista, SP	Não	Não	
26	Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI	Processo 201105657 - análise concluída	Não	
27	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA, MA	Portaria 887 de 13/11/2006	Portaria 546 de 12/09/2014	12/09/2014
28	Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, GO	Portaria 555 de 11/08/2008	Portaria 304 de 27/12/2012	31/12/2012
29	Instituto de Filosofia e Teologia de União da Vitória, PR	Não	Não	
30	Instituto de Filosofia e Teologia Santa Cruz/PUC Goiás	CEPE/UCGO09 de 23/09/1999	Portaria MEC 1.815 de 21/06/2004	22/06/2004
31	Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória - ES	Não	Não	
32	Instituto de Teologia Pastoral e Ensino Superior da Amazônia - AM	Não	Não	
33	Instituto Mater Ecclesiae, Ponta Grossa, PR	Não	Não	
34	Instituto Regional de Formação Presbiteral, Ananindeua, PA	Não	Não	
35	Instituto São Paulo de Estudos Superiores - ITESP, São Paulo, SP	Portaria 1.157 de 23/12/2008	Portaria 190 de 01/10/2012	03/10/2012
36	Instituto São Tomás de Aquino - BH, MG	Portaria 1619 de 13/11/2009	Portaria 652 de 10/12/2013	11/12/2013
37	Instituto Sedes Sapientiae - Goytacazes, RJ	Não	Não	
38	Instituto Teológico de Passo Fundo - ITEPA, Passo Fundo, RS	Portaria 154 de 03/02/2009	Portaria 213 de 17/05/2013	21/05/2013
39	Instituto Teológico do Rio de Janeiro - ITARJ/PUC, RJ	Resolução 127 de 21/09/1967	Portaria 2.602 de 25/07/2005	26/07/2005
40	Instituto Teológico Franciscano - Petrópolis, RJ	Portaria 934 de 27/03/2002	Portaria 965 de 28/04/2006	02/05/2006
41	Instituto Teológico João Paulo II - ITEO, Campo Grande, MS	Não	Não	
42	Mosteiro de São Bento - RJ	Portaria 2.524 de 19/08/2004	Portaria 271 de 19/07/2011	20/07/2011
43	Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra da Assunção - SP, SP	Deliberação do CONSUN 36/2008	Portaria 187 de 01/10/2012	03/10/2012
44	Pontifícia Universidade Católica de Minas, BH	Portaria R/N 91 de 03/09/2008	Portaria 301 de 27/12/2012	31/12/2012
45	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Londrina, PR	Resolução 46/2004	Portaria 669 de 08/05/2009	
46	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Parecer COCEP/PUC/RS de 14/05/1998	Portaria 3.533 de 13/12/2002	16/12/2002
47	S M João XXIII - PortoVelho, RO	Não	Não	
48	Seminário Arquidiocesano da Paraíba, RN	Não	Não	
49	Seminário Arquidiocesano de Brasília, DF	Não	Não	
50	Seminário Arquidiocesano de Niterói, RJ	Não	Não	
51	Seminário de Teologia Mestre - Jacarezinho, PR	Não	Não	
52	Seminário Maior de Aracaju, SE	Não	Não	
53	Seminário Missionário Redentores Mater, Brasília, DF	Não	Não	
54	Seminário São José - Instituto de Teologia/FAJE/BH - Mariana	Portaria 264 de 19/06/2006	Portaria 146 de 14/06/2011	15/06/2011
55	Teologia - Pelotas, RS	Não	Não	
56	Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - RS,	Resolução CUN/URI 489 de 02/12/2002	Portaria 52 de 26/05/2006	29/05/2006
57	Universidade Católica de Pernambuco - Olinda, PE	Resolução 04 de 12/09/2001	Portaria 2.652 de 27/07/2005	28/07/2005
58	Universidade Católica de Salvador - Salvador, BA	S/N 30/10/1966	Portaria 571 de 12/03/2004	16/03/2004

APÊNDICE D – Cursos de Filosofia relacionados ao MEC

	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR		AUTORIZAÇÃO DO MEC	RECONHECIMENTO DO MEC	PUBLICAÇÃO
1	Centro de Estudos Superiores - SJR Preto		Não	Não	
2	Centro de Estudos Superiores Mater Dei, Palmas - TO		Não	Não	
3	Centro Universitário Salesiano de São Paulo, SP	Lic	Decreto Federal 30.552 de 14/02/1952	Decreto Federal 35.740 de 29/06/1954	17/07/1954
4	Faculdade Arquidiocesana de Mariana, MG	Bac	Portaria do Mec 2.487 de 12/09/2003	Portaria MEC/SESu 384 de 19/03/2009	20/03/2009
5	Faculdade Canção Nova - FCN	Lic	Portaria 41 de 01/06/2011.	Processo 201305834 - em análise	
6	Faculdade Católica de Anápolis, GO	Lic	Decreto Federal S/N de 25/07/1995	Portaria do Mec 2140 de 01/10/2001	03/10/2001
7	Faculdade Católica de Feira de Santana, BA		Não	Não	
9	Faculdade Católica de Fortaleza, CE	Bac	Portaria do Mec 3.426 de 18/11/2003	Portaria SESu 677 de 27/09/2006	28/09/2006
10	Faculdade Católica de Rondonia, RO	Lic	Portaria SESu 147 de 14/02/2007	Processo 200809928 - em análise	
11	Faculdade Católica de Uberlândia, MG	Bac	Portaria do Mec 2733 de 12/12/2001	Portaria do Mec 2.233 de 23/06/2005	27/06/2005
12	Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, ES	Lic	Portaria do Mec 2.409 de 11/08/2004	Portaria MEC/SESu 575 de 17/04/2009	20/04/2009
13	Faculdade de São Bento - FSB, SP	Lic	Portaria do Mec 2.663 de 07/12/2001	Portaria SESu 939 de 20/11/2006	21/11/2006
14	Faculdade Dehoniana - Taubaté, SP	Bac	Portaria do Mec 2.460 de 10/09/2003	Portaria SESu 405 de 25/07/2006	26/07/2006
15	Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia - FAJE/BH, MG	Bac	Decreto Federal S/N de 31/01/1992	Portaria do Mec 164 de 22/02/1996	23/02/1996
16	Faculdade João Paulo II - FAJOPA - Marília, SP	Lic	Portaria MEC/SESu 834 de 14/11/2008	Portaria do Mec 37 de 19/04/2012	20/04/2012
17	Faculdade Palotina - FAPAS - Santa Maria, RS	Lic	Portaria Mec 2616 de 06/12/2001	Portaria SESu 25 de 10/01/2007	11/01/2007
18	Faculdade Paulo VI - Mogi das Cruzes, SP	Lic	Portaria do Mec 1.057 de 29/04/2004	Portaria do Mec 77 de 25/01/2010	26/01/2010
19	Faculdade São Basílio Magno, Curitiba, PR	Lic	Portaria 799 de 14/04/2011	Processo 201358194 - em análise	
20	Faculdade São Bento da Bahia, BA	Lic	Portaria do Mec 2.584 de 24/08/2004	Portaria do Mec 135 de 14/06/2011	15/06/2011
21	Faculdade São Luiz, Brusque, SC	Bac	Portaria do Mec 3.831 de 18/11/2004	Portaria MEC/SESu 384 de 19/03/2009	
22	Faculdade Sedac - Cuiabá, MT		Não	Não	
23	Faculdade Serra da Mesa - FASEM, Uruaçu - GO	Lic	Portaria do Mec 245 de 05/07/2011	Processo 201404763 - em análise	
36	Faculdade Vicentina - FAVI - Curitiba, PR	Bac	Portaria SESu 844 de 01/11/2006	Portaria 736 de 05/04/2011	06/04/2011
24	FSBRJ - Mosteiro de São Bento - RJ	Bac	Portaria do Mec 2.525 de 19/08/2004	Portaria do Mec 605 de 17/03/2011	21/03/2011
25	Instituto São Boaventura (ISB), Brasília		Não	Não	
26	Instituto Superior de Teologia Brthier - Passo Fundo, RS	Bac	Portaria do MEC 3.027 de 23/09/2004	Portaria SESu 1.087 de 14/12/2006	19/12/2006
27	Instituto Filosófico S. João Maria Vianney - Apucarana, PR		Não	Não	
28	Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI	Lic	Portaria MEC/SESu 725 de 04/06/2009	Portaria do Mec 603 de 19/11/2013	20/11/2013
30	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA, MA	Lic	Portaria do Mec 353 de 01/02/2005	Processo 20077334 - arquivado	
29	Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, GO	Lic	Portaria MEC/SESu 556 de 11/08/2008	Portaria do Mec 136 de 27/07/2012	
35	Instituto de Filosofia e Teologia de União da Vitória		Não	Não	
31	Instituto de Filosofia e Teologia Santa Cruz, Goiânia, GO		Não	Não	
32	Instituto de Filosofia Santo Tomás de Vila Nova - Ourinhos, SP		Não	Não	
33	Instituto de Teologia Pastoral e Ensino Superior da Amazonia - AM		Não	Não	
34	Instituto Mater Ecclesie - Ponta Grossa, PR		Não	Não	
36	Instituto Regional de Formação Presbiteral, Ananindeua, PA		Não	Não	
37	Instituto São Tomás de Aquino - BH, MG	Lic	Portaria do Mec 2.917 de 17/10/2002	Portaria SESu 223 de 07/06/2006	09/06/2006
38	Instituto Sapientia de Filosofia - Francisco Beltrão, PR		Não	Não	
39	Instituto Sedes Sapientiae - Goytacazes, RJ		Não	Não	
40	Pontifícia Universidade Católica de Minas, BH		Decreto Federal 11.210 de 04/01/1943	Decreto Federal 20.201 de 14/12/1945	19/12/1945
41	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Curitiba, PR	Lic	Decreto Federal 30565 de 20/02/1952	Renovado - Portaria 604 de 28/05/2010	
42	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Maringá, PR	Lic	Portaria MEC/SESu 810 de 28/03/2006	Portaria MEC/SESu 785 de 10/06/2009	15/06/2009
43	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Lic	Decreto Federal 5163 de 23/01/1940	Decreto Federal 9891 de 07/07/1942	09/07/1942
44	Seminário Arquidiocesano da Paraíba, RN		Não	Não	
45	Seminário Arquidiocesano de Brasília, DF		Não	Não	
46	Seminário Arquidiocesano de Niterói, RJ		Não	Não	
47	Seminário Arquidiocesano São José - RJ - PUC	Bac	Decreto Federal 6409 de 30/10/1940	Decreto Federal 10985 de 01/12/1942	06/01/1943
48	Seminário Bom Pastor - Uniandrade - Ctba	Lic	Ata do Consejo de 17.03.2006	Portaria 470 de 22/11/2011	24/11/2011
49	Seminário de Filosofia Rainha da Paz - Jacarezinho, PR		Não	Não	
50	Seminário Maior de Aracaju, SE		Não	Não	
51	Seminário Missionário Redentores Mater, Brasília, DF		Não	Não	
52	Unioeste - Toledo - PR	Lic	Decreto Federal 85054 de 20/08/1980	Portaria 69 de 18/02/1983	18/02/1983
53	Universidade Católica de Pelotas - UCPEL, Pelotas, RS	Lic	Decreto Federal 32.435 de 18/03/1953	Decreto Federal 38.308 de 14/12/1955	30/12/1955
54	Universidade Católica de Pernambuco, PE	Bac	Decreto Federal 12.042 de 23/03/1943	Decreto Federal 25129 de 25/06/1948	03/07/1948
55	Universidade Católica de Petrópolis, RJ	Lic	Decreto Federal 37012 de 31/03/1955	Decreto Federal 45.612 de 24/03/1959	28/03/1959
56	Universidade Católica de Salvador - Salvador, BA	Bac	Decreto Federal 30427 de 22/01/1952	Decreto Federal 38390 de 23/12/1955	24/12/1955
57	Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande, MS	Lic	Decreto Federal 84.267 de 06/12/1979	Portaria do Mec 106 de 15/03/1983	17/03/1983
58	Universidade de Caxias do Sul - UCS	Bac	Decreto Federal 47.668 de 19/01/1960	Decreto Federal 55.665 de 01/02/1965	12/02/1965
59	Universidade de São João Del Rei, UFSJ	Lic	Decreto Federal 34.392 de 27/10/1953	Decreto Federal 42.518 de 26/10/1957	12/11/1957
60	Universidade Salesiana Dom Bosco - Manaus, AM	Lic	Portaria do Mec 1508 de 20/05/2002	Portaria SESu 223 de 07/06/2006	09/06/2006

APÊNDICE E – Cursos de Teologia por Regionais

Regionais	Instituição	Mec	Comunicação
Centro Oeste (GO e DF)	Instituto São Boaventura (ISB), Brasília, DF		Sim
	Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, GO	Sim	Sim
	Faculdade Católica de Anápolis, GO	Sim	
	Seminário Missionário Redentores Mater, Brasília, DF		Sim
	Seminário Arquidiocesano de Brasília, DF		Sim
Leste 1 (RJ)	Instituto de Filosofia e Teologia Santa Cruz/PUC Goiás	Sim	Sim
	Mosteiro de São Bento - RJ	Sim	Sim
	Seminário Arquidiocesano de Niterói, RJ		Sim
	Instituto Teológico Franciscano - Petrópolis, RJ.	Sim	Sim
	Instituto Sedes Sapientiae - Goytacazes, RJ		Sim
Leste 2 (ES e MG)	Instituto Teológico do Rio de Janeiro - ITARJ/PUC, RJ	Sim	Sim
	Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória - ES		Sim
	Pontifícia Universidade Católica de Minas, BH	Sim	Sim
	Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, MG	Sim	
	Faculdade Católica de Uberlândia, MG	Sim	
Nordeste 1 (CE)	Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE/BH, MG	Sim	
	Instituto São Tomás de Aquino - BH, MG	Sim	Sim
	Seminário São José - Instituto de Teologia/FAJE/BH - Mariana	Sim	Sim
	Faculdade Católica de Fortaleza, CE	Sim	Sim
	Universidade Católica de Pernambuco - Olinda, PE	Sim	Sim
Nordeste 2 (PE)	Seminário Arquidiocesano da Paraíba, RN		Sim
	Faculdade São Bento da Bahia, BA	Sim	
	Universidade Católica de Salvador - Salvador, BA	Sim	Sim
	Faculdade Católica de Feira de Santana, BA		
	Seminário Maior de Aracaju, SE		
Nordeste 3 (BA e SE)	Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI	Sim	Sim
Nordeste 4 (PI)	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA, MA	Sim	Sim
Nordeste 5 (MA)	S M João XXIII - Porto Velho, RO	Sim	Sim
Noroeste (AC e RO)	Instituto de Teologia Pastoral e Ensino Superior da Amazonia - Manaus, AM		Sim
Norte 1 (RR e AM)	Instituto Regional de Formação Presbiteral, Ananindeua, PA		Sim
Norte 2 (PA)	Centro de Estudos Superiores Mater Dei, Palmas - TO		Sim
Norte 3 (TO e Norte de GO)	Instituto Teológico João Paulo II - ITEO, Campo Grande, MS		Sim
Oeste 1 (MS)	Faculdade Sedac - Cuiabá, MT	Sim	Sim
Oeste 2 (MT)	Instituto São Paulo de Estudos Superiores - ITESP, São Paulo, SP	Sim	Sim
Sul 1 (SP)	Centro de Estudos Superiores - SJR Preto, SP		Sim
	Instituto Bento XVI - Canção Nova, Cachoeira Paulista, SP		Sim
	Centro Universitário Salesiano de São Paulo, SP	Sim	Sim
	Escola Dominicana de Teologia – São Paulo, SP	Sim	Sim
	Faculdade João Paulo II - FAJOPA - Marília, SP	Sim	Sim
	Faculdade Paulo VI - Mogi das Cruzes	Sim	Sim
	Faculdade Católica de São José dos Campos, SP	Sim	Sim
	Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra da Assunção - SP, SP	Sim	Sim
	Faculdade de São Bento - FSB, SP	Sim	
	Faculdade Dehoniana – Taubaté, SP	Sim	Sim
Sul 2 (PR)	Faculdade Missionária do Paraná - FAMIPAR, Cascavel, PR	Sim	Sim
	Faculdade Vicentina - FAVI - Curitiba, PR	Sim	Sim
	Faculdade Claretiana de Teologia - Curitiba, PR	Sim	Sim
	Instituto de Filosofia e Teologia de União da Vitória, PR		Sim
	Instituto Mater Ecclesiae, Ponta Grossa, PR		Sim
	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Londrina, PR	Sim	Sim
	Seminário de Teologia Divino Mestre - Jacarezinho, PR		Sim
Sul 3 (RS)	Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana - ESTEF, Porto Alegre, RS	Sim	Sim
	Instituto Teológico de Passo Fundo - ITEPA, Passo Fundo, RS	Sim	Sim
	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Sim	Sim
	Faculdade Palotina – Santa Maria, RS	Sim	Sim
	Teologia - Pelotas, RS		Sim
Sul 4 (SC)	Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - RS,	Sim	Sim
	Faculdade Católica de Santa Catarina - FASAC	Sim	Sim

APÊNDICE F – Cursos de Filosofia por Regionais

Regionais	Instituição	Mec	Comunicação
Centro Oeste (GO e DF)	Faculdade Católica de Anápolis, GO	Sim	
	Faculdade Serra da Mesa - FASEM, Uruaçu - GO	Sim	Sim
	Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, GO	Sim	
	Instituto de Filosofia e Teologia Santa Cruz/PUC		Sim
	Instituto São Boaventura (ISB), Brasília, DF		
	Seminário Arquidiocesano de Brasília, DF		
Leste 1 (RJ)	Seminário Missionário Redentores Mater, Brasília, DF		
	Mosteiro de São Bento - RJ	Sim	
	Instituto Sedes Sapientiae - Goytacazes, RJ		
	Seminário Arquidiocesano de Niterói, RJ		
	Seminário Arquidiocesano São José - PUC, RJ	Sim	
	Universidade Católica de Petrópolis (UCP), RJ	Sim	
Leste 2 (ES e MG)	Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, ES	Sim	
	Faculdade Arquidiocesana de Mariana, MG	Sim	
	Faculdade Católica de Uberlândia, MG	Sim	
	Faculdade Jesuita de Filosofia e Teologia -FAJE/BH, MG	Sim	
	Instituto São Tomás de Aquino - BH, MG	Sim	
	Pontifícia Universidade Católica de Minas, BH	Sim	
Nordeste 1 (CE)	Universidade de São Joao Del Rei, UFSJ	Sim	
	Faculdade Católica de Fortaleza, CE	Sim	
Nordeste 2 (PE)	Universidade Católica de Pernambuco - Olinda, PE	Sim	Sim
	Seminário Arquidiocesano da Paraíba, RN		
Nordeste 3 (BA eSE)	Faculdade Católica de Feira de Santana, BA		
	Faculdade São Bento da Bahia, BA	Sim	
	Seminário Maior de Aracaju, SE		
	Universidade Católica de Salvador - Salvador, BA	Sim	
Nordeste 4 (PI)	Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI	Sim	Sim
Nordeste 5 (MA)	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA, MA	Sim	
Noroeste (AC e RO)	Faculdade Católica de Rondonia, RO	Sim	
Norte 1 (RR e AM)	Instituto de Teologia Pastoral e Ensino Superior da Amazonia - Manaus, AM		
	Universidade Salesiana Dom Bosco- Manaus, AM	Sim	Sim
Norte 2 (PA)	Instituto Regional de Formação Presbiteral, Ananindeua, PA		
Norte 3 (TO e Norte de GO)	Centro de Estudos Superiores Mater Dei, Palmas - TO		
Oeste 1 (MS)	Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande, MS	Sim	
Oeste 2 (MT)	Faculdade Sedac - Cuiabá, MT	Sim	
Sul 1 (SP)	Centro de Estudos Superiores - SJR Preto, SP		
	Centro Universitário Salesiano de São Paulo, SP	Sim	
	Faculdade Canção Nova - FCN	Sim	Sim
	Faculdade de São Bento - FSB, SP	Sim	Sim
	Faculdade Dehoniana – Taubaté, SP	Sim	
	Faculdade João Paulo II - FAJOPA - Marília, SP	Sim	
	Faculdade Paulo VI - Mogi das Cruzes	Sim	
	Instituto de Filosofia Santo Tomás de Vila Nova - Ourinhos, SP		
Sul 2 (PR)	Faculdade São Basílio Magno, Curitiba, PR	Sim	
	Faculdade Vicentina - FAVI - Curitiba, PR	Sim	
	Instituto Filosófico S. João Maria Vianney - Apucarana, PR		Sim
	Instituto de Filosofia e Teologia de União da Vitória, PR		Sim
	Instituto Mater Ecclesiae, Ponta Grossa, PR		
	Instituto Sapientia de Filosofia - Francisco Beltrão, PR		
	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Curitiba, PR	Sim	
	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Maringá, PR	Sim	
	Seminário Bom Pastor - União da Vitória, Ciba	Sim	Sim
	Seminário de Teologia Divino Mestre - Jacarezinho , PR		
	Unioeste - Toledo - PR	Sim	
Sul 3 (RS)	Instituto Superior de Teologia Brthier - Passo Fundo, RS	Sim	
	Faculdade Palotina - FAPAS - Santa Maria, RS	Sim	
	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Sim	
	Universidade Católica de Pelotas - UCPEL, Pelotas, RS	Sim	
Sul 4 (SC)	Universidade de Caxias do Sul - UCS	Sim	
	Faculdade São Luiz, Brusque, SC	Sim	

ANEXO A – MENSAGEM DO PAPA BENTO XVI PARA O 44º DIA MUNDIAL DAS COMUNICAÇÕES
SOCIAIS

«O sacerdote e a pastoral no mundo digital: os novos media ao serviço da
Palavra»

[Domingo, 16 de Maio de 2010]

Queridos irmãos e irmãs!

O tema do próximo Dia Mundial das Comunicações Sociais – «O sacerdote e a pastoral no mundo digital: os novos media ao serviço da Palavra» – insere-se perfeitamente no trajeto do Ano Sacerdotal e traz à ribalta a reflexão sobre um âmbito vasto e delicado da pastoral como é o da comunicação e do mundo digital, que oferece ao sacerdote novas possibilidades para exercer o seu serviço à Palavra e da Palavra. Os meios modernos de comunicação fazem parte, desde há muito tempo, dos instrumentos ordinários através dos quais as comunidades eclesiais se exprimem, entrando em contato com o seu próprio território e estabelecendo, muito frequentemente, formas de diálogo mais abrangentes, mas a sua recente e incisiva difusão e a sua notável influência tornam cada vez mais importante e útil o seu uso no ministério sacerdotal.

A tarefa primária do sacerdote é anunciar Cristo, Palavra de Deus encarnada, e comunicar a multiforme graça divina portadora de salvação mediante os sacramentos. Convocada pela Palavra, a Igreja coloca-se como sinal e instrumento da comunhão que Deus realiza com o homem e que todo o sacerdote é chamado a edificar n'Ele e com Ele. Aqui reside a altíssima dignidade e beleza da missão sacerdotal, na qual se concretiza de modo privilegiado aquilo que afirma o apóstolo Paulo: «Na verdade, a Escritura diz: “Todo aquele que acreditar no Senhor não será confundido”. [...] Portanto, todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo. Mas como hão de invocar Aquele em quem não acreditam? E como hão de acreditar n'Aquele de quem não ouviram falar? E como hão de ouvir falar, se não houver quem lhes pregue? E como hão de pregar, se não forem enviados?» (Rm 10,11.13-15).

Hoje, para dar respostas adequadas a estas questões no âmbito das grandes mudanças culturais, particularmente sentidas no mundo juvenil, tornaram-se um instrumento útil as vias de comunicação abertas pelas conquistas tecnológicas. De facto, pondo à nossa disposição meios que permitem uma capacidade de expressão praticamente ilimitada, o mundo digital abre perspectivas e concretizações notáveis ao incitamento paulino: «Ai de mim se não anunciar o Evangelho!» (1 Cor 9,16). Por conseguinte, com a sua difusão, não só aumenta a responsabilidade do anúncio, mas esta torna-se também mais premente reclamando um compromisso mais motivado e eficaz. A este respeito, o sacerdote acaba por encontrar-se como que no limiar de uma «história nova», porque quanto mais intensas forem as relações criadas pelas modernas tecnologias e mais ampliadas forem as fronteiras pelo mundo digital, tanto mais será chamado o sacerdote a ocupar-se disso pastoralmente, multiplicando o seu empenho em colocar os media ao serviço da Palavra.

Contudo, a divulgação dos «multimédia» e o diversificado «espectro de funções» da própria comunicação podem comportar o risco de uma utilização determinada principalmente pela mera exigência de marcar presença e de considerar erroneamente a internet apenas como um espaço a ser ocupado. Ora, aos presbíteros é pedida a capacidade de estarem presentes no mundo digital em constante fidelidade à mensagem evangélica, para desempenharem o próprio papel de animadores de comunidades, que hoje se exprimem cada vez mais frequentemente através das muitas «vozes» que surgem do mundo digital, e anunciar o Evangelho recorrendo não só aos media tradicionais, mas também ao contributo da nova geração de audiovisuais (fotografia, vídeo, animações, blogues, páginas internet) que representam ocasiões inéditas de diálogo e meios úteis inclusive para a evangelização e a catequese.

Através dos meios modernos de comunicação, o sacerdote poderá dar a conhecer a vida da Igreja e ajudar os homens de hoje a descobrirem o rosto de Cristo, conjugando o uso oportuno e competente de tais meios – adquirido já no período de formação – com uma sólida preparação teológica e uma espiritualidade sacerdotal forte, alimentada pelo diálogo contínuo com o Senhor. No impacto com o mundo digital, mais do que a mão do operador dos media, o presbítero deve fazer transparecer o seu coração de consagrado, para dar uma alma não só ao seu serviço pastoral, mas também ao fluxo comunicativo ininterrupto da «rede».

Também no mundo digital deve ficar patente que a amorosa atenção de Deus em Cristo por nós não é algo do passado nem uma teoria erudita, mas uma realidade absolutamente concreta e atual. De facto, a pastoral no mundo digital há de conseguir mostrar, aos homens do nosso tempo e à humanidade desorientada de hoje, que «Deus está próximo, que, em Cristo, somos todos parte uns dos outros» [Bento XVI, Discurso à Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal: «L'Osservatore Romano» (21-22 de Dezembro de 2009) pág. 6].

Quem melhor do que um homem de Deus poderá desenvolver e pôr em prática, mediante as próprias competências no âmbito dos novos meios digitais, uma pastoral que torne Deus vivo e atual na realidade de hoje e apresente a sabedoria religiosa do passado como riqueza donde haurir para se viver dignamente o tempo presente e construir adequadamente o futuro? A tarefa de quem opera, como consagrado, nos media é aplanar a estrada para novos encontros, assegurando sempre a qualidade do contato humano e a atenção às pessoas e às suas verdadeiras necessidades espirituais; oferecendo, às pessoas que vivem nesta nossa era «digital», os sinais necessários para reconhecerem o Senhor; dando-lhes a oportunidade de se educarem para a expectativa e a esperança, abeirando-se da Palavra de Deus que salva e favorece o desenvolvimento humano integral. A Palavra poderá assim fazer-se ao largo no meio das numerosas encruzilhadas criadas pelo denso emaranhado das autoestradas que sulcam o ciberespaço e afirmar o direito de cidadania de Deus em todas as épocas, a fim de que, através das novas formas de comunicação, Ele possa passar pelas ruas das cidades e deter-se no limiar das casas e dos corações, fazendo ouvir de novo a sua voz: «Eu estou à porta e chamo. Se alguém ouvir a minha voz e Me abrir a porta, entrarei em sua casa, cearei com ele e ele comigo» (Ap 3, 20).

Na Mensagem do ano passado para idêntica ocasião, encorajei os responsáveis pelos processos de comunicação a promoverem uma cultura que respeite a dignidade e o valor da pessoa humana. Este é um dos caminhos onde a Igreja é chamada a exercer uma «diaconia da cultura» no atual «continente digital». Com o Evangelho nas mãos e no coração, é preciso reafirmar que é tempo também de continuar a preparar caminhos que conduzam à Palavra de Deus, não descurando uma atenção particular por quem se encontra em condição de busca, mas antes procurando mantê-la desperta como primeiro passo para a evangelização. Efetivamente, uma pastoral no mundo digital é chamada a ter em conta também aqueles que não acreditam, caíram no desânimo e cultivam no coração desejos de absoluto e de verdades não caducas, dado que os novos meios permitem entrar em contato com crentes de todas as religiões, com não-crentes e pessoas de todas as culturas. Do mesmo modo que o profeta Isaías chegou a imaginar uma casa de oração para todos os povos (cf. Is 56,7), não se poderá porventura prever que a internet possa dar espaço – como o «pátio dos gentios» do Templo de Jerusalém – também àqueles para quem Deus é ainda um desconhecido?

O desenvolvimento das novas tecnologias e, na sua dimensão global, todo o mundo digital representam um grande recurso, tanto para a humanidade no seu todo como para o homem na singularidade do seu ser, e um estímulo para o confronto e o diálogo. Mas aquelas apresentam-se igualmente como uma grande oportunidade para os crentes. De facto nenhum caminho pode, nem deve, ser vedado a quem, em nome de Cristo ressuscitado, se empenha em tornar-se cada vez mais solidário com o homem. Por conseguinte e antes de mais nada, os novos media oferecem aos presbíteros perspectivas sempre novas e, pastoralmente, ilimitadas, que os solicitam a valorizar a dimensão universal da Igreja para uma comunhão ampla e concreta; a ser no mundo de hoje testemunhas da vida sempre nova, gerada pela escuta do Evangelho de Jesus, o Filho eterno que veio ao nosso meio para nos salvar. Mas, é preciso não esquecer que a fecundidade do ministério sacerdotal deriva primariamente de Cristo encontrado e escutado na oração, anunciado com a pregação e o testemunho da vida, conhecido, amado e celebrado nos sacramentos sobretudo da Santíssima Eucaristia e da Reconciliação.

A vós, queridos Sacerdotes, renovo o convite a que aproveiteis com sabedoria as singulares oportunidades oferecidas pela comunicação moderna. Que o Senhor vos torne apaixonados anunciadores da Boa Nova na «ágora» moderna criada pelos meios atuais de comunicação.

Com estes votos, invoco sobre vós a proteção da Mãe de Deus e do Santo Cura d'Ars e, com afeto, concedo a cada um a Bênção Apostólica.

Vaticano, 24 de Janeiro – Festa de São Francisco de Sales – de 2010.

BENEDICTUS PP. XVI

© Copyright 2010 - Libreria Editrice Vaticana